Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Sexta-feira, 13 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.552 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **2€**

Um calendário cheio na *rentrée*

O que vem aí no cinema, na música, na TV, nos livros, nas exposições, no teatro e na dança

Ípsilon

Santa Casa quer dispensar 207 trabalhadores até ao próximo ano

Plano de reestruturação prevê reformas antecipadas. Actualmente, são 6014 os trabalhadores Sociedade, 12

Política monetária

BCE corta juros mas não dá pistas sobre próximos passos

Destaque, 2/3 e Editorial

Fez-se história

Eles não são astronautas mas caminharam no espaço: "É lindo"

Ciência e Ambiente, 27

Não chega IRS e IRC

PS só viabiliza OE se Governo incluir mais propostas suas

Política, 8

Eleições no Benfica

Candidato João Diogo Manteigas denuncia gestão inviável no clube

Desporto, 36/37

ISNN-0872-1556

BCE confirma corte dos juros, mas não dá pistas sobre o que vem a seguir

Responsáveis do banco central continuam divididos sobre o ritmo a que deverão continuar a baixar os juros nos próximos meses. Christine Lagarde diz que são necessários mais dados

Sérgio Aníbal

O corte de 0,25 pontos percentuais nas taxas de juro decidido ontem pelo BCE era o esperado e foi decidido, garantiu Christine Lagarde, por "unanimidade" pelos seus membros. Mas as dúvidas que persistem relativamente à velocidade a que as taxas de juro irão continuar a cair nos próximos meses revelam que ainda está por resolver o embate entre os membros do banco central que se preocupam mais com a inflação e os que temem mais aquilo que pode acontecer ao crescimento económico.

Sem surpresas, o conselho de governadores do Banco Central Europeu (BCE), reunido em Frankfurt, decidiu colocar a sua taxa de juro de depósito – que é actualmente a referência para os custos de financiamento na zona euro – em 3,5%.

Depois de, entre Julho de 2022 e Setembro de 2023, para combater a escalada da inflação, ter subido as suas taxas de juro de um valor negativo de 0,5% para 4%, a entidade liderada por Christine Lagarde começou, no passado mês de Junho, a aliviar as restrições monetárias impostas à economia, fazendo um primeiro corte das taxas de juro de depósito para 3,75%.

Foi preciso esperar três meses para que outro corte fosse realizado e só depois de os responsáveis pela política monetária na zona euro terem visto a taxa de inflação cair de 2,6% para 2,2% em Agosto.

A dúvida que agora persiste, depois do corte de ontem, é se será preciso esperar outra vez mais três meses, até à reunião de Dezembro, para que as taxas de juro voltem a baixar ou se, pelo contrário, se irá assistir a uma aceleração das descidas, com um corte já dentro de cinco semanas, na reunião agendada para Outubro.

Christine Lagarde fez tudo o que podia, ontem, para dar o mínimo de pistas em relação ao que irá acontecer. "Não nos vamos comprometer com um rumo específico para as taxas de juro, afirmou a presidente do BCE, voltando a assegurar que o banco central é uma entidade "dependente dos dados" e que decide apenas "reunião a reunião".

O máximo que Lagarde fez foi chamar a atenção para o reduzido intervalo de tempo entre a reunião de ontem e a de Outubro, parecendo dar a entender que serão poucos os dados novos que entretanto irão estar disponíveis. "Estamos a olhar para uma série de indicadores", afirmou, assinalando que em Dezembro muita informação nova, incluindo novas previsões do próprio BCE, passará a estar disponível.

Ao longo dos últimos meses, o conselho de governadores do BCE, que inclui os líderes dos bancos centrais nacionais dos 20 países da zona euro e mais seis membros do conselho executivo do BCE (incluindo Lagarde), tem estado dividido em duas grandes facções.

De um lado, estão aqueles que têm defendido, tanto internamente como publicamente, que neste momento o maior risco que o banco central corre é de ir longe de mais no combate à inflação, empurrando com taxas de juro demasiado altas a economia para uma recessão, que poderia por sua vez colocar a inflação no médio prazo bem abaixo do objectivo de 2%.

Para este grupo, em que se inclui o governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, o processo de descida das taxas de juro deveria ser mais rápido, o que, na prática, significa realizar descidas consecutivas nas próximas reuniões, incluindo a agendada para Outubro.

Do outro lado, e ainda em maioria, está o grupo, liderado pelos governadores dos bancos centrais nacionais do Norte da Europa, que não dão o combate contra a inflação como finalizado e que estão sobretudo preocupados com o que consideram ser um mercado de trabalho demasiado quente, com aumentos salariais elevados que levam as empresas, principalmente as do sector dos serviços, a continuarem a subir os preços a um ritmo mais alto do que o desejado.

BCE, liderado por Lagarde, tem mais três reuniões de política monetária até final do ano

3,5%

é a taxa de juro de depósito – a referência para os custos de financiamento na zona euro – após corte de 0,25 pontos

Para estes responsáveis, o melhor é esperar por mais dados, principalmente dos salários, e apenas decidir verdadeiramente sobre as taxas de juro de três em três meses, o que atiraria uma eventual nova descida das taxas de juro apenas para Dezembro.

Nas novas previsões ontem apresentadas pelos técnicos do BCE há informações que alimentam os argumentos das duas facções, pelo que também aqui não foi possível encontrar novas pistas sobre quem pode vir a ganhar o debate.

Por um lado, o BCE manteve sem qualquer alteração as suas previsões para a taxa de inflação. Continua a apontar para uma média de 2,5% em 2024, 2,2% em 2025 e 1,9% em 2026, tendo Christine Lagarde explicado que, se é verdade que a inflação deve descer novamente em

JANA RODENBUSCH/REUTERS

Setembro, depois deverá ter alguns meses de subida, provocados por efeito-base relacionados com os preços da energia.

E depois reviu ligeiramente em alta a projecção para a inflação subjacente, que retira da análise bens com preços mais voláteis como a alimentação e os combustíveis, continuando a traçar um cenário de alguma persistência das pressões inflacionistas.

Por outro lado, o BCE tornou-se mais pessimista em relação à evolução da economia. Embora ainda apontando para um cenário de aterragem suave da economia, sem uma recessão à vista, retirou 0,1 pontos percentuais às previsões de crescimento de cada um dos três anos, passando a prever uma variação do PIB de 0,8% este ano, 1,3% no próximo e 1,5% em 2026.

Assim, se a facção mais preocupada com a inflação viu nas previsões sobre os preços poucos sinais de melhoria, a facção mais preocupada com o crescimento viu confirmados os sinais de ligeira deterioração.

O impacto na economia

Uma coisa é certa: sejam quem forem os vencedores desta discussão, o desempenho das diversas economias europeias, incluindo a portuguesa, irão depender em larga medida da velocidade a que o BCE decidir reduzir as restrições actualmente impostas pela sua política monetária.

As taxas de juro definidas pelo BCE servem de referência para os custos de financiamento suportados pelas famílias e empresas da zona euro. As taxas Euribor, que são o indexante da maioria dos empréstimos em Portugal, evoluem de acordo com as expectativas relativamente ao que o BCE irá fazer às suas taxas de juro e, neste momento, o sentimento dominante no mercado é o de que um novo corte das taxas acontecerá apenas em Dezembro, seguindo-se, ao longo da primeira metade de 2025, um período em que as descidas dos juros são feitas de forma sucessiva.

Se o BCE começar a dar sinais de querer ser mais rápido ou mais lento, isso terá reflexos imediatos nas taxas Euribor, afectando, desse modo, não só o custo de acesso ao crédito, mas também o valor das prestações bancárias suportadas pelas famílias e empresas europeias.

O impacto que isso tem no consumo e no investimento pode ser o suficiente para ditar se, por exemplo na Alemanha, a economia consegue regressar ou não a taxas de crescimento positivas.

Para Portugal, que em conjunto com outros países com um peso importante do turismo tem registado um desempenho mais forte da economia, o rumo da política monetária do BCE pode ser crucial para saber se, depois de um crescimento em torno de 2% este ano, a economia conseguirá mesmo evitar um abrandamento em 2025, como prevê o Governo na proposta de Orçamento do Estado que está a preparar.

Crédito à habitação

Taxas Euribor fixam novos mínimos e ajudam à descida da prestação da casa

Rosa Soares

Horas antes de se confirmar o corte das taxas directoras por parte do Banco Central Europeu (BCE), um cenário já antecipado pelo mercado, as taxas Euribor voltaram a fixar novos mínimos a seis e a 12 meses, o que vem reforçar a redução do custo do dinheiro para as famílias com empréstimos à habitação a taxas variáveis, mas também para as empresas.

Ontem, a taxa a 12 meses caiu para perto de 2,9% (2,929%), e a de seis meses para 3,265%, valores bem inferiores aos de mais de 4% que atingiram há cerca de um ano.

A destoar no movimento de correcção das taxas fixadas no mercado monetário, e que estão presentes em cerca de 70% do crédito à habitação, esteve apenas o prazo a três meses, que subiu ligeiramente ontem, para 3,481%, mais 0,014 pontos percentuais do que na véspera.

Contudo, esta taxa, que apresenta actualmente o valor mais elevado dos três prazos utilizados no crédito à habitação, foi a que demorou mais tempo a subir, corrigindo agora de forma mais lenta. Ainda assim, o mercado espera que o seu valor chegue aos 3% até ao final do ano, podendo mesmo ficar ligeiramente abaixo desse patamar.

Os actuais valores das Euribor ainda estão longe dos mínimos históricos verificados no final de 2021, quando se encontravam em valores negativos – níveis que não deverão repetir-se, pelo menos nos tempos mais próximos –, mas já estão nos valores mais baixos desde Março de 2023, no caso da taxa a seis meses, e de 15 de Dezembro, na de 12 meses.

Apesar de confirmado o corte esperado de 0,25 pontos percentuais na taxa de depósitos do BCE, a que mais influencia o custo do dinheiro para os particulares e empresas, para 3,5%, o banco central surpreendeu – ou talvez não, tendo em conta os sucessivos mínimos fixados pelas Euribor nas últimas sessões - com um corte mais ambicioso de 0,6 pontos percentuais na taxa de juro de refinanciamento e na de facilidade de cedência de liquidez, que as deixa em 3,65% e 3,9%, respectivamente.

Embora não pelas melhores razões – tendo em conta a revisão em baixa das estimativas de crescimento das economias da zona euro –, a expectativa do mercado é de que o BCE fará pelo menos mais um corte de taxas até ao final do ano, cenário que as taxas Euribor têm vindo a descontar, antecipando, assim, o custo do dinheiro para o horizonte a seis e a 12 meses.

Impacto nas poupanças

Apesar das fortes descidas da Euribor a seis e a 12 meses, presentes, pela mesma ordem, em 37,1% e 34,7% da carteira de crédito existente, e a três meses em cerca de 25%, a redução da prestação não é imediata.

O reflexo dos novos valores ocorre apenas nas datas das revisões dos contratos, realizadas a cada três, seis ou 12 meses, conforme a taxa presente no contrato.

A queda das taxas Euribor também tem impacto na rentabilidade das poupanças, como é o caso de alguns depósitos a prazo, uma vez que o sector financeiro tende a acomodar a redução dos juros que recebe no crédito concedido e o que paga nas poupanças que lhe são confiadas. E daí que seja expectável uma descida mais expressiva na rentabilidade dos produtos tradicionais do sector bancário.

Evolução das taxas Euribor volta a beneficiar as famílias com empréstimos à habitação

A taxa média dos novos depósitos a prazo está em queda há sete meses consecutivos, fixando-se em Julho nos 2,65% brutos para o prazo de um ano, menos 0,45 pontos percentuais face ao máximo de 3,10% atingido em Dezembro do ano passado.

Os Certificados de Aforro também estão associados a estas taxas de mercado, mais concretamente à Euribor a três meses, mas o actual nível ainda está longe de prejudicar estas aplicações.

Actualmente, a rentabilidade da série F está limitada a 2,5%, pelo que o seu impacto só se verificará se a Euribor cair abaixo desse patamar. E a série E (que já não aceita novas subscrições) contou com o prémio fixo de 1%, pelo que também só sentirá algum impacto negativo se e quando a Euribor a três meses ficar abaixo de 2,5%. Também nas séries anteriores, a descida da Euribor está de certa forma amortecida pela acumulação dos prémios de permanência.

Espaço público

Como o espanhol ajuda Lagarde a explicar-se

Editorial

Marta Moitinho Oliveira

Tudo leva a crer que a redução nos juros veio para ficar, mas o caminho para que as famílias sintam um alívio significativo será lento

O Banco Central Europeu (BCE) anunciou ontem uma nova descida das taxas de juro. Esta decisão representa um alívio para os orçamentos das famílias, nomeadamente, as portuguesas, cujos créditos à habitação estão fortemente assentes em regimes que dependem da flutuação das taxas Euribor. E, portanto, ao sabor do vento.

Esta é a segunda redução este ano – a primeira foi em Junho –, quando o BCE interrompeu o ciclo de subidas que iniciou em Julho de 2022 com o objectivo de combater o aumento dos preços. No entanto, os juros permanecem a um nível elevado. A recente decisão dos governadores – tomada por unanimidade – coloca a taxa de juro em 3,5%, o mesmo nível de Junho de 2023.

Os ventos que agora sopram no conjunto da economia da zona euro ainda apontam em sentidos diferentes. Christine Lagarde evitou assumir qualquer compromisso para o futuro. Com um discurso cauteloso, insistiu na ideia de que as decisões dos governadores são orientadas pelos dados macroeconómicos à data de cada reunião e que, por isso, não há decisões prévias. "O que será, será", disse Christine Lagarde na versão castelhana, acompanhada pelo vice-presidente do BCE, o espanhol Luis de Guindos.

O cuidado no discurso costuma ser uma marca de água dos governadores, que, com isso, evitam criar expectativas que não podem ser cumpridas, interpretados como passos em falso. Christine Lagarde preferiu antes validar o que foi sendo decidido. Na conferência de imprensa, aproveitando a resposta a uma pergunta colocada por uma jornalista, a presidente do BCE sublinhou com um "já agora" que este foi o "quinto exercício seguido" a apontar para que a taxa de inflação de 2% seja alcançada até ao final de 2025. Uma informação que "reforça a nossa [do BCE] confiança na solidez e robustez das nossas previsões". A ser assim, teremos de esperar mais de um ano para que a inflação atinja o objectivo do BCE.

Embora não saibamos quando acontecem mais movimentos nas taxas, Lagarde quis confortar-nos com a solidez das decisões já tomadas. Tudo leva a crer – tal como já nos foi dito antes – que a redução nos juros veio para ficar, mas o caminho para que as famílias sintam um alívio significativo será lento e nem sempre visível nas contas ao fim do mês.

O que significa que, no caso português e numa altura em que o Governo elabora o Orçamento do Estado para o próximo ano, restará uma política orçamental com descida de impostos e aumentos de salários (da iniciativa do executivo ou da oposição, ou de ambos, e das empresas) para dar uma ajuda consistente aos orçamentos familiares.

CARTAS AO DIRECTOR

Ensino: regresso ao futuro?

Para quem frequentou o liceu na década de 1960, esta discussão sobre ensino digital e o uso de telemóveis na escola parece no mínimo ridícula e, no limite, um sinal da falta de sensatez e lucidez que tem caracterizado o actual ensino em diversos países. Seriam precisos tantos estudos para se concluir que a atracção do ecrã leva não só à desatenção mas também à incapacidade de concentração, idealização e memorização, sem as quais não pode existir aprendizagem? E que a leitura dum livro em papel é seguramente mais profunda e duradoura, dando espaço à imaginação e ideação? Assim como é mais importante saber escrever e expor um raciocínio e não apenas afirmar-se por testes de múltipla escolha?

Felizmente em alguns países já se proíbe o telemóvel na escola e se está a abolir o ensino digital e regressar à escrita em papel. E por cá, como vai ser? Recomendações apenas?

Por outro lado, as despesas em material escolar são absurdas e em parte escusadas; porque não voltar ao livro de texto, que pode ser reutilizado por outros, escrevendo-se apenas no caderno? Havia coisas erradas no ensino desse tempo, mas também muitas boas práticas que seria bom recuperar.

Isabel Ribeiro, Lisboa

Assino...

... aqui, já que não o posso fazer como "personalidade". Refiro-me à carta aberta em que mais de 250 pessoas pedem ao Governo que "cumpra a obrigação de regulamentar a eutanásia". Como já o tenho expressado, a lei exige-o e a ética também. Basta de "rodriguinhos", desculpas "esfarrapadas" e pressões de "voz doce" que chegam a dizer que "o assunto foi parcamente discutido e até eivado de secretismo", como foi o caso de Rui Valério, cardeal patriarca de Lisboa. Que lhe responda o CNECV (Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida) com "a dúzia" de sessões que organizou por todo o país, com painéis variados e livro editado. As "manobras" dilatórias" do Presidente da República", o "moralismo" da Ordem dos Médicos, o "esquecimento" do Governo do PS ficaram para trás. Agora é só regulamentar aquilo que está aprovado... antes que "ganhe pó" na gaveta onde o meteram e não querem retirar.

Fernando Cardoso Rodrigues, Porto

Os intocáveis

A audição na AR da procuradora-geral da República veio confirmar o pior: o Ministério Público (MP) considera-se acima de qualquer crítica. Escutas durante anos, segredo de justiça usado como arma de arremesso e de forma cirúrgica contra figuras públicas, prisões preventivas que violam flagrantemente a lei e depois se esboroam perante juízes de instrução, afinal, segundo o MP, não passam de ninharias. Só o Chega apoiou a senhora procuradora, o que é sintomático.

Ficamos a saber que o DCIAP, a jóia da coroa do MP que trata dos processos mais mediáticos, é tão eficiente que 97% dos processos são arquivados, em muitos casos depois de destruírem na praça pública a reputação e carreira de muita gente. É cada vez mais gritante a falta de um organismo que escrutine com rigor este MP, que objectivamente tem servido os interesses da extrema-direita, que agora mais uma vez o protegeu. O Conselho Superior do Ministério Público, dominado pelos procuradores, não passa de moldura decorativa deste quadro negro.

Ou os deputados ganham coragem para reformar a Justiça, mesmo enfrentando o risco de terem um obscuro processo em que podem ser arguidos sem nem sequer terem sido ouvidos, como já tem acontecido, ou cada vez será mais difícil encontrar quem se dedique à causa pública. (...)

José Cavalheiro, Matosinhos

Falemos com verdade

Os diferentes problemas que assolam Portugal, seja na saúde, seja na educação ou noutras actividades públicas tão necessárias ao funcionamento igualitário e eficaz da prestação de serviços aos cidadãos, residem, quase na totalidade, nas baixas remunerações e na falta de perspectivas de carreiras oferecidas. O Estado tem que ser um dos melhores pagadores do mercado se quiser ter nos seus quadros os melhores profissionais em cada área. O Estado não pode abdicar de ser um concorrente forte no mercado de trabalho português, uma vez que não deverá nunca "oferecer" os seus melhores ao sector privado. Em Portugal, e como só raramente algo é planeado com a antecedência devida, os pequenos problemas vão-se acumulando indefinidamente até se transformarem num enorme problema de difícil solução. Porque terá de ser sempre assim?

Manuel Morato Gomes, Senhora da Hora

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

A vaidade é o amor-próprio que se exibe. A modéstia é o amor-próprio que se oculta
B. de Fontenelle (1657-1757), dramaturgo

O NÚMERO

0,2

Espanha planeia baixar de 0,5 para 0,2 gramas por litro a taxa máxima de álcool no sangue para todos os condutores, noticiou ontem o diário *El País*

Um aforismo de Nietzsche

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

O aforismo que mais me ajudou a compreender os intelectuais portugueses é este, de Nietzsche: "Quem se despreza a si próprio não deixa de se respeitar como autodesprezador."

A tradução de Auden é melhor: "Até a pessoa que se despreza a si próprio se congratula, mesmo assim, como auto-desprezador."

É um bom exercício ir mexendo neste aforismo, tentando trazê-lo para a língua portuguesa, como se tivesse sido escrito em português. "Autodesprezador", por exemplo, é feio, não é português.

Para traduzir bem, é preciso apanhar a ideia. A ideia, pelo menos para mim, é que muitas vezes somos surpreendidos pela vaidade de quem se odeia, pela facilidade com que se ofende uma pessoa especializada em deitar-se abaixo.

E está certo. A pessoa implacável consigo mesma tem o direito de se congratular por ser impiedoso. Ou, pelo menos, de se respeitar por não se iludir, por não cair na tentação de ser caridoso quando se contempla.

Toda a gente – eu diria, todos os bichos – precisa de dignidade. Na pessoa que se confronta a si própria, que expõe todos os defeitos e tem a coragem de os lamentar e desprezar completamente, resta a consolação de ter sido capaz de o fazer, de ter tido a independência e a presença de espírito necessárias para a demolição de si próprio.

A dignidade dele, a vaidade dele, é como a bola pesada que deita o prédio abaixo: quando só restam ruínas, a bola continua a balançar, quase feliz.

É o aforismo 78 do capítulo de epigramas do *Para Além do Bem e do Mal*. O aforismo 79 é este: "Uma alma que sabe que é amada, mas não ama, expõe o seu sedimento: o que lhe está no fundo sobe à superfície."

Nietzsche é o mais treslido de todos os filósofos, por ser tão fácil de ler e de apropriar. O melhor que podemos fazer é traduzi-lo e retraduzi-lo, e comparar traduções, à procura do que isso nos diz sobre os tradutores.

É a maior ambição que um escritor pode ter: ser sempre mal interpretado, para manter o "sempre" das más interpretações.

ZOOM CHIANG RAI, TAILÂNDIA

EPA

Equipas de socorro enfrentam a força das águas nas cheias provocadas pelo tufão *Yagi* na província de Chiang Rai, Norte da Tailândia. Pelo menos nove pessoas morreram na sequência de inundações repentinas em várias províncias da região

P

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

Espaço público

Querem recomeçar a discussão do aborto? Boa sorte

Francisco Mendes da Silva

Eis que, subitamente, o PS acordou com um desejo irreprimível de mexer na lei da interrupção voluntária da gravidez, para aumentar o prazo do aborto livre. A liderança já garantiu que em breve a proposta terá prioridade na agenda parlamentar. Da minha parte, o desejo irreprimível é o de fazer algumas perguntas.

Onde estiveram os autores da ideia durante os oito anos em que a esquerda dispôs do número de deputados que lhe permitia fazer o que quisesse? E porque foi desperdiçada a maioria absoluta do PS?

O aumento do prazo legal do aborto é uma urgência evidenciada há muito tempo por um manancial de dados inquestionáveis? Se assim for, porque não se lembraram antes de dar seguimento à sugestão?

Os autores e os apoiantes da ideia não estavam no Governo e no Parlamento, os locais próprios da produção legislativa e do comando da agenda política? Não ocupavam postos de destaque nos órgãos de comunicação mais prestigiados? Porque não os escutámos ou lemos a falar da necessidade de mexer na lei do aborto?

E sentiu-se algum clamor generalizado na opinião publicada de esquerda? Não me recordo. E na opinião pública em geral? Surgiu algum movimento na sociedade civil? Se sim, porque permaneceu ele sem o devido impulso político dos partidos que, à luz da tradição histórica, deveriam ter sido os primeiros a representá-lo?

O meu desejo de fazer estas perguntas não resulta da ânsia de obter respostas. Elas são óbvias. As perguntas, puramente retóricas, servem só o propósito de colocar em contraste o que o PS agora proclama, quando não tem o poder, com o que (não) fez no período longo e confortável em que teve esse poder nas mãos.

O contraste demonstra que o que está por detrás da proposta não é, em primeira linha, a preocupação com os direitos das mulheres. Se para o PS aquela medida já tarda, não faz sentido que tenha esperado tanto tempo, até aos dias póstumos da maioria de que a esquerda beneficiou na última década.

Parece que, das duas, uma: ou o PS não se lembrou a tempo desta sua prioridade; ou não quis desconcentrar o eleitorado da imagem bem-comportada do PS centrista de António Costa. De uma forma ou de outra, está tudo dito sobre a genuinidade desta discussão.

A vontade de abanar agora os alicerces do consenso legal acerca do aborto tem sobretudo motivações tácticas.

O PS vive acabrunhado por causa da sua semelhança com o PSD, um estado de coisas que tenderá a agravar-se se os dois partidos se entenderem em breve no Orçamento do Estado. Assim como a partir de 2015 o PS tirou ao PSD o exclusivo da bandeira das "contas certas", também agora o PSD está a tirar ao PS o exclusivo da "devolução de rendimentos".

Os socialistas sentem, portanto, que têm de encontrar novas linhas de divisão. E acham que não há melhor forma de o conseguir, nestes tempos de estardalhaço mediático, do que com um tema de guerrilha cultural, apto a denunciar a direita como irremediavelmente retrógrada e misógina. Incluindo a direita que ouse lembrar que talvez o Parlamento devesse ter uma especial resistência a mexer nos elementos essenciais de uma lei resultante de um referendo.

O grande problema de querer aproveitar esse ambiente é a ilusão de que será possível conter o debate na questão do aumento ou não do prazo-limite (o PS fala em passá-lo das dez semanas de gestação para, no máximo, as 14 semanas). Duvido. Se é para colocar em causa o consenso possível obtido em 2007, todos os exércitos regressarão às trincheiras de origem.

No *Expresso* da semana passada, Paulo Núncio, deputado do CDS, escreveu um artigo contra a ideia do PS. Não se opôs, porém, apenas ao alagamento do prazo: opôs-se à "tragédia" dos "256.070 abortos legais entre 2007 e 2022".

A esquerda está sempre a dizer que a direita quer reverter direitos, mas falta-lhe acreditar no pressuposto conservador desse receio: a sociedade é um organismo inconstante e a ordem política é feita de equilíbrios frágeis, que em determinados momentos convém mais preservar do que agitar.

Não é extraordinário que, em pleno 2024, a questão de saber se as mulheres devem ou não ter o direito à interrupção voluntária da gravidez tenha estado no centro de um debate entre os dois candidatos à presidência dos EUA? Isto sucede porque os EUA nunca lhe conseguiram dar uma solução político-legislativa.

Durante meio século, o direito ao aborto nos EUA estava protegido por um edifício político e jurídico muito frágil. Primeiro, porque era de base jurisprudencial — o famoso acórdão-precedente do Supremo Tribunal no processo "Roe v. Wade", de 1973. Bastava que um Presidente tivesse a oportunidade de mudar os equilíbrios naquela ultraminoria de nove juízes, com a reversão do precedente em mente, para essa reversão acontecer.

Depois, porque há muitas dúvidas na ciência constitucional sobre o que o Supremo pode impor aos Estados em matérias relativamente às quais a Constituição não diz nada.

Por fim, porque a regra substantiva imposta pelo Supremo era moralmente muito controversa. O direito ao aborto não podia ser restringido até ao limite da viabilidade do feto, cientificamente colocado hoje por volta das 24 semanas (muito para lá da média dos países mais permissivos). Aliás, a reversão do precedente ocorreu num processo em que foi validada uma lei do Mississippi que admite o aborto sem condições até às 15 semanas (mais liberal até do que a que o PS deseja para o futuro em Portugal).

Os socialistas sentem que têm de encontrar novas linhas de divisão face ao PSD

Ao reverter o "Roe v. Wade", o Supremo disse que não é a ele que cabe resolver a questão do aborto. É aos representantes políticos do povo, a nível federal ou estadual, através de processos democráticos que produzam compromissos justos e leis com apoio maioritário, estável e duradouro, capazes de serenar as fracturas sociais.

Foi precisamente a esse luxo que nos demos em Portugal. A despenalização do aborto resultou do processo político democrático, em referendo e no Parlamento, com uma lei cujo equilíbrio de valores a generalidade das pessoas foi aceitando. Ela concede um prazo razoável para o exercício da liberdade de escolha, sem limitar desproporcionalmente o direito à vida intra-uterina.

É verdade que continuou a haver muita gente desconfortável com a abertura legal de então. Mas não há qualquer movimento a colocar seriamente em causa o equilíbrio a que se chegou.

Até ao dia em que um grande partido disser que esse equilíbrio caducou. Aí valerá tudo. E não se poderá exigir aos opositores do aborto, ainda por cima encorajados pela guinada do Ocidente à direita, que não desejem ter também uma palavra a dizer.

Estão certos de que querem mesmo reiniciar a guerra do aborto? Boa sorte.

Advogado. Escreve à sexta-feira

NELSON GARRIDO

O mistério da despesa pública 50% acima do valor do PIB

Susana Peralta

A mania de apresentar números orçamentais que ninguém consegue interpretar não é exclusiva deste Governo

DANIEL ROCHA

A cacofonia que inunda cada mês de setembro faz crer que o Orçamento nasce algures entre o primeiro e o último mergulho de agosto. Mas não devia ser assim. A Lei de Enquadramento Orçamental prevê que o Orçamento do Estado seja elaborado em duas etapas.

Assim, o processo orçamental começa em abril, quando o Governo apresenta à Assembleia da República a Lei das Grandes Opções, para discussão e votação, em conjunto com a atualização do Plano de Estabilidade. Um dos principais ingredientes desta lei é o Quadro Plurianual da Despesa Pública – QPDP para os amigos. O QPDP estabelece tetos de despesa para os cinco anos que se seguem, com a particularidade de o teto ser vinculativo para o primeiro destes anos. Sim, leu bem. Todos os anos, o Parlamento devia aprovar em abril (digamos, de 2024) um teto de despesa que vincula o Governo no ano seguinte (digamos, 2025). Acresce que o QPDP devia definir estes limites de despesa para cada ministério (e não apenas para o total da despesa do Estado).

Esta primeira etapa do processo orçamental tem dois objetivos. Por um lado, proporcionar um quadro de debate e reflexão acerca de políticas públicas de médio prazo, ao invés de focado apenas num ano. Se preferirmos, permite "aos decisores e gestores públicos conhecerem com um grau razoável de certeza os recursos com que poderão contar no médio prazo, melhorando o planeamento e a afetação de recursos, permitindo ainda uma maior responsabilização pelos resultados alcançados", nas palavras da comissão que desenhou a Lei de Enquadramento Orçamental na sua forma atual.

É um aspeto fundamental, porque o Estado não abre em janeiro e fecha em dezembro, para começar de novo no ano seguinte. Todas as políticas públicas têm uma continuidade e ciclos de despesa ao longo do tempo. O exemplo paradigmático são os projetos de investimento, que demoram vários anos a levar a cabo e cuja despesa varia em função da fase do projeto. Mesmo nas restantes políticas públicas há momentos de maior pressão e um ciclo de execução com consequências orçamentais. Por exemplo, um programa de recuperação de aprendizagens poderá ter um ciclo de maior despesa inicial, seguido de outro menos intenso, quando as maiores lacunas estiverem colmatadas.

O segundo objetivo é forçar um debate prévio acerca da dimensão da despesa pública, relegando para a segunda fase do processo orçamental (a do outono) os detalhes da mesma. A organização do debate orçamental em duas etapas existe em 13 países da OCDE – como o Canadá, a Suécia, ou os nossos vizinhos França e Espanha –, segundo o inquérito *Parliamentary Budgeting Practices*, de 2018. Tanto a OCDE como o FMI preconizam este momento de discussão prévio para melhorar o processo orçamental.

A leitura dos documentos da comissão que propôs a LEO de 2015 e do grupo de trabalho, de ambição mais modesta, que se debruçou sobre a sua revisão, em 2020 (e do qual tive a honra de fazer parte, sob a coordenação do saudoso Fernando Rocha Andrade), não deixa dúvidas quanto às ambições da LEO de 2015. Tratava-se, nada menos, do que alterar a maneira como, todos os anos, discutimos e decidimos o OE, adiantando o momento da discussão das principais opções de políticas públicas com impacto orçamental para abril: "Neste modelo de decisão orçamental, a Lei de Orçamento deverá deixar de ser a sede preferencial da inovação legislativa, (...) sendo reconduzida ao seu papel principal de orçar para o ano económico subsequente as despesas e as receitas necessárias à execução de políticas públicas que puderam ter o seu processo de decisão autónomo." O tempo de permeio devia, igualmente, promover um maior escrutínio das medidas e um debate mais informado e ponderado acerca delas, pelos partidos da oposição, pelos meios de comunicação social, pelas organizações da sociedade civil com interesse em cada matéria e pelas cidadãs e cidadãos, que têm o direito de escrutinar este instrumento tão importante de política económica.

Quase dez anos depois, em que estamos? Houve eleições em março, o que atrasou a entrega da Lei das Grandes Opções. Em julho, chegou ao Parlamento, só que não trazia o nosso querido QPDP. Portanto, não servia para nada. Uma das partes fundamentais das políticas públicas é quanto vão custar e de que forma o Orçamento se divide entre ministérios, o que revela prioridades políticas – que é como quem diz, revela Grandes Opções. Sem QPDP, a discussão é vazia.

Passaram dois meses, o QPDP chegou finalmente e ficámos a saber que a despesa combinada da Administração Central e da Segurança Social era de 426 milhões de euros, para um PIB estimado de 277 milhões. É isso: para cada euro de PIB, o Estado iria gastar um euro e meio. É o milagre da multiplicação, versão Terreiro do Paço. Esta magia consegue-se não anulando (ou consolidando) os pagamentos entre serviços do Estado. Ora: a verdadeira despesa pública é o pagamento feito por serviços do Estado aos fornecedores externos; o que se pagam entre eles não importa para nada. Ao fim de dois meses, temos QPDP, mas com números inextricáveis.

A verdadeira despesa pública é o pagamento feito por serviços do Estado aos fornecedores externos; o que se pagam entre eles não importa para nada

Há outros problemas, que saltam menos à vista do que os números não consolidados, mas não são menos perniciosos, como o facto de a despesa financeira de cada ministério não estar separada da não financeira. É que a primeira paga políticas executadas no passado e apenas a segunda está ligada ao que se pretende fazer no ano seguinte.

O Ministério das Finanças veio entretanto explicar que não, não ia gastar 426 milhões (surpresa!) e que a despesa ia aumentar uns meros 4%; mas novo quadro, corrigido, não há. A mania de apresentar números orçamentais que ninguém consegue interpretar não é exclusiva deste Governo. Para os curiosos, recomendo a leitura de um *policy brief* sobre transparência orçamental que escrevi com o Paulo Trigo Pereira há dois anos, resultante de uma parceria entre o Instituto de Políticas Públicas e a Sedes. A nossa primeira recomendação – "clarificar os grandes números: despesa, receita e saldos orçamentais" – é sugestiva do imbróglio em que andamos metidos. Andamos a brincar com o fogo. O processo orçamental previsto na lei pretende enquadrar e melhorar um debate complexo, propenso a vestes rasgadas e bloqueios negociais, sobretudo quando o Governo precisa mesmo de negociar com a oposição para aprovar o Orçamento. Já vimos este filme. Em 2021, a Lei das Grandes Opções não chegou a ser discutida e votada no Parlamento e acabámos sem Orçamento aprovado e em eleições. Não é obrigatório que um bloqueio orçamental leve a eleições; mas essa é outra questão. Independentemente dela, temos direito a um debate orçamental substantivo e escrutinável. Onde está ele?

Professora de Economia na Nova SBE. Escreve à sexta-feira

Além do IRS e IRC, PS só viabiliza OE se o Governo incluir outras propostas

PS convencido de que executivo pode deixar cair o IRS Jovem. Mas só isso não garante a viabilização do Orçamento do Estado. Socialistas estão a preparar um conjunto de propostas e exigem que entrem no OE

Ana Sá Lopes

Mesmo que o Governo aceitasse anular a proposta do IRS Jovem e, ao mesmo tempo, deixasse cair qualquer diminuição do IRC, isso não chegava para que o PS aceitasse viabilizar o Orçamento do Estado para 2025, sabe o PÚBLICO.

No pacote de exigências que o PS faz ao Governo para deixar passar as contas do Estado está um conjunto de propostas que os socialistas querem incluir no Orçamento e que, se não for aceite, conduzirá ao voto contra do maior partido da oposição.

As propostas ainda não são públicas e, como disse a líder parlamentar socialista, Alexandra Leitão, na última quarta-feira, serão entregues em primeira mão ao Governo numa próxima reunião.

Esta condição de só viabilizar o Orçamento do Estado se o Governo aceitar incluir propostas do PS já tinha sido expressa pelo secretário-geral do partido no discurso de encerramento da Academia Socialista, no passado dia 1 de Setembro. Na *rentrée* do PS, Pedro Nuno Santos disse que as propostas eram decisivas, mas fê-lo de uma forma tão subtil que só as "linhas vermelhas" acabaram a ser destacadas. "Se as três condições que referi vierem a estar reunidas, o Partido Socialista apresentará então as suas propostas, que espera poderem vir a ser vertidas num Orçamento do Estado melhor para o país", disse então o secretário-geral do PS. Ontem, voltou à mesma questão: "Estamos a dizer que há duas medidas que não podem constar e há algumas que nós depois apresentaremos ao Governo que queremos que passem a constar".

"Não queremos metade"

Em declarações aos jornalistas, Pedro Nuno Santos disse que não aceita "meios caminhos" nas condições traçadas pelos socialistas para viabilizar o Orçamento.

Em resposta ao ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, que, em entrevista ao PÚBLICO e à Rádio Renascença, admitiu ser possível encontrar um "meio caminho" entre o que o PS pretende e o que o Governo apresentou, o secretário-geral do PS foi irredutível.

"Deve haver humildade suficiente de ambas as partes para podermos encontrar-nos eventualmente a meio do caminho", disse Pedro Duarte na entrevista PÚBLICO/Rádio Renascença. A resposta de Pedro Nuno Santos foi esta: "Há uma interpretação errada sobre o que é o meio caminho. (...) O PS não vai negociar metade do Orçamento, isso não existe."

Se o PS diz que o Orçamento é do Governo e não está a exigir definir "50% do Orçamento", não aceita que a descida do IRC e o IRS Jovem constem do documento para o viabilizar. "Há matérias com que nós não concordamos, que nós não queremos no Orçamento, que são erradas, injustas e caras. E as matérias fiscais no IRS e no IRC inserem-se nas matérias com as quais não concordamos e não queremos no Orçamento", disse Pedro Nuno Santos.

O secretário-geral do PS explicou que o regime de IRS Jovem criado pelo anterior governo se deve manter e que, quanto ao IRC, não aceita diminuições para além das selectivas.

A ideia foi assim expressa: "Temos hoje quatro formas de as empresas reduzirem o IRC. Se investirem o seu lucro na empresa, na capitalização da empresa, na investigação e desenvolvimento e no aumento salarial. São as vias que nós aceitamos para que se reduza o IRC. Não há nenhuma justificação, nenhuma necessidade de se reduzirem as taxas de IRC e com isso o país perder recursos financeiros importantes para transformarmos a economia." Na realidade, o líder do PS apenas manifestou a intenção de manter o modelo que está em vigor para as deduções do IRC.

Pedro Nuno quer reunião

Ainda não houve um encontro formal para discutir o Orçamento do Estado entre o secretário-geral do PS e o primeiro-ministro, embora o *Observador* tenha noticiado que os dois falaram ao telefone para debater o assunto.

Na manhã de ontem, quando foi questionado sobre se Luís Montenegro devia estar presente nas reuniões, Pedro Nuno Santos afirmou ser "muito importante que os líderes políticos do PS e do Governo se comprometam também com a negociação". E recordou a experiência anterior: "Eu lembro que António Costa dava o pontapé de saída para as reuniões do Orçamento com a reunião com os líderes políticos dos partidos que estavam disponíveis para viabilizar. Esse trabalho deve ser feito pelo primeiro-ministro." **Com Lusa**

--RODRIGO ANTUNES/LUSA

Pedro Nuno Santos recusa encontros "a meio do caminho" no IRS Jovem e na descida de IRC

Serviços do Parlamento propõem para o 25 de Novembro cerimónia igual à do 25 de Abril

Maria Lopes

Comemoração anual no Parlamento foi aprovada em Junho. À esquerda há críticas sobre equivalência das cerimónias

Parece um copiar/colar: os partidos com assento parlamentar estão a analisar uma proposta dos serviços protocolares da Assembleia da República para a sessão solene evocativa do 25 de Novembro que replica todo o cerimonial do 25 de Abril, desde os desfiles, guarda de honra, arrumação da sala das sessões, convidados e até os tempos de intervenção dos partidos.

Na lista de convidados, além de toda a hierarquia do protocolo de Estado, estão os ex-conselheiros da revolução, a Associação 25 de Abril, o presidente da Associação Salgueiro Maia, e Luísa Marques Júnior, mas nenhuma entidade e personalidade directamente relacionada com o 25 de Novembro de 1975.

O Parlamento aprovou em Junho um projecto de deliberação do CDS-PP que prevê que este órgão de soberania passe a assinalar anualmente o 25 de Novembro de 1975, como acontece com o 25 de Abril. A proposta centrista foi aprovada com os votos a favor de PSD, Chega e IL. Socialistas, bloquistas, comunistas e Livre votaram contra e o PAN absteve-se.

O PÚBLICO questionou os partidos sobre a proposta dos serviços e o que tencionam mudar, mas todos remeteram o assunto para uma próxima conferência de líderes, dentro de duas semanas, como o líder parlamentar bloquista, Fabian Figueiredo. Até o CDS-PP diz estar ainda a "debater e a decidir a lista de pessoas [que pretende ter como convidados protocolares] e oportunamente falará sobre isso".

O deputado socialista Pedro Delgado Alves afirma apenas que a bancada está a "avaliar o que foi apresentado"; o social-democrata Hugo Carneiro vai pelo mesmo caminho, admitindo, no entanto, que faltarão na lista eventuais associações ligadas ao debate sobre o 25 de Novembro.

Rui Paulo Sousa, vice-presidente da bancada do Chega, disse ao PÚBLICO que o partido defende que "a cerimónia deve ser equivalente à do 25 de Abril em termos de dignidade; não pode ser uma cerimónia de somenos". "É uma data que, para várias forças políticas representadas na Assembleia da República, tem tanta importância como o 25 de Abril", argumenta. Mas salienta que faz sentido "ter alguns convidados diferentes", sem entrar em nomes, mas apontando alguns "capitães do 25 de Novembro, alguns elementos dos Comandos e associações" ligadas ao estudo e promoção da efeméride.

O PCP, mantendo a coerência, continua a assumir-se contra a realização de qualquer evento sobre o 25 de Novembro e não tenciona, por isso, participar na discussão sobre a organização da sessão.

RUI GAUDÊNCIO

Assembleia da República vai assinalar o 25 de Novembro com uma cerimónia oficial

Partidos ainda vão analisar proposta apresentada na reunião da conferência de líderes. PCP é contra e não vai participar na discussão

De acordo com relatos feitos ao PÚBLICO, na reunião da conferência de líderes de quarta-feira, depois de o presidente da Assembleia da República ter distribuído aos líderes e vice-presidentes das bancadas parlamentares os documentos dos serviços de protocolo, houve partidos que reagiram ao formato proposto. O PS terá dito que não concordava que o cerimonial fosse igual ao do 25 de Abril e o CDS-PP defendeu que deve ter o mesmo nível.

Em Junho, em simultâneo com a proposta do CDS-PP, foi também aprovada a da Iniciativa Liberal para que o Parlamento incluísse a comemoração dos 50 anos do 25 de Novembro de 1975 no programa do cinquentenário do 25 de Abril na Assembleia. Neste caso, os socialistas já votaram a favor, ao lado da direita. Já o Chega viu rejeitada a sua pretensão (apoiada pelo CDS-PP) de que o dia passasse a ser feriado nacional – teve o voto contra de PSD, PS, Bloco, PCP, Livre e PAN; a IL absteve-se.

A ideia de também se assinalar formal e oficialmente o 25 de Novembro de 1975 como acontece com o 25 de Abril de 1974 tem surgido amiúde em debates no Parlamento – por vezes até nos discursos da revolução de Abril –, mas ganhou mais força quando se desenhou o programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. E levou mesmo a uma quezília entre o PSD, a IL e o ex-presidente da Assembleia da República, quando os liberais acusaram Augusto Santos Silva de ser o responsável por esse evento não ter sido incluído nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril levadas a cabo pelo Parlamento. No entanto, o programa das comemorações, sem esse evento, fora aprovado pela conferência de líderes sem que esses partidos tivessem mostrado qualquer oposição.

O Governo de Luís Montenegro anunciou, pouco depois de tomar posse no início de Abril, que vai "criar uma comissão para comemorar, em 2025, os 50 anos do 25 de Novembro".

CPI ao "caso das gémeas" de volta, com a mira nos seguros

Joana Mesquita

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ao "caso das gémeas" regressa hoje, depois de mais de um mês de interrupção e com uma agenda, nas próximas semanas, que inclui as audições dos antigos ministros da Saúde Marta Temido e Manuel Pizarro.

Durante as férias parlamentares, o presidente da Assembleia da República recusou o pedido do Chega para aceder a comunicações privadas do Presidente da República, advertindo que o não cumprimento constitui crime de desobediência qualificada. Mas o tema pode não ficar por aqui. Questionado pelo PÚBLICO, o gabinete de imprensa do Chega afirmou que o partido ainda não decidiu o que vai fazer quanto à decisão do presidente da Assembleia da República.

No despacho, após ter recebido um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR), José Pedro Aguiar-Branco recusa "dar cumprimento" ao pedido do Chega "de requerer à Presidência o registo e/ou cópia de todas as comunicações" referentes ao caso das gémeas luso-brasileiras que receberam o medicamento Zolgensma no Hospital Santa Maria.

O não cumprimento, adverte o presidente do Parlamento, "constitui crime de desobediência qualificada, por se considerar que tal requisição é ilegítima". O despacho surge depois de o Chega ter apresentado um requerimento potestativo para aceder às comunicações privadas de várias personalidades, inclusivamente do Presidente da República – que já fez saber que não vai prestar esclarecimentos à comissão parlamentar de inquérito, admitindo esperar pelo final das audições para decidir se se volta a pronunciar sobre o caso.

José Pedro Aguiar-Branco, presidente da Assembleia

Ex-cônsul ouvido hoje

Ainda antes das férias parlamentares, a generalidade dos deputados já tinha virado as atenções para o eventual papel de Juliana Drumond, companheira de Nuno Rebelo de Sousa, e da seguradora brasileira AMIL no caso, numa altura em que as audições de Fernando Frutuoso de Melo, chefe da Casa Civil, e Maria João Ruela, assessora da Presidência, parecem ter esclarecido tanto PS como PSD relativamente à intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa.

Depois de a CNN ter noticiado que a seguradora AMIL poupou milhões de euros com o tratamento das gémeas em Portugal e que Juliana Drumond é agente de seguros independente, prestando serviços à MDS Brasil, esta promete ser uma das rotas de investigação que os deputados vão seguir. Juliana Drumond ainda não respondeu à comissão e, por isso, a CPI pediu à Justiça que envie cartas rogatórias à companheira de Nuno Rebelo de Sousa e ao pai das crianças, que também não respondeu ao Parlamento.

Hoje será ouvido na CPI, por videoconferência, o ex-cônsul-geral de Portugal em São Paulo, o embaixador Paulo Jorge Nascimento. Para hoje estava também prevista a presença da antiga secretaria de Estado Adjunta e da Saúde Jamila Madeira, mas o CDS-PP apresentou um requerimento a prescindir da audição, que será aprovado.

Lei da eutanásia: Governo espera pelo TC, Bloco chama ministra da Saúde à AR

Fernando Costa e Liliana Borges

José Manuel Pureza, que assina a carta aberta a exigir a regulamentação, diz que é um "atentado contra o Estado de direito"

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda vai chamar a ministra da Saúde ao Parlamento para prestar esclarecimentos sobre a regulamentação da lei da eutanásia.

O anúncio foi feito ontem pela deputada bloquista Marisa Matias depois de o Governo ter reiterado que vai esperar pela resposta do Tribunal Constitucional sobre a constitucionalidade do diploma antes de decidir sobre a regulamentação. O esclarecimento do executivo chegou depois de 250 personalidades terem exigido a rápida regulamentação do diploma, numa carta aberta que juntou nomes como Francisco Pinto Balsemão, Rui Rio, Francisco Louçã, Rui Tavares ou Cotrim Figueiredo.

Em declarações na Assembleia da República, a deputada do BE disse que é "necessário" a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, "prestar esclarecimentos e justificar o porquê do atraso" na regulamentação da lei, aprovada a 31 de Março de 2023 e publicada a 25 de Maio desse ano. Marisa Matias sublinhou que a lei já foi "votada cinco vezes, já teve os reparos que tinha que ter" e que o debate público sobre esta matéria já leva mais de dez anos.

No requerimento do BE, a que o PÚBLICO teve acesso, o partido defende que "afirmações como a do ministro da Presidência, que declarou não existir em circuito legislativo nenhuma iniciativa do governo para regulamentar a lei da morte medicamente assistida, mostram apenas que é intenção do Governo continuar a protelar o processo, boicotando dessa forma uma lei em vigor".

Ontem, em resposta ao PÚBLICO sobre o manifesto assinado por 250 personalidades que pedem a regulamentação da lei da eutanásia, fonte oficial da Presidência do Conselho de Ministros ressalvou que "não comenta especificadamente o respectivo conteúdo e reconhece que se trata de matéria que é extraordinariamente complexa".

Para o Governo, os dois pedidos de fiscalização da constitucionalidade do diploma, um da autoria de um conjunto de deputados, e outro da Provedora de Justiça, "colocam seríssimas dúvidas de constitucionalidade e sobre o sentido de vários conceitos legais, pelo que os respectivos processos poderão permitir que o Tribunal Constitucional se pronuncie sobre essas dúvidas, bem como sobre a interpretação conforme à Constituição de vários dos conceitos jurídicos e operativos, cuja elucidação é indispensável para qualquer acção subsequente".

Ou seja, só depois de o Tribunal Constitucional se pronunciar é que o Governo decide se avança com a regulamentação.

"Dado que os processos de apreciação pelo Tribunal Constitucional decorrem há um tempo que permite esperar uma decisão judicial, e em linha com os compromissos públicos afirmados no período pré-eleitoral pelos partidos que apoiam o actual Governo, este aguarda atentamente as conclusões do Tribunal Constitucional sobre a constitucionalidade e a interpretação dos conceitos fundamentais da lei sobre a morte medicamente assistida", explica o executivo de Luís Montenegro.

Nas palavras do Governo, há uma "enorme complexidade em aspectos jurídico-constitucionais, deontológicos, técnicos e operacionais" no processo de regulamentação, que o anterior Governo não iniciou.

"Apesar de ter sido sob a sua égide política que se desenrolou a iniciativa e processo legislativo, o Governo anterior não entregou ao actual qualquer documento preparatório dessa regulamentação, ainda que tenha exercido funções durante cerca de dez meses após a publicação do diploma", diz o executivo.

Lei "é para cumprir", diz PS

Para José Manuel Pureza, professor catedrático, antigo deputado do BE e um dos promotores iniciais da carta aberta, a posição do Governo abre "um precedente gravíssimo", dado que abre a porta a que no futuro quem não esteja de acordo com uma lei possa multiplicar processos de fiscalização sucessiva e deixar essa legislação em suspenso. "É um atentado contra o Estado de direito", aponta o ex-deputado bloquista, em declarações ao PÚBLICO.

Também o secretário-geral do Partido Socialista (PS), Pedro Nuno Santos, defendeu, depois de uma visita a uma escola em Cascais, que a lei "é para cumprir".

"Neste momento, o Governo tem que cumprir aquela que é a sua função e, por mais que não concorde, é a lei em Portugal", disse o socialista. Pedro Nuno Santos afirmou ainda que o actual Governo pode "tentar alterar a lei", mas acrescentou que acredita que o povo português "está de bem com a lei que foi aprovada".

Rui Rocha, presidente da Iniciativa Liberal e também um dos signatários da Carta Aberta, disse, citado pela Lusa, que "não faz nenhum sentido" que a lei que despenaliza a morte medicamente assistida tenha sido aprovada no parlamento e "haja uma espécie de veto de gaveta" a atrasar o processo de regulamentação.

"É uma matéria delicada, melindrosa, mas o parlamento avaliou-a, foi decidido, não há nenhuma razão que justifique que quer o anterior Governo, quer este Governo, não procedam à regulamentação da lei", sustentou.

Na Carta Aberta avançada ontem pelo PÚBLICO, os mais de 250 signatários defendem que impedir a regulamentação da lei da eutanásia é "jurídica e politicamente inaceitável", lembrando que a lei foi aprovada já por cinco vezes na Assembleia da República.

DANIEL ROCHA

Governo ignora apelo de mais de 250 personalidades e vai esperar pela decisão do Constitucional

Morte medicamente assistida

O que está por regulamentar?

Susete Francisco

Tinha um prazo de regulamentação de 90 dias, passaram 400. E este número pode aumentar ainda consideravelmente: o Governo já disse que vai esperar pela decisão do Tribunal Constitucional para regulamentar a lei da eutanásia, num contexto em que os pedidos de fiscalização sucessiva ao TC não costumam ter resposta antes de (pelo menos) um ano. O que aponta – na melhor das hipóteses para o final de 2024.

Mas o que está por regulamentar na lei da eutanásia? Duas tarefas precisas: definir o modelo do Registo Clínico Especial (RCE) e o formulário do Relatório Final.

O RCE é o documento em que, obrigatoriamente, terão de ser registados todos os passos do processo clínico de cada doente. E são muitos, do pedido de abertura do processo (pelo doente) ao parecer inicial de um médico orientador sobre se estão cumpridos os requisitos necessários, e a posterior declaração do paciente a reiterar a sua vontade. No RCE ficam também inscritos o segundo parecer – de um médico especialista – e novo assentimento do doente, bem como um terceiro parecer do médico especialista em psiquiatria – nos casos em qwue seja exigível este passo.

O RCE seguirá depois para a Comissão de Verificação e Avaliação dos Procedimentos Clínicos de Morte Medicamente Assistida (CVA), entidade ainda por formar que ficará responsável por avaliar, em cada caso, se foram cumpridos todos os requisitos exigidos. Se for o caso, o doente tem novamente que afirmar a sua vontade de prosseguir, após o que o processo avança para a concretização. Nesta fase, também todos os passos e decisões – o método aplicado, local, testemunhas presentes – têm que ficar inscritos no RCE.

O documento é depois entregue à Inspecção-Geral das Actividades em Saúde (IGAS) – que pode acompanhar presencialmente a concretização da decisão do doente. E, terminado o processo, tem de ser enviado novamente à CVA, integrando o relatório final do médico orientador.

Eutanásia foi aprovada em 2023

Este Relatório Final é outro documento cujo modelo tem de ser definido pelo Governo na fase de regulamentação, identificando todos os intervenientes no processo, detalhando todo o processo, o método e os fármacos letais utilizados, a data, a hora e o local onde se praticou a morte medicamente assistida e a identificação dos presentes.

Se a regulamentação passa por definir o modelo de dois documentos, porquê então o atraso num processo legislativo que deveria já estar concluído há mais de um ano? Ao PÚBLICO, fonte do gabinete do anterior ministério da Saúde, então liderado pelo socialista Manuel Pizarro, sustenta que este é um processo complexo e argumenta com a demissão de António Costa, a 7 de Novembro, para sustentar que depois dessa data deixou de haver condições políticas para avançar numa questão que é necessariamente polémica. A mesma fonte questiona, aliás, que a definição do modelo destes dois documentos tenha ficado remetida para regulamentação – ou seja, para uma decisão política – quando se trata de um documento que é, sobretudo, de natureza "técnica".

Comissão em risco

Outro passo que promete não ser fácil no caminho que ainda falta para a concretização efectiva da morte medicamente assistida será a constituição da Comissão de Verificação e Avaliação. De acordo com a lei, integrarão a CVA um jurista designado pelo Conselho Superior da Magistratura e outro pelo Conselho Superior do Ministério Público, um médico designado pela Ordem dos Médicos e um enfermeiro designado pela Ordem, bem como um especialista em bioética. Mas quer o anterior, quer o actual bastonário da Ordem dos Médicos – que é contrária à morte medicamente assistida – disseram publicamente que não nomeariam um médico para esta comissão. "A posição do bastonário é de não nomear ninguém para a comissão", disse Carlos Cortes em 2023.

Santa Casa vai dispensar 207 trabalhadores até ao próximo ano

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem actualmente 6014 trabalhadores e o objectivo é reduzir para 5807. Dispensas deverão passar por um plano de reformas antecipadas e pré-reformas

Sónia Trigueirão

A nova mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), liderada desde 20 de Maio por Paulo de Sousa, quer chegar ao próximo ano com 5807 trabalhadores, menos 207 do aqueles que tem actualmente.

A redução da despesa com recursos humanos é um dos objectivos do plano de reestruturação que o novo provedor entregou à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, no dia 18 de Julho, e cujas linhas gerais foram apresentadas como parte de um plano estratégico para 2024-2027, no início desta semana, aos dirigentes da SCML.

De salientar que o Plano de Actividades e Orçamento de 2024 (PAO), publicado no *site* da SCML, refere como "o peso das despesas com pessoal, que em 2022 representaram 63% das receitas totais, devido a uma estrutura de grande dimensão, excessivos níveis hierárquicos e inúmeros cargos de chefia, limita fortemente os recursos a afectar a actividades e missão estatutária".

Segundo dados oficiais, a SCML tem ao seu serviço 6014 trabalhadores. A despesa com pessoal ascendeu a 152 milhões de euros em 2023 e a estimativa era de que superasse os 162,6 milhões em 2024.

A SCML tem ao seu serviço 1838 trabalhadores com 55 anos ou mais. De acordo com um quadro relativo à distribuição dos funcionários por escalões etários, 235 têm 65 ou mais anos, 1603 têm entre 60 e 64 anos e 1774 entre os 45 e os 54.

Estes dados assumem particular importância quando, ao que tudo indica, a dispensa de funcionários deverá passar por um plano de reformas antecipadas e pré-reformas. Porém, o plano estratégico não se fica por aqui e revela-se até bastante ambicioso, dada a situação financeira da Santa Casa.

A nova direcção da SCML quer alcançar já em 2025 um resultado líquido positivo de cerca de 38,4 milhões de euros. Apesar de ainda não estar publicado, já foi noticiado que, segundo o Relatório de Gestão e Contas de 2023, a SCML chegou ao fim do ano passado com um resultado líquido de 2,4 milhões de euros e que as receitas provenientes dos jogos sociais caíram 2%, para 191,10 milhões de euros, face aos 195 milhões registados no ano anterior. Já para este ano, e segundo a informação prestada aos dirigentes, a SCML deverá chegar ao fim de 2024 com um resultado líquido positivo na ordem dos 10,2 milhões de euros. Mas o objectivo é melhorar estes resultados. Num quadro apresentado aos dirigentes, é revelado que, para 2026, o objectivo é ter resultados líquidos positivos de 39,5 milhões de euros e em 2027 ultrapassar os 46,5 milhões.

Para ajudar, há que aumentar a receita. O objectivo é passar de uma receita corrente de 289,5 milhões de euros em 2024 para 355,5 milhões em 2027. As estimativas apontam para que a despesa corrente aumente, mas não de forma tão expressiva. Segundo o que foi mostrado aos dirigentes, o objectivo é passar de uma despesa corrente de 268,6 milhões de euros em 2024 para 278,9 milhões em 2027.

A SCML quer reduzir os custos médios por utente em 15% e ver os jogos sociais crescerem (em 2023 as receitas com estes últimos baixaram)

2,4

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa chegou ao fim do ano passado com um resultado líquido de 2,4 milhões de euros

Mais mediadores

Pelo meio, a nova direcção também quer duplicar a rentabilidade dos seus imóveis e, tal como já anunciou, aumentar o número de mediadores de jogos sociais: 200 até ao final de 2024 e mais 800 até ao final de 2025. Actualmente a SCML tem cerca de 4800 mediadores. Também quer reduzir os custos médios por utente em 15%, reduzir os prejuízos de exploração no centro hospitalar em cinco milhões, obter uma taxa de crescimento anual nos jogos sociais no valor a distribuir pelas entidades beneficiárias de 10 milhões de euros e reduzir os custos operacionais em 15%, entre outras medidas, como desinvestir na internacionalização. Esta parte deverá passar por acabar com a Santa Casa Global, empresa criada em 2021 para levar a cabo o projecto da internacionalização de jogos, e que constituiu participadas no Brasil, em Inglaterra e no Peru.

Como é que a instituição vai fazer isto tudo? Em concreto, não foram dados detalhes. Falou-se em recorrer a um modelo de financiamento baseado em fundos europeus, financiamento bancário/obrigacionista, parcerias com a Saúde e na possibilidade de criar novos jogos.

O plano de reestruturação, tal como o PÚBLICO já tinha noticiado, é para ser aplicado em três anos e tem como objectivos melhorar a eficiência, através da racionalização de recursos e da aposta na informatização de sistemas, o reequilíbrio financeiro e a requalificação da qualidade dos serviços prestados pela SCML, que tem como foco a acção social. Além de que também vai passar pela alienação de património.

CPI arranca dia 18

Será constituída uma equipa para acompanhar a execução do plano estratégico e promovida brevemente uma reunião de quadros das várias áreas da SCML, nomeadamente da Acção Social, da Saúde, do Património e do Departamento de Jogos.

Recorde-se que está previsto arrancar, já no dia 18 de Setembro, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) à gestão estratégica e financeira e à tutela política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 2011, quando esta era liderada pelo antigo primeiro-ministro e antigo líder do PSD Pedro Santana Lopes, que foi nomeado para o cargo de provedor por Pedro Passos Coelho.

"É evidente que motivo é ódio racial": PJ não tem dúvidas sobre facadas a imigrantes

Joana Gorjão Henriques

PJ investiga se agressão racista na madrugada de terça-feira no Porto tem ligação a ataques a imigrantes em Maio

A Polícia Judiciária não tem qualquer dúvida de que o ataque com faca a dois imigrantes no Porto na madrugada de terça-feira por um suspeito que já foi detido teve motivações racistas: "É completamente evidente que o motivo é ódio racial", disse ao PÚBLICO fonte ligada ao processo. As agressões aconteceram porque os homens – um marroquino, no primeiro ataque, e um indiano, no segundo – são estrangeiros e foram escolhidos de forma "completamente aleatória", diz a mesma fonte.

Até agora, tudo indica que o alegado agressor, que ficou em prisão preventiva, tenha actuado sozinho, mas a investigação estará a apurar se há ligações a grupos extremistas como no caso de Maio, em que encapuzados entraram em casa de imigrantes, espancaram-nos e protagonizaram outros dois casos de agressões a estrangeiros nesse dia. "Não confirmo nem desminto", afirmou fonte da PJ ligada ao processo quando questionada sobre se há ligações entre os dois ataques, embora até agora não tenha sido apurada qualquer relação do detido com outros indivíduos ou eventos como o de Maio. Descartada está a hipótese de ter sido o mesmo homem, até porque o alegado agressor de Maio foi detido.

A PJ deteve um homem de 26 anos suspeito de ter praticado crimes racistas contra dois imigrantes naquela cidade, na madrugada de terça-feira, depois de, em Maio, um jovem de 27 anos ter sido detido acusado de ataques racistas a vários imigrantes também no Porto. Em comunicado – e depois de o *Jornal de Notícias* noticiar ontem o caso – a PJ refere que o jovem é suspeito de tentativa de homicídio qualificado, discriminação, incitamento ao ódio e à violência e roubo de dois imigrantes.

A PJ está a investigar os factos que ocorreram em dois momentos, mas de modo sucessivo, na rua. A primeira situação foi na zona do Campo de 24 de Agosto - exactamente o local onde ocorreu um dos três ataques de Maio. "Após abordar aleatoriamente alguns cidadãos estrangeiros, com insultos de índole racista, o arguido, munido de uma arma branca, atacou as vítimas com violência e apoderou-se de alguns dos seus pertences", refere o comunicado. Uma das vítimas ficou ferida "com gravidade no tórax" e está nos cuidados intensivos do Hospital de São João.

"Vão para a vossa terra"

Quinze minutos depois, na zona de São Roque da Lameira, o homem abordou outro cidadão estrangeiro "proferindo novamente insultos de índole racista" e atacou-o com uma faca. "Após estas acções, e por forma a evitar a sua identificação e detenção, o suspeito alterou a sua aparência física e rotinas."

A PJ diz que tomou diligências "de forma ininterrupta" e que, menos de 48 horas depois dos alegados crimes, deteve o suspeito, que será presente à autoridade judiciária para interrogatório judicial e aplicação de medidas de coacção.

De acordo com o que revelou fonte da Judiciária ao PÚBLICO, no primeiro ataque o homem começou a insultar dois cidadãos marroquinos, que nem sequer terão percebido o que dizia, algo que as testemunhas no local, portugueses, reportaram às autoridades. "Isto é nosso! Vão para a vossa terra", terá dito. De seguida, pegou numa navalha e acertou num deles.

Os dois cidadãos marroquinos começaram a fugir e agentes da PSP que estavam no local abordaram-nos para perceber as razões. Face aos ferimentos, a PSP chamou o INEM. Entretanto, os mesmos agentes da PSP notaram, através de comunicações internas, que estava a acontecer outra situação similar numa bomba de gasolina e ligaram os dois acontecimentos – o caso ganhava assim outra dimensão, conta a mesma fonte. Nas bombas, o agressor dirigiu-se a um cidadão indiano que estava a beber um café no interior da loja, disse-lhe que não gostava da sua raça e que até já tinha sido condenado por esfaquear um imigrante. O imigrante saiu, mas o agressor perseguiu-o até à zona do abastecimento, esfaqueou-o e fugiu.

Cortou a barba e o cabelo

Mas as câmaras de videovigilância filmaram a agressão. Percebendo que estava já na mira das autoridades, alterou totalmente a sua fisionomia, disfarçando-se: tinha cabelo comprido e rapou-o, assim como a barba, para se tornar irreconhecível, diz a mesma fonte.

Segundo esta fonte, os dois marroquinos, de 30 e 31 anos, estavam há pouco tempo em Portugal e tinham-se conhecido naquele dia; já o indiano, de 25 anos, tem o objectivo de se estabelecer no país.

Em Maio, vários homens encapuzados entraram em casa de imigrantes e agrediram-nos. Um jovem de 27 anos foi detido, e segundo o PÚBLICO noticiou, ele e mais cinco dos suspeitos foram conotados como pertencentes ao grupo neonazi 1143. O próprio advogado do detido confirmou que ele tinha participado numa manifestação anti-imigração organizada no Porto pelo 1143 no início de Abril, embora negue que pertença ao grupo. Os ataques de Maio ocorreram igualmente em vários momentos: um às 0h40, no Campo de 24 de Agosto, com dois argelinos que dizem ter sido agredidos com tacos de basebol por um grupo de quatro a cinco portugueses que seguiam num carro que parou junto a eles (os agressores iriam com gorros); outro na Rua do Bonfim, pela 1h, em que um grupo, com dez a 15 elementos, alguns encapuzados, entrou em casa de um grupo de imigrantes, a maioria argelinos, e agrediu alguns (dois tiveram de receber tratamento hospitalar); e um terceiro, pelas 3h15, na zona da Batalha, em que um grupo de oito homens terá agredido um marroquino e ameaçado com uma arma de fogo. O caso ainda está em investigação.

Questionado ontem pelos jornalistas, o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, condenou este novo ataque. "Preocupa-nos todo o tipo de violência, mas esse tipo de violência é terrível" disse. "Aqui é mais uma questão de civismo", disse. "O Porto nem nenhuma cidade pode viver sem imigrantes."

PAULO PIMENTA

Em Maio, vários homens encapuzados entraram em casa de imigrantes no Porto e agrediram-nos

Travar ódio contra imigrantes
Cerca de 1300 pessoas exigem que políticos tomem medidas

São cerca de 100 colectivos e 1300 pessoas que assinam uma carta em que pedem a vários políticos e instituições – do Presidente da República e do primeiro-ministro ao presidente do Tribunal Constitucional – que travem o discurso e acções contra a imigração.

Há duas manifestações anti-imigração marcadas, uma pelo partido Chega para 21 de Setembro, em Lisboa, e outra pelo grupo neonazi 1143, em Guimarães, para 5 de Outubro. Publicada pelo Grupo de Acção Conjunta contra o Racismo e a Xenofobia e enviada a diversas entidades na quarta-feira, refere que "as entidades a quem a carta se dirige têm o dever de agir para travar a escalada de ódio que se verifica e criar mecanismos que realmente permitam a melhoria das condições de vida de todas as pessoas, assegurando o acesso a direitos básicos de saúde, educação, justiça, participação e reconhecimento cívico."

Os signatários consideram que é "urgente clarificar o posicionamento público e institucional sobre a imigração em Portugal". Questionam: "É ou não indispensável, para a sociedade portuguesa, promover uma melhor e universal educação pública, habitação acessível, transportes com mais qualidade, um sistema de saúde de qualidade, que sirva para todas as comunidades imigrantes, em condições de igualdade em relação à população portuguesa?"

Afirma ainda que os grupos extremistas "são compostos por elementos suficientes para desencadear o ódio racista, xenófobo, islamofóbico". **J.G.H.**

Escolas sem telemóveis: benefícios mais evidentes no bem-estar do que nas notas

DANIEL ROCHA

Maioria dos estudos centra-se em adolescentes do 3.º ciclo e secundário. Há indícios de melhor desempenho académico e de redução do *bullying*

Tiago Ramalho

Não há uma resposta taxativa sobre os benefícios da proibição dos telemóveis nas escolas. Embora haja cada vez mais estudos sobre o impacto que a retirada dos telemóveis terá nos alunos, os efeitos no desempenho académico ainda carecem de mais investigação. Por outro lado, os seus benefícios têm sido mais evidentes na redução de problemas sociais nas escolas, como o *bullying*.

"Há ainda muito pouca investigação, até porque é um fenómeno recente", adverte Célia Oliveira, professora da Universidade Lusófona do Porto. Em duas dezenas de estudos consultados pelo PÚBLICO, a maioria reporta resultados sobretudo em estudantes do 3.º ciclo e do ensino secundário - o Governo português recomendou esta quarta-feira banir os telemóveis apenas entre o 1.º e o 6.º ano de escolaridade.

Mesmo olhando para estas investigações, nota-se que os efeitos do uso dos telemóveis no desempenho académico são maioritariamente prejudiciais, embora "modestos", como indica uma revisão de estudos publicada este ano por cientistas da Universidade de Augsburg (Alemanha) na revista *Education Sciences*. Noutro exemplo, segundo uma tese de doutoramento realizada na Noruega e publicada em 2023, da investigadora Sara Abrahamsson, os efeitos destas restrições foram notados apenas em raparigas – cujas notas foram mais elevadas para quem tinha acesso restrito ao telemóvel. Aliás, em todos os estudos em que há distinção entre género, os benefícios são mais claros para as raparigas.

Embora a maioria dos estudos encontre benefícios académicos na restrição destes dispositivos, a mais recente revisão científica, publicada em Agosto deste ano na revista *Journal of Psychologists and Counsellors in Schools* por uma equipa australiana, sublinha que "há provas limitadas" para alimentar o debate sobre a proibição de telemóveis – algo que já é uma realidade em dezenas de países por todo o mundo. Ainda assim, as autoras concluem que as "restrições podem ser benéficas para as metas académicas de alguns estudantes, mas não farão diferença nos restantes".

A fragilidade e os parcos números de publicações científicas sobre o impacto destas medidas levantam algumas cautelas sobre os seus efeitos (positivos ou negativos) – algo notório nas conclusões da maioria dos estudos consultados. Por exemplo, uma investigação conduzida na República Checa, e publicada em 2021 no *International Journal of Environmental Research and Public Health*, não recomenda a proibição do uso de aparelhos tecnológicos nas escolas, dado que podem encorajar "os estudantes a usá-los secretamente e aumentar o desejo de utilização". No fundo, recomendando uma perspectiva de educação dentro das próprias escolas para o uso saudável da tecnologia.

Ciberbullying a diminuir

No entanto, o debate não se centra meramente no desempenho académico, mas também em questões comportamentais e de saúde mental, que tendem a afectar no médio a longo prazo os próprios resultados na escola. Célia Oliveira sublinha a crescente investigação "preocupante" sobre os efeitos do uso dos telemóveis no desenvolvimento das crianças e jovens - aspecto em que a investigação científica se tem debruçado mais recorrentemente.

Os efeitos podem ser múltiplos. Por um lado, na concentração e atenção nas aulas ou fora delas. Por outro, na própria saúde, dado que vários estudos têm associado o uso excessivo do telemóvel ao excesso de peso e obesidade (que em si aumentam, por exemplo, o risco cardíaco). A dependência dos ecrãs, o isolamento social e a pior qualidade do sono das crianças e jovens também são problemas a ter em conta nesta equação.

PAULO NOVAIS/LUSA

Governo recomenda banir os telemóveis apenas entre o 1.º e o 6.º anos

Ministro da Educação assinalou ontem a abertura das aulas

Radiografia

Em caixas ou nas mochilas, quais as estratégias das escolas?

No contexto escolar, é a redução dos casos identificados de *bullying* que merece maior atenção. Em Espanha, um estudo já de 2021, de investigadores da Universidade de Valência, descreve uma redução significativa nos casos de *bullying* nas escolas das duas regiões que baniram telemóveis desde 2015 (Galiza e Castela). A tese de doutoramento de Sara Abrahamsson, na Noruega, também notou menos casos de *bullying* e uma redução dos pedidos de consulta de Psicologia nos estudantes. A revisão da equipa australiana publicada em Agosto deste ano acrescenta que estes resultados são relevantes no 3.º ciclo (redução de 15% a 18% nos casos de *bullying*) e no secundário (9,5% a 18%), mas que a proibição de telemóveis não tem efeitos neste capítulo abaixo dos 12 anos.

A exposição aos ecrãs e aos telemóveis em particular tem sido particularmente visada nos últimos relatórios de organizações como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), que no ano passado defendeu que a utilização de telemóveis nas escolas deve ser exclusivamente limitada às actividades curriculares.

Além das questões do desempenho académico, cujas provas não são ainda totalmente convincentes, os grandes argumentos deste relatório centram-se no bem-estar das crianças. Por exemplo, a exposição prolongada a dispositivos electrónicos - e, aqui, isso significa acima das duas horas por dia - tem revelado contribuir para um menor bem-estar físico das crianças e adolescentes (dos dois aos 17 anos).

Este impacto no bem-estar físico, mas também psicológico, motivou as restrições propostas que foram elencadas por um grupo de dez especialistas num relatório pedido pelo Governo francês, onde era definida a exclusão de dispositivos electrónicos até aos três anos, a ausência de telemóvel até aos 11 anos ou a proibição de redes sociais até aos 15 anos.

Célia Oliveira acrescenta que estas medidas são mais relevantes pelo contexto de exposição a conteúdos inadequados ou pela iliteracia digital das crianças e jovens, mas também dos pais.

No ano lectivo passado, cerca de 2% dos mais de 800 agrupamentos de escolas em Portugal já tinham tomado medidas de restrição ou mesmo de proibição do uso de telemóveis nos recreios.

Daniela Carmo

É o primeiro tempo lectivo da manhã. À medida que entram na sala de aula, os alunos vão deixando o telemóvel numa caixa, que o professor guarda em seguida num armário fechado à chave durante todo o dia. Terminadas as aulas, chega a hora de fazer o movimento inverso: abre-se o armário, retira-se a caixa e os alunos recuperam o respectivo telemóvel. É assim em todas as turmas do Agrupamento de Escolas António Alves Amorim, em Lourosa (Santa Maria da Feira). O método de operacionalização não é o mesmo em todas as escolas do país que já limitaram o uso dos ecrãs. Há escolas que optaram antes pela consciencialização em detrimento da obrigação, permitindo aos alunos manterem os dispositivos com eles.

Ao PÚBLICO, o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), Manuel Pereira, também director da EB 2,3 General Serpa Pinto, em Cinfães – uma das que limitaram o uso dos telemóveis em 2023 –, nota que há mais de um ano que anda a discutir esta limitação com outros directores. "Cada um tinha a sua opinião, mas a verdade é que uso a minha escola como exemplo de como se pode implementar a medida de uma forma tranquila. Tenho passado essa mensagem a vários colegas, que me têm dito que vão experimentar".

Na decisão, que acabou por limitar o uso de telemóveis nos intervalos (nas aulas, só como recurso pedagógico, se pedido pelo docente), foram incluídos os diferentes intervenientes da comunidade escolar, não só a direcção da escola, mas também professores, pais e alunos. Os alunos mantêm os telemóveis com eles no bolso, na mochila ou deixam-nos em casa, como preferirem. Não podem é tocar nos dispositivos desde que entram até que saem do recinto. Ao fim de um ano de operacionalização da medida, o balanço é positivo: "Não foi preciso punir ninguém."

"Cada escola tem a sua posição"

"Se víamos algum aluno com o telemóvel durante o intervalo, lá o sensibilizávamos, ou eram mesmo os próprios colegas a fazê-lo", recorda o dirigente escolar, ao mesmo tempo que defende que "o excesso de uso e dependência dos telemóveis é um problema em todas as escolas".

Já o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Andaep), Filinto Lima, não generaliza. "Cada escola tem a sua posição e, por isso, parece-me positivo que esta deliberação do Governo tenha chegado às escolas em jeito de recomendação e não de imposição", refere ao PÚBLICO. "Admito que poderão existir novos debates, em sede de conselho pedagógico e conselho geral, em virtude da deliberação, mas a maior parte das escolas sabe muito bem se há-de proibir o uso do telemóvel e em que condições", defende também.

Foi precisamente após reunião do conselho pedagógico, seguida do conselho geral, que o Agrupamento de Escolas Gil Vicente, em Lisboa, avançou, há um ano, com a proibição dos telemóveis no recinto escolar e com a própria alteração do regulamento interno. Como resultado, a comunidade escolar viu os alunos mais ligados uns aos outros. Desde que desligaram, começaram a conviver, a brincar durante o recreio, a saltar, a correr, no fundo, agora mexem-se mais, conversam, jogam.

"Na nossa escola vai-se manter a restrição. Penso que a recomendação é uma porta aberta para que outras escolas avancem, agora sem dúvidas e sem medos, para aquilo que é uma posição muito mais efectiva por parte do Ministério da Educação", diz a coordenadora de projectos do agrupamento, Sandra Rosa. "Até porque agora voltamos a ter uma escola mais barulhenta, mais activa. Foi particularmente positiva esta mudança."

Neste agrupamento convivem alunos do secundário com crianças do 2.º ciclo, por exemplo, e, se a utilização dos telemóveis não estava vedada aos mais velhos no último ano lectivo, havia "uma forte recomendação para não utilizarem os *smartphones*" para que assim dessem o exemplo aos mais novos. "A convivência foi particularmente saudável porque os mais velhos sabiam que não podiam utilizar os telemóveis em espaços comuns com os mais novos", resume.

A limitação dos telemóveis nas escolas ganhou novo fôlego no início do último ano lectivo, depois de ter sido lançada, em Maio de 2023, a petição "Viver o recreio escolar, sem ecrãs de smartphones!", assinada por mais de 23 mil pessoas, e na qual se pede a revisão do Estatuto do Aluno, vedando o uso do telemóvel a partir do 2.º ciclo. De acordo com a lista enviada ao PÚBLICO pelo movimento, contam-se, pelo menos, 15 escolas no país (de Cinfães a Lisboa, passando por Santa Maria da Feira, Almeirim, Oeiras e Guimarães, entre outros), a maior parte num movimento iniciado há um ano. O Colégio Moderno proibiu estes dispositivos em 2008.

Já há pelo menos 15 escolas que aplicam restrições

"Precisamos de regras, não apenas de recomendações"

O Movimento Menos Ecrãs, Mais Vida vê a recomendação do Governo como positiva, mas realça que é necessário ir mais além.

"Estas recomendações deveriam ter sido mais ambiciosas, ou seja, deveriam ter englobado o 3.º ciclo, ou seja, até ao final do 9.º ano, pelo menos nesta fase", considera Catarina Prado e Castro, uma das fundadoras deste movimento., Diz ainda que o Governo deveria ter sido mais firme, temendo que, dando autonomia às escolas, muitas optem por não o adoptar.

"Não podemos deixar nas mãos dos directores [dos agrupamentos escolares] uma decisão que compromete, de facto, a saúde e o bem-estar das crianças e dos jovens. E, por isso, nós queremos regras, não queremos recomendações. Isto não é uma decisão para 800 e tal cabeças. É uma decisão que tem de ser governamental, baseada nas evidências científicas que existem", frisou, lembrando que um pouco por toda a Europa estão a ser tomadas medidas (ler ao lado). **CFM**

Pelo mundo

A proibição ou limitação do uso de telemóveis dentro da escola tem sido tema um pouco por toda a Europa — e fora dela. Estas decisões reflectem, além de preocupações com o nível de atenção dos alunos durante as aulas, outras questões como o *cyberbullying*, a privacidade e a saúde mental.

França Em 2018, as crianças e jovens franceses até aos 15 anos ficaram proibidos de utilizar o telemóvel na escola, durante as aulas, intervalos e horas de almoço, com o objectivo de combater casos de *bullying* e diminuir as distracções. Este ano lectivo, vão ter mesmo de passar a deixar os dispositivos fora da sala de aula, numa espécie de cacifo, pelo menos nas cerca de 200 escolas do 2.º e 3.º ciclo onde a medida vai ser testada.

Itália Em 2022, o Governo proibiu os telemóveis na sala de aula, abrindo a excepção de poderem ser usados apenas para fins educacionais, sob a supervisão do professor. Já este ano, vai limitar totalmente a sua utilização.

Grécia Alunos podem levar os seus telemóveis para a escola, mas devem mantê-los dentro das mochilas. Quem violar a regra pode ter uma suspensão de um dia.

Espanha Algumas regiões autónomas já limitam a utilização: a Galiza proibiu o uso de telemóveis em todo o estabelecimento escolar. Também em Castilla-La Mancha e na comunidade de Madrid foram limitados, embora os equipamentos possam ser usados nas aulas.

Países Baixos Em Janeiro, o governo proibiu a utilização de telemóveis, *tablets* e *smartwatches* nas escolas primárias e secundárias. Os alunos devem deixar o telefone em casa ou num cacifo na escola.

Hungria Só é permitida a sua utilização para fins educativos sob supervisão dos professores. As escolas deverão recolher os *smartphones* no início do dia. **CFM**

Professores têm de escolher entre apoio à deslocação ou à renda

Clara Viana

Diploma com novas medidas já foi homologado por Marcelo. Docentes sem habilitação profissional terão vínculo provisório

Os professores que dão aulas longe de casa não deverão poder acumular o novo subsídio de deslocação com o apoio à renda aprovado pelo anterior Governo. Esta proibição está patente no projecto de decreto-lei apresentado aos sindicatos de professores na segunda-feira.

O diploma que cria o subsídio de deslocação e o concurso extraordinário de vinculação foi promulgado ontem pelo Presidente da República, menos de 24 horas depois de ter sido aprovado pelo Governo. Estas duas medidas destinadas a atrair professores juntam-se a outras 15 com o mesmo objectivo, que entraram em vigor no final de Agosto.

O novo subsídio de deslocação, descrito como um "apoio extraordinário" e que oscila entre 150 e 450 euros, destina-se a docentes cujo domicílio fiscal diste mais de 70 quilómetros da escola onde estão colocados. Pela primeira vez, as distâncias serão "contadas por estrada" e não em linha recta, como era hábito, o que corresponde a uma velha reivindicação dos docentes.

Este novo apoio só será, contudo, atribuído a professores colocados nas escolas mais carenciadas, que se situam sobretudo nas regiões de Lisboa e do Algarve. Este é um ponto em comum com os critérios estabelecidos para atribuição do "apoio extraordinário à renda" aprovado em 2023, que tem um valor máximo de 200 euros.

PAULO PIMENTA

Apoio extraordinário à renda tem um valor máximo de 200 euros

Em Maio deste ano só dez professores estavam a receber este apoio. Em resposta ao PÚBLICO, a tutela deu então conta de que a Direcção-Geral da Administração Escolar (DGAE) recebeu 49 candidaturas, tendo, à data, sido aprovadas dez: "As restantes foram consideradas inválidas, por não cumprirem os requisitos necessários". A DGAE já abriu as candidaturas para este ano lectivo.

Outro ponto em comum entre as duas ajudas a deslocados: os candidatos ao apoio à renda têm também de estar colocados a mais de 70 quilómetros de casa, com a diferença de que estas distâncias continuam a ser calculadas em "linha recta".

Vínculo provisório

O PÚBLICO aguarda respostas do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) sobre as razões para a proibição da acumulação destes apoios. O novo subsídio de deslocação terá um custo global de 10 milhões de euros anuais, segundo indicou o ministro da Educação. Para o apoio à renda terão sido atribuídos oito milhões de euros em 2024.

Sobre o concurso extraordinário, refira-se que o diploma estabelece regras próprias para o acesso à carreira docente de candidatos sem habilitação profissional. Esta habilitação, conferida pelos mestrados em Ensino, continua a ser descrita, na lei, "como condição para o exercício da função docente". Apesar deste preceito, o recrutamento dos candidatos que possuam apenas uma licenciatura (habilitação própria) tem sido autorizado na contratação directa pelas escolas.

O novo concurso extraordinário, que o Governo pretende ter concluído em Novembro, é o primeiro que abre as portas à entrada na carreira de candidatos com habilitação própria. Mas com condições. A saber: o ingresso na carreira será provisório, só se consolidando "o vínculo no prazo máximo de quatro anos após a abertura dos primeiros cursos correspondentes às condições de profissionalização". Acrescente-se ainda que a não-verificação desta condição (ter sido feita a profissionalização) "determina a anulação da colocação obtida, salvo se o docente demonstrar que tal facto não lhe é imputável".

Este concurso destina-se apenas a ocupar lugares em falta nas escolas classificadas como "carenciadas": "Aquelas em que no próprio ano lectivo e nos dois anos lectivos anteriores se verificou a existência de alunos sem aulas durante, pelo menos, 60 dias consecutivos." O ministério não tem ainda uma previsão de quantas vagas irão abrir, apenas que há "centenas" de professores em falta.

João Costa contesta números do Governo

Clara Viana

O ex-ministro da Educação João Costa contestou os números de alunos sem professor durante a sua tutela que têm sido apresentados pelo actual Governo. "Objectivamente não correspondem à verdade", disse ontem, durante uma audição no Parlamento.

Esta audição foi requerida pelo Chega "para prestar esclarecimentos sobre irregularidades no concurso de professores". Na sua intervenção inicial, João Costa começou pelos alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. Lembrou que o Ministério da Educação tem repetido que, em Setembro de 2023, havia 324.228 alunos nesta situação, o que desmentiu. "O que me preocupa é se este número [324.228] não está a ser inflacionado para depois se poder apresentar uma resolução do problema com base num valor que é o certo", alertou, dizendo que foi "o primeiro governante a dizer que tínhamos falta de professores".

"Tenho os relatórios da Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que reportava semanalmente sobre as carências de professores. No final da segunda reserva de recrutamento, que é o período homólogo a este, o número de alunos sem todos os professores era de 72.894", descreveu, adiantando que, por comparação, a situação conheceu um "agravamento de 30% a 40%". "Temos de trabalhar com números verdadeiros e não andar a vender ilusões", frisou, para acrescentar que, no final do ano lectivo, o número de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina rondava os 15 mil. O final do 1.º período é o prazo que o ministério apresentou para reduzir em 90% as carências de professores por comparação ao mesmo período de 2023.

João Costa alertou ainda para um provável agravamento do número de alunos sem professor durante estes primeiros tempos de aulas. "É uma altura em que entram muitas baixas médicas", descreveu, ilustrando com a situação vivida no ano passado: dos 72.894 alunos sem professores após a segunda reserva de recrutamento, passou-se para 144 mil no seguimento da terceira edição deste concurso nacional, que se realiza semanalmente. A terceira reserva deste ano está marcada para o próximo dia 16. Quanto aos últimos concursos de professores que promoveu – que têm sido apontados como um dos factores que levaram à não colocação de milhares de docentes por terem existido, alegadamente, vagas a mais –, insistiu que o número de vagas abertas correspondeu a um "histórico realista das necessidades das escolas", ou seja, visou não só responder a faltas no imediato, mas também a todas as outras que se projectavam devido às "aposentações", entre outros.

O ex-ministro da Educação foi ao Parlamento para ser ouvido sobre os concursos dos professores deste ano

Enfermeiros não aceitam proposta do ministério

Alexandra Campos

Plataforma concorda com os valores para 2024 e 2025 mas rejeita aumentos salariais propostos para 2026 e 2027

Ainda não foi desta que a plataforma que reúne cinco sindicatos de enfermeiros chegou a acordo com o Governo para a revisão da tabela salarial. Os dirigentes das cinco estruturas sindicais que constituem a plataforma não concordam com a contraposta de aumento salarial faseado que ontem lhes foi apresentada pela ministra da Saúde e a secretária de Estado da Administração Pública, apesar de reconhecerem que houve uma aproximação substancial aos valores que reivindicam.

Na última ronda negocial, no final de Julho, o Governo acabou por retirar a proposta de aumento de 52 euros para os enfermeiros que entravam em cada uma das categorias, a qual foi considerada inaceitável pela plataforma que agrega o Sindicatos dos Enfermeiros, o Sindicato Independente de Todos os Enfermeiros Unidos, o Sindicato Nacional dos Enfermeiros, o Sindicato Independente Profissionais Enfermagem e o Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal.

Ontem, o Governo aproximou-se das reivindicações relativamente aos anos de 2024 (o aumento salarial vai avançar já a partir do de Novembro) e de 2025, mas "ficou longe do que era proposto para 2026 e 2027", explicou ao PÚBLICO o presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Pedro Costa. Foi um "avanço significativo face à última reunião", dado que a contraproposta agora apresentada pelo Governo representa um aumento salarial superior a 150 euros para os enfermeiros e de mais de 200 euros para os enfermeiros especialistas e os enfermeiros gestores em 2024 e 2025. Mas a proposta da plataforma "são duas posições remuneratórias da tabela da carreira de enfermagem" até 2027, especificou. Sem abdicarem destes valores, e porque o ministério se comprometeu a analisar a proposta para 2026 e 2027, solicitaram a marcação de nova reunião. Dizem que é necessário chegar a acordo, numa altura em que se aproxima uma greve nacional nos dias 24 e 25 deste mês, convocada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (que não integra a plataforma) e pela Federação Nacional dos Médicos.

“Tem sido fatídico.” Novo entrave judicial trava reabilitação da Fábrica Confiança

O projecto da residência universitária para a antiga saboaria de Braga, no valor de 25,5 milhões de euros, está suspenso depois de uma construtora ter impugnado o concurso público de reabilitação

Pedro Manuel Magalhães

Este ano, ao fim de quase duas décadas devoluto, o edifício da antiga Fábrica Confiança, em Braga, parecia ter o seu destino finalmente salvaguardado, quando se projectou a construção de uma residência universitária. O concurso público foi lançado, houve um vencedor, mas uma das construtoras concorrentes contestou a decisão e impugnou a adjudicação junto do Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Braga. A acção tem efeito suspensivo automático e pode comprometer a transformação do edifício.

O futuro do edifício da antiga saboaria, alvo nos últimos largos anos de numerosas acções cívicas que ajudaram a que recebesse a classificação de monumento de interesse público, ficou definido quando, em Julho de 2021, a Câmara de Braga obteve financiamento, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para a sua requalificação.

Foi para ali determinada a construção de uma residência universitária, com 786 camas e a custos controlados, por 25,5 milhões de euros, valor financiado inteiramente pelo PRR, representando o maior investimento do plano para alojamento estudantil. O concurso público foi lançado em Janeiro de 2023 e o relatório final foi conhecido em Maio deste ano, tendo a construtora Casais vencido o concurso. Porém, em Agosto passado, uma das concorrentes, a ABB, impugnou a adjudicação junto do TAF, por considerar que houve violação do princípio da igualdade.

Ao PÚBLICO o presidente da Câmara, Ricardo Rio, refere que este novo entrave ao projecto da residência estudantil torna o processo de reabilitação da antiga Fábrica Confiança ainda mais “fatídico”. “Não acho que haja nenhuma maldição sobre o edifício, mas, de facto, estes processos não têm sido fáceis, tem sido uma sucessão de dificuldades”, diz.

“Muito prejudicial”

A última barreira surgiu pela parte da construtora ABB, que foi excluída do concurso, porque a sua proposta “não respeitou as regras de salvaguarda do património” impostas pelas agora extintas Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN).

Caso a decisão do TAF seja favorável à construtora, o autarca confirma que não haverá projecto de reabilitação, o que será “muito prejudicial” por se tratar do “maior projecto ao nível das residências universitárias financiadas pelo PRR, o que é, obviamente, significativo da sua importância estratégica”.

Por ser financiada pelo PRR, a transformação da Fábrica Confiança tem um prazo de execução até ao início de 2026 e não há margem para se lançar novo concurso público, refere Ricardo Rio. “Se não for levantando o efeito suspensivo, dificilmente conseguiremos cumprir os prazos. Se isso acontecer, perderemos o financiamento e obviamente não teremos condições para fazer a residência de outra forma”, lamenta.

Assinalando que a construtora ABB “não ganha nada” com a acção interposta, o autarca, no entanto, manifesta-se “convicto” de que o efeito suspensivo irá ser levantado de imediato e que o TAF irá decidir em favor do município. “Estamos a falar de um projecto absolutamente estratégico não apenas para a cidade de Braga, mas para a Universidade de Minho e para um leque muito importante de alunos que carecem de apoio na habitação no nosso concelho”, sublinha, lembrando as recentes declarações do ministro da Educação, Ciência e Ensino Superior, Fernando Alexandre, à Rádio Universitária do Minh sobre o poder transformador do projecto de reabilitação, que “vai mudar as condições de acesso à Universidade do Minho”.

O projecto de requalificação do edifício da antiga Fábrica Confiança prevê a construção de uma residência universitária com 786 camas, destinada a estudantes da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), além da criação de um novo edifício, com uma área de cerca de 1200 metros quadrados, reservado a espaços museológicos e à venda de produtos da antiga saboaria.

O edifício, inaugurado em 1921, está devoluto desde 2005 e foi expropriado pela Câmara de Braga em 2011, sob a presidência do socialista Mesquita Machado, no valor de 3,5 milhões de euros.

Em 2018, já com Ricardo Rio à frente da autarquia, o município manifestou a intenção de alienar o edifício, referindo a falta de dinheiro depois da aplicação dos fundos comunitários nas requalificações do Fórum Braga e do mercado municipal.

A decisão de vender o edifício a privados pelo valor de 3,9 milhões de euros foi aprovada e motivou a contestação de várias associações da cidade, resultando na criação da plataforma Salvar a Fábrica Confiança.

A plataforma interpôs uma providência cautelar, apontando ilegalidades urbanísticas e o argumento de que o edifício é o último que “testemunha o processo de industrialização da cidade de Braga dos finais do século XIX e inícios do século XX”, num local onde chegaram a existir uma sala de cinema e uma creche.

A disputa jurídica entre a autarquia e a plataforma cívica viria a adiar, sucessivamente, várias datas para a hasta pública e, no início de 2020, a Câmara Municipal de Braga decidiu apresentar um projecto para uma residência universitária privada com capacidade para 300 estudantes. Em Março desse ano, porém, a ausência de interessados levou a autarquia a recuar na intenção de alienar o imóvel e, em Outubro, o edifício acabou ser classificado como monumento de interesse público.

NELSON GARRIDO

Para o edifício da antiga saboaria está prevista a construção de uma residência universitária, com 786 camas

MANUEL ROBERTO

Aberto desde 1979, o equipamento escolar não foi, desde então, alvo de nenhuma intervenção

Associação de pais quer impedir abertura da Escola Eugénio de Andrade, no Porto

A associação tem tentado garantir que entidades responsáveis avancem com a reabilitação do equipamento

A Associação de Pais da Escola Básica Eugénio de Andrade, no Porto, pretende impedir hoje o arranque do novo ano lectivo, por o equipamento escolar não garantir "condições de segurança" para alunos, professores e funcionários.

"Depois de tanto tempo à espera, tínhamos de tomar uma posição", afirmou, em declarações à Lusa, a presidente da associação de pais, Lígia Correia. Em causa está a "falta de segurança" da Escola Básica Eugénio de Andrade, localizada na freguesia de Paranhos, no Porto.

Aberto desde 1979, o equipamento escolar não foi, desde então, alvo de nenhuma intervenção, estando actualmente "extremamente degradado", destacou Lígia Correia. A Escola Básica Eugénio de Andrade foi uma das 18 escolas que passaram do Estado para a autarquia no âmbito da descentralização de competências, integrando também o leque de equipamentos que necessitam de obras de reabilitação para, por exemplo, remover amianto.

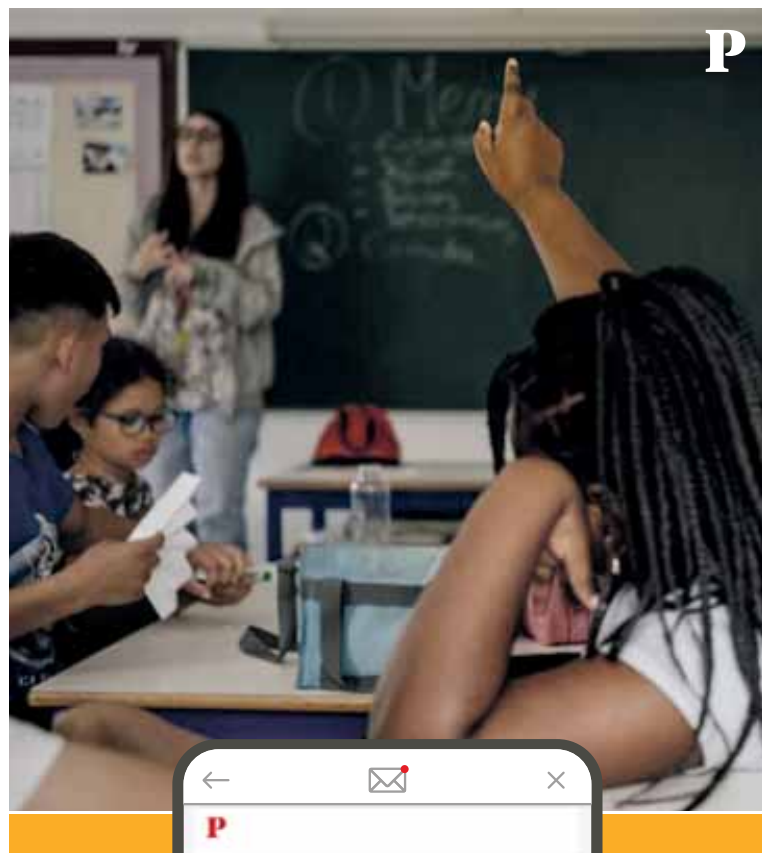
A associação tem tentado obter garantias por parte das entidades responsáveis — Câmara do Porto e Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEST) — de quando vão avançar com a reabilitação do equipamento, mas "nada foi feito até ao momento".

"As instalações continuam a degradar-se, colocando em perigo todas as pessoas que estudam, trabalham ou visitam a escola, persistindo as coberturas em fibrocimento, salas sem isolamento, pisos degradados, ausência de espaços cobertos, entre os problemas estruturais mais prementes de serem resolvidos", indicou, em comunicado, a associação de pais.

Contactado pela Lusa, o vereador com o pelouro da Educação da Câmara do Porto, Fernando Paulo, afirmou que, apesar da necessidade de obras de reabilitação, a escola tem "todas as condições para abrir". "Não tenho conhecimento de nenhuma situação que impeça o normal funcionamento da escola, à excepção do pavilhão", referiu Fernando Paulo.

Segundo o vereador, o piso do pavilhão necessita de ser "integralmente substituído", sendo essa uma competência da DGEST. "Vamos reforçar junto da DGEST que se substitua integralmente o piso", indicou, acrescentando que "cada um [entidade] tem de assumir as suas responsabilidades". Já quanto às grandes obras de reabilitação, Fernando Paulo adiantou ter já sido aprovado, pelo conselho de administração da empresa municipal GO Porto, o concurso público para aquisição de projectista, que deverá ser lançado na próxima semana e terá um preço-base de 400 mil euros. "Recebemos as escolas que necessitam de reabilitação sem projecto", acrescentou, dizendo que o município "não pode, em dois anos, resolver o que em décadas não foi feito".

Apesar das obras de reabilitação serem urgentes, a associação considera também "urgentíssimas pequenas obras" que são necessárias "pelo risco continuado a que as crianças são diariamente expostas". Um dos espaços da escola que precisam dessas pequenas obras é o pavilhão gimnodesportivo, que tem o piso "amplamente degradado" e que já obrigou várias crianças a receberem tratamento hospitalar na sequência de lesões. Ao estado do piso somam-se as infiltrações de água, que obrigam a vedar algumas zonas do pavilhão.

Segundo a associação, as infiltrações verificam-se também no polivalente, "único local capaz de abrigar as crianças em dias de chuva ou intempérie". "No que poderia ser um trecho de um filme de comédia, os funcionários da escola vêem-se obrigados a reutilizar os contentores do lixo como recipientes de água para impedir que a água da chuva alague por completo o espaço, que é também utilizado como cantina escolar", indica a associação, reforçando que se vê obrigada a tomar esta posição. **Lusa**

Biden e Starmer vão discutir mísseis de longo alcance contra a Rússia

Primeiro-ministro britânico faz hoje "visita-surpresa" à Casa Branca, após encontro entre Blinken e Lammy em Kiev

António Saraiva Lima

O Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, recebe hoje, em Washington D.C., o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, para um encontro que deverá ter como principal tema de discussão os pedidos da Ucrânia para que as suas Forças Armadas utilizem armas de longo alcance norte-americanas, britânicas e francesas contra alvos militares dentro do território da Federação Russa.

Por ter sido anunciada há apenas uma semana e por estar a ser descrita pela imprensa britânica como uma "surpresa" na agenda de Starmer, o *Guardian* e a BBC dizem que existe a expectativa de que esta visita-relâmpago do dirigente trabalhista à capital norte-americana venha a servir, precisamente, para Biden dar "luz verde" aos pedidos de Volodymyr Zelensky. E citam fontes de Downing Street que admitem essa hipótese.

O primeiro-ministro britânico esteve muito recentemente em Washington, para participar nas cerimónias do 75.º aniversário da NATO, e vai estar em Nova Iorque daqui a duas semanas, para a 79.º Assembleia Geral das Nações Unidas. Só um motivo de força maior parece justificar esta viagem de Starmer, até porque ela acontece numa altura em que o Governo trabalhista está envolvido em várias frentes de batalha internas, desde a saúde ao sistema prisional ou à discussão sobre os cortes nos subsídios durante o Inverno.

Para além disso, o Presidente ucraniano recebeu na quarta-feira, em Kiev, o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, David Lammy, para uma conversa a três, focada na possibilidade de utilização dos sistemas de mísseis norte-americanos ATACMS e franco-britânicos Storm Shadow em ataques ucranianos à Rússia.

Antes desse encontro, Biden assumiu que a Casa Branca estava a "trabalhar nisso neste momento" e, ainda em Kiev, depois das reuniões, o chefe da diplomacia dos EUA disse: "Vou levar esta discussão a Washington para informar o Presidente [Biden] sobre o que ouvi."

"É uma pena que [a autorização] não dependa do meu optimismo; depende do optimismo deles", afirmou, por sua vez, Zelensky, que enfatiza, há meses, a importância estratégica de as Forças Armadas ucranianas terem capacidade efectiva para atingir locais de lançamento de mísseis e de *rockets* russos ou de armazenamento de armamento e munições russas dentro do país que invadiu a Ucrânia há mais de dois anos.

Ontem, numa visita a Varsóvia, Blinken ouviu o seu homólogo polaco, Radoslaw Sikorski, pôr-se ao lado do chefe de Estado ucraniano e defender o "levantamento das restrições sobre a utilização de armas de longo alcance".

Receios de retaliação

Apesar de os sistemas de mísseis em causa já estarem a ser utilizados pelo Exército ucraniano contra as tropas invasoras dentro do seu território – incluindo na Crimeia e nas regiões do Leste do país anexadas e consideradas por Moscovo como partes integrantes da Rússia –, os aliados ocidentais da Ucrânia hesitam em autorizar ataques contra alvos russos com esse equipamento por receio de que o Kremlin trate essa possibilidade como um envolvimento directo da NATO no conflito.

Ontem o Presidente russo, Vladimir Putin, disse que se o Ocidente aprovar o uso dos seus sistemas de mísseis para ataques à Rússia isso "significará nada menos do que o envolvimento directo dos países da NATO na guerra na Ucrânia".

Chefe do executivo britânico e Presidente dos EUA reuniram-se há dois meses em Washington

"Mudaria a própria natureza do conflito. Significaria que os países da NATO estão em guerra com a Rússia", acrescentou, num vídeo transmitido pela televisão estatal do país.

Por força do princípio da segurança colectiva consagrado no famoso artigo 5.º do tratado da Aliança Atlântica, um hipotético cenário de retaliação russa contra qualquer Estado-membro, justificada com a utilização ucraniana de armamento da NATO, arrastaria, em teoria, todos eles para a guerra.

JOHN KEEBLE/GETTY IMAGES

As denúncias recentes dos EUA de que o Irão vai fornecer mísseis Fath-360 às Forças Armadas russas na Ucrânia poderão ter feito Biden e o seu Governo repensarem a sua política relativa aos alvos do armamento de longo alcance cedido à Ucrânia.

Nesta difícil gestão, no âmbito da NATO, entre a vontade de ajudar a Ucrânia a derrotar a Rússia e a de não se querer atirar para um conflito directo com a maior potência nuclear do globo, a palavra norte-americana é fundamental; não só relativamente ao seu sistema de mísseis, mas também ao Storm Shadow.

Isto porque o sistema de mísseis franco-britânico partilha características com alguns sistemas norte-americanos, sendo necessária a autorização de Washington para a utilização ucraniana daquela tecnologia.

De acordo com os *media* britânicos, o executivo de Starmer já terá decidi-

KEVIN DIETSCH/GETTY IMAGES

Putin insiste que se o Ocidente aprovar o uso dos seus sistemas de mísseis para ataques da Ucrânia na Rússia isso “significará nada menos do que o envolvimento directo dos países da NATO na guerra”

do a favor da autorização a Kiev para usar mísseis Storm Shadow e aguarda, neste momento, uma resposta da Administração Biden.

O sistema Storm Shadow, a que os franceses chamam Scalp, permite o lançamento de mísseis de cruzeiro até uma distância máxima de 250 quilómetros.

Segundo a BBC, os mísseis podem ser lançados a partir de aviões ou *drones*, a uma velocidade próxima da velocidade do som, e são considerados armas ideais “para penetrar em *bunkers* e em armazéns de munições”. O custo aproximado de cada míssil é de um milhão de dólares (cerca de 906 mil euros).

A emissora pública britânica diz ainda que, dentro do território ucraniano, o sistema Storm Shadow tem sido importante para restringir a capacidade de actuação e de rearmamento da Marinha de guerra da Rússia no mar Negro, nomeadamente com ataques direccionados às instalações militares russas em Sebastopol, na península ucraniana da Crimeia, anexada em 2014.

Retomadas dez aldeias

Moscovo monta contra--ofensiva contra forças ucranianas em Kursk

André Certã

A Rússia está a realizar uma contra-ofensiva contra as forças ucranianas que ocuparam parte da região de Kursk, de acordo com o Ministério da Defesa russo, que afirma que as forças de Moscovo já tomaram o controlo de dez localidades na região que faz fronteira com a Ucrânia.

“As Forças Armadas russas continuam as acções para derrotar o grupo de batalha inimigo que entrou no território da região de Kursk”, afirmou o Ministério da Defesa russo, citado pela TASS, que acrescenta que as localidades de Apanasovka, Byakhovo, Vishnyovka, Viktorovka, Vnesazapnoye, Gordeyevka, Krasnooktyabrskoye, Obukhovka, Snagost e 10-y Oktyabr foram tomadas e que “as operações de reconhecimento e de busca prosseguem nas zonas arborizadas para detectar e destruir os grupos de sabotagem”, segundo a TASS.

O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, confirmou a existência de uma contra-ofensiva russa em Kursk e afirma que o Governo de Kiev já esperava esta resposta de Moscovo. “Os russos iniciaram acções de contra-ofensiva. Tudo está a correr de acordo com o nosso plano”, assegurou o Presidente ucraniano numa conferência de imprensa no âmbito da visita do Presidente da Lituânia ao país, tendo acrescentado que já o previam “há muito tempo” e que “este processo está sob controlo”.

Num relatório publicado na noite de quarta-feira pelo Instituto para o Estudo da Guerra (ISW, na sigla em inglês), o *think tank* norte-americano refere que, segundo *bloggers* militares pró-russos, “as forças russas iniciaram contra-ataques ao longo da borda ocidental da bolsa ucraniana na região de Kursk”, tendo contra-atacado em vários pontos da zona de ocupação ucraniana na região.

Porém, segundo o ISW, “é prematuro tirar conclusões sobre os novos contra-ataques da Rússia”.

O major-general Apti Alaudinov, das forças especiais tchetchenas que estão presentes na região, disse que a “situação é boa” para as forças russas e também indicou que dez localidades em Kursk foram tomadas.

Desde o dia 6 de Agosto, data em que as primeiras informações sobre a entrada de tropa ucraniana na Rússia foram sendo noticiadas, que a Ucrânia tem registado avanços em território russo, levando à declaração de emergência na região pelas autoridades locais e à retirada de mais de 100 mil residentes.

O governador regional de Kursk, Alexei Smirnov, estimou ontem, em conferência de imprensa, citado pela Reuters, que “os prejuízos estimados [causados pela incursão ucraniana] ascendem a dezenas de milhares de milhões de rublos e estão a aumentar”, apontando uma estimativa de 85 mil milhões de rublos (cerca de 845 milhões de euros).

Segundo o governador da região, 160 mil hectares de plantações de cereais ficaram inutilizáveis, assim como 500 mil toneladas de sementes oleaginosas e 700 mil toneladas de açúcar de beterraba.

Mortes em Donetsk

Em Donetsk, no Leste da Ucrânia, as forças russas mataram três membros do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) de nacionalidade ucraniana, segundo as autoridades de Kiev. Os membros da Cruz Vermelha foram mortos num local onde seria distribuída ajuda humanitária na região, assolada pela guerra desde antes da invasão russa de 2022. Para além das vítimas mortais, outros três membros da organização ficaram feridos.

As forças ucranianas iniciaram a incursão na região russa de Kursk no início de Agosto

A Presidente do CICV, Mirjana Spoljaric, condenou “veementemente” o ataque ao pessoal da organização: “É inaceitável que um bombardeamento atinja um local de distribuição de ajuda. Os nossos corações estão hoje destroçados enquanto choramos a perda dos nossos colegas e cuidamos dos feridos. Esta tragédia desencadeia uma onda de sofrimento demasiado familiar para aqueles que perderam entes queridos em conflitos armados.”

Na rede social X, Volodymyr Zelensky acusou a Rússia de “mais um crime de guerra” e deu as suas “mais sinceras condolências” às “famílias e amigos” das vítimas.

Críticas a Lula

Zelensky acusa Brasil de postura “pró-russsa”

O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, voltou a criticar a postura do Governo brasileiro em relação à invasão russa, considerando que a iniciativa de paz conjunta do Brasil e da China é “destrutiva”.

Foi durante um encontro com jornalistas sul-americanos que Zelensky avaliou negativamente o posicionamento do Governo do Presidente Lula da Silva face à guerra em curso entre os dois países. Em causa está a proposta apresentada pelo Brasil e pela China para que seja organizada uma conferência de paz com a participação em circunstâncias iguais da Rússia e da Ucrânia.

“Não passa de uma declaração política”, afirmou Zelensky, criticando ainda a postura de neutralidade reafirmada por países como o Brasil. “Porque é que têm de estar em algum lugar no meio? Não estamos a lutar no meio, não estamos a lutar na fronteira”, explicou. O Presidente ucraniano também descreveu o Governo brasileiro como “pró-russo”. “É preciso recordar que o amor da Rússia é temporário e o seu desrespeito pelo Estado de direito é permanente”, avisou Zelensky em jeito de alerta.

Lula tem tido muita relutância em condenar a Rússia pela invasão da Ucrânia, tendo chegado a dizer que os dois países tinham responsabilidades pela agressão. O Brasil não impôs sanções à Rússia e tem feito esforços diplomáticos, em conjunto com a China, para se apresentar como um possível mediador de uma resolução do conflito.

Kiev acredita que a alegada imparcialidade brasileira acaba por favorecer a Rússia, enquanto agressor e violador do direito internacional, e tem tentado convencer vários países do Sul Global a apoiar as suas exigências. No entanto, muitos destes países têm optado por se manter à margem.

Zelensky disse ainda que a iniciativa sino-brasileira não respeita a Ucrânia nem assegura a defesa da sua integridade territorial. “Fazer essas concessões simplesmente não é aceitável”, declarou o Presidente ucraniano.

Apesar das críticas, Zelensky disse estar disponível para manter o diálogo tanto com o Brasil como com a China, de quem diz não ser inimigo.

Esta semana, o Brasil e a China anunciaram que vão participar em exercícios militares conjuntos pela primeira vez na História.

Venezuela ameaça romper “todas as relações” com Espanha

Leonete Botelho

Pedro Sánchez garantiu a Edmundo González que continuará a trabalhar por uma mediação política e pela democracia

Nem diplomacia, nem economia: o presidente do Parlamento venezuelano, Jorge Rodríguez, anunciou que vai levar a votos uma proposta de resolução que recomenda ao Governo de Nicolás Maduro o corte de “todas as relações diplomáticas, consulares, económicas e comerciais” com Espanha.

Foi a reacção imediata do regime chavista à aprovação, horas antes, pela câmara baixa das Cortes espanholas, de uma recomendação ao Governo de Pedro Sánchez para que reconheça Edmundo González Urrutia como Presidente eleito daquele país sul-americano.

“Que saiam daqui todos os representantes do Governo do Reino de Espanha e todos os consulados e todos os cônsules e de lá tiraremos os nossos, que fiquem com os seus assassinos, com os seus golpistas, com os seus fascistas, com a sua violência”, expressou Rodríguez. Na sua opinião, Espanha “tem vindo a tornar-se” um “refúgio para assassinos, fascistas, golpistas” e “violentos”, uma referência aos políticos antichavistas exilados em Espanha.

Ontem de manhã, a primeira-vice-presidente e ministra das Finanças espanhola, María Jesús Montero, afirmou que “os interesses comerciais de Espanha e o interesse das nossas empresas [na Venezuela] estão seguros”, apesar do “choque” diplomático provocado pela aprovação da recomendação do reconhecimento de González pela câmara dos deputados.

Em declarações aos jornalistas num pequeno-almoço informativo em Madrid, Montero afirmou que o Governo está “consciente” da situação na Venezuela e assegurou que o “canal diplomático” com o Governo venezuelano será mantido, mas pediu aos partidos políticos espanhóis “responsabilidade” para não agravarem ainda mais a questão, e que “não se desviem do roteiro da UE”.

“Todos temos que estar do mesmo lado” porque “a Espanha sozinha não pode fazer nada” sobre a política na Venezuela, mas “isso pode tornar-se evidente diante de questões que não estão totalmente alinhadas com o que é proposto na Convenção Internacional”, afirmou, citada pelo *El País*.

Espanha é um dos grandes compradores de petróleo da Venezuela e nos primeiros sete meses deste ano triplicou as importações de crude daquele país, como revelou o Cores, um departamento do Ministério da Energia e do Ambiente, na semana passada.

Para o Partido Popular, que apresentou a recomendação à Câmara dos Deputados, a ameaça do regime chavista de corte de relações com Espanha não muda em nada a necessidade de reconhecer González como Presidente eleito. “Estes são os estertores de um regime que está a morrer”, disse.

Ontem de manhã, depois de regressar da visita à China, o presidente do Governo de Espanha, Pedro Sánchez, reuniu-se com Edmundo González Urrutia no Palácio da Moncloa (sede do Governo), a quem prometeu continuar a trabalhar “a favor do diálogo, da democracia e dos direitos fundamentais do povo irmão da Venezuela”. “Dou as boas-vindas calorosas ao nosso país a Edmundo González, a quem acolhemos mostrando o compromisso humanitário e a solidariedade de Espanha com os venezuelanos”, escrever Sánchez na rede social X.

Segundo o *Noticiero Digital*, Sánchez explicou que a Espanha não reconhecerá “por enquanto” uma vitória de González na Venezuela, mas trabalhará pela unidade na UE que permita uma margem de mediação até ao final do ano e encontrará uma solução que reconheça a vontade democrática expressa nas urnas pelo povo venezuelano.

Também González publicou um comunicado após o encontro na Moncloa, onde agradece a Espanha o acolhimento e garante que “a luta para fazer cumprir a vontade soberana do povo venezuelano vai continuar”.

“Manifestei o nosso reconhecimento pelo seu interesse em trabalhar pela recuperação da democracia e do respeito pelos direitos humanos no nosso país. Da mesma forma, ratifiquei a minha determinação de continuar a luta para fazer cumprir a vontade soberana do povo venezuelano expressa em 28 de Julho por mais de oito milhões de eleitores”, lê-se na nota.

FERNANDO CALVO/MONCLOA PALACE/REUTERS

Pedro Sánchez recebeu Edmundo González na Moncloa logo que chegou da China

EUA decretam sanções a dirigentes do regime chavista

O Departamento do Tesouro dos EUA decretou sanções económicas contra 16 pessoas próximas de Nicolás Maduro, entre elas os responsáveis do Conselho Nacional Eleitoral, do Supremo Tribunal de Justiça e do Parlamento, por impedirem “um processo eleitoral transparente e a divulgação de resultados eleitorais exactos”. As sanções também visam altos cargos militares, dos serviços de inteligência e responsáveis pela intensificação da repressão, que se juntam à lista de 120 sancionados em 2017, encabeçada pelo próprio Maduro. Também o Departamento de Estado norte-americano impôs novas restrições de visto a funcionários alinhados com Maduro “que prejudicaram o processo eleitoral na Venezuela e são responsáveis por actos de repressão”. Neste momento, cerca de 2000 pessoas estão sujeitas a restrições de visto “devido ao seu papel no enfraquecimento da democracia, à corrupção significativa e às violações dos direitos humanos”, lê-se no comunicado assinado por Antony Blinken. **L.B.**

Ataque israelita mata funcionários da UNRWA

Miguel Dantas

António Guterres condenou ataque de quarta-feira: “O que está a acontecer em Gaza é inaceitável”

Um ataque israelita a um abrigo para refugiados matou na quarta-feira seis funcionários da agência das Nações Unidas de apoio aos refugiados palestinianos (UNRWA). As mortes foram confirmadas por António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera “inaceitável” a situação actual em Gaza.

“O que está a acontecer em Gaza é totalmente inaceitável. Uma escola que virou abrigo para cerca de 12 mil pessoas foi atingida por um ataque aéreo israelita. Seis dos nossos colegas da UNRWA estão entre as vítimas. Estas violações dramáticas do direito humanitário precisam de parar agora”, escreveu António Guterres, numa publicação na rede social X.

Pelo menos 14 palestinianos morreram e outros 18 ficaram feridos no ataque à escola Al-Jaouni, em Nuseirat, no centro de Gaza. Tal como em ocasiões passadas, Israel justificou o bombardeamento com objectivos militares, dizendo que o abrigo era usado por forças terroristas para planear e executar ataques contra forças israelitas.

As forças armadas israelitas afirmaram ter tomado medidas para “mitigar o risco de ferir civis”, tais como a utilização de munições de precisão, vigilância aérea e outros métodos de informação, embora normalmente façam estas afirmações sempre que atacam locais protegidos pelo direito humanitário internacional, tais como escolas ou hospitais.

O governo de Gaza alega que Israel bombardeou mais de 18 escolas ou abrigos no campo de refugiados de Nuseirat.

Os bombardeamentos ocorrem numa altura em que os principais hospitais do centro da Faixa de Gaza, Al-Aqsa Martyrs e Al-Awda, têm dificuldades em funcionar devido ao número crescente de vítimas que recebem e a outros problemas como a falta de electricidade.

“Consideramos a ocupação israelita e a Administração norte-americana totalmente responsáveis pela continuação do crime de genocídio e pela prática de massacres contra civis na Faixa de Gaza”, afirma o comunicado do governo. **com Lusa**

ENRIQUE CASTRO-MENDIVIL/REUTERS

O autocrata que foi o pai da polarização no Peru

Obituário

João Ruela Ribeiro

Alberto Fujimori (1938-2024) Morreu um dos últimos ditadores latino-americanos do século XX

Morreu aos 86 anos o antigo Presidente peruano Alberto Fujimori, que deixa um legado controverso e polarizador. Mais de três décadas depois de ter chegado ao poder, o seu nome continua a inflamar ódios e paixões, e é no simbolismo da sua figura que se baseia a política peruana contemporânea.

Um capricho do destino quis que o antigo Presidente morresse a 11 de Setembro, três anos depois de Abimael Guzmán, o fundador e principal ideólogo do Sendero Luminoso, a guerrilha maoísta que durante vários anos aterrorizou o Peru e que sucumbiu à repressão impiedosa lançada por Fujimori. A destruição dos movimentos armados radicais foi a grande vitória da década de Fujimori no poder, apesar do recurso a métodos tão ou mais agressivos do que os dos seus inimigos.

Mas são também muitos os que o recordam como o Presidente do autogolpe, quando usou as Forças Armadas para dissolver o Congresso e governar por decreto, ou então o homem responsável por massacres e violações de direitos humanos contra os povos indígenas peruanos, ou ainda o símbolo da corrupção a uma escala maciça. Com Fujimori parece não haver meio-termo. Seria difícil antever que Fujimori, um discreto professor universitário de um instituto de Agronomia, viesse a tornar-se num dos grandes autocratas da América Latina do século XX. Alberto Fujimori nasceu a 28 de Julho de 1938, em Lima, numa família de imigrantes japoneses, tendo ganho a alcunha de *El Chino* (chinês), apesar da ascendência nipónica.

Entrou na política como um *outsider* e, sem apoios partidários numa época em que os partidos tradicionais estavam totalmente desacreditados, apresentou-se como candidato às presidenciais de 1990. Defrontou o escritor Mario Vargas Llosa, que anos mais tarde viria a receber o Prémio Nobel da Literatura, amplamente mais conhecido, mas que Fujimori soube colar ao rótulo de privilegiado e distante das preocupações dos peruanos comuns.

O *El País* descreve Fujimori como "um populista quando a palavra ainda não estava na moda". Apesar de ter criticado os planos económicos de pendor neoliberal de Vargas Llosa durante a campanha, assim que assumiu a presidência adoptou um programa duríssimo de combate à hiperinflação que motivou fortes protestos por parte da classe trabalhadora. O "fujichoque", como ficou conhecido, é hoje visto como a base para a modernização económica do Peru, mas pelo caminho ficou o aprofundamento das desigualdades sociais.

O sangue e a paranóia

A 5 de Abril de 1992, dá-se o autogolpe de Fujimori contra o Congresso. Sem contar com apoio parlamentar para aprovar as reformas que considerava necessárias, o Presidente decidiu dissolver o Congresso e passou a governar por decreto. Seguem-se os meses de combates mais ferozes contra o Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Tupac Amaru. A violência atingiu níveis máximos no Peru, com uma autêntica guerra civil travada sobretudo nas regiões rurais. Estima-se que tenham morrido quase 70 mil pessoas, muitas das quais vítimas colaterais de um conflito sem regras, mas poucos meses depois do autogolpe a captura de Abimael González desfere um golpe mortal no Sendero e catapulta a popularidade de Fujimori. É reeleito com facilidade em 1995 com *slogans* e promessas que remetiam para o combate ao terrorismo.

É nesses anos que as tendências autoritárias de Fujimori se acentuam. Ao lado do seu braço direito, o chefe dos serviços secretos, Vladimir Montesinos, monta um aparato securitário paralelo para vigiar políticos, opositores, jornalistas, activistas e qualquer pessoa considerada relevante. Os dois passavam noites a ver os vídeos que mostravam aliados e inimigos, imbuídos de um delírio paranóico cada vez mais pronunciado. Foi neste contexto que Fujimori e Montesinos criaram o Grupo Colina, um esquadrão dentro do Exército que foi responsável por massacres e sequestros contra adversários políticos sob a aparência de operações antiterroristas.

Em 2000, Fujimori volta a testar os limites dos seus poderes constitucionais e candidata-se a um terceiro mandato, embora a lei fixe o limite em dois mandatos presidenciais. O argumento do Presidente é de que essa alteração constitucional tinha entrado em vigor já depois de ter sido eleito pela primeira vez. Acabaria por ser reeleito após o seu adversário, Alejandro Toledo, ter desistido em sinal de protesto.

Aproximava-se a queda. A divulgação de um vídeo em que Montesinos aparecia a subornar um deputado da oposição fez rebentar um escândalo do qual Fujimori não mais recuperaria. Ameaçado de destituição, aproveitou uma viagem à Ásia para se refugiar no Japão, onde pediu a cidadania para evitar a extradição. O Parlamento declarou a sua "incapacidade moral permanente" e foi acusado de crimes contra a humanidade e corrupção. Cinco anos depois, Fujimori viaja até ao Chile, onde é detido e extraditado para o Peru.

A 7 de Abril de 2009, Fujimori é condenado a 25 anos de prisão por vários crimes contra a humanidade e corrupção. No entanto, não chega a cumprir metade da pena. Na véspera de Natal de 2017, o então Presidente Pedro Pablo Kuczynski indulta o antigo Presidente, alegadamente como parte de um acordo com um grupo de deputados fujimoristas, liderados pelo filho do ex-chefe de Estado, Kenji Fujimori, para que não votassem a favor de um pedido de destituição. O indulto foi revogado pelo Tribunal Constitucional e Fujimori regressou à prisão. Mas em Dezembro passado, o ex-Presidente voltou a ser libertado, desta vez por causa do seu estado de saúde em acelerada degradação.

O mito de Fujimori manteve-se até aos últimos momentos, levando Keiko a anunciar em Julho, numa altura em que a situação de saúde do ex-Presidente já era realisticamente muito débil, que o pai poderia ser candidato às eleições presidenciais de 2026. O mito morreu antes disso.

Lisboa e ilhas impulsionam recorde mensal de passageiros nos aeroportos

Passaram pelo Aeroporto Humberto Delgado 3,32 milhões de passageiros em Julho, o número mais elevado de sempre. Faro inverteu tendência e recuou 1,2% face a idêntico mês de 2023

Luís Villalobos

PAULO PIMENTA

Em Julho, "82% dos passageiros desembarcados nos aeroportos nacionais corresponderam a tráfego internacional"

No passado mês de Julho circularam pelo aeroporto de Lisboa 3,32 milhões de passageiros, o número mensal mais elevado de sempre, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) ontem divulgados.

Estes 3,32 milhões representam uma subida, impulsionada pelo turismo, de 1,7% face a idêntico período de 2023 - ano de recordes -, e de 0,7% face a Agosto de 2023, que estava até agora no topo do ranking.

O crescimento de Lisboa, cuja infra-estrutura aeroportuária pesa quase metade do total a nível global, apoiado pela subida dos aeroportos das regiões autónomas (englobados na categoria "outros" pelo INE), fez com que Julho deste ano ultrapassasse os recordes que tinham sido batidos em Julho e em Agosto de 2023.

Ao todo, de acordo com os dados do INE, movimentaram-se 7,2 milhões de passageiros nos aeroportos nacionais em Julho deste ano, incluindo aqui o Porto e Faro, mais 2,6% face a idêntico período de 2023 e 0,2% acima de Agosto.

No caso dos "outros" aeroportos, onde se destaca o do Funchal, os 1,06 milhões de passageiros ficaram acima (mais 6,9%) dos 1,03 milhões de Agosto de 2023, tendo este mês sido o primeiro em que se bateu a fasquia de um milhão de pessoas.

Quanto ao aeroporto do Porto, também teve uma performance de crescimento, subindo face a Julho de 2023, mas sem ultrapassar os números de Agosto. O Aeroporto Sá Carneiro chegou aos 1,58 milhões de passageiros, mais 4,7% em termos homólogos. Já no caso de Faro houve uma inversão da tendência, com o Aeroporto Gago Coutinho a receber 1,22 milhões de passageiros, menos 1,2% face a Julho do ano passado.

120 mil passageiros por dia

No passado mês de Julho, segundo o INE, "registou-se o desembarque médio diário de cerca de 120 mil passageiros", tendo estes sido transportados por 24.969 aeronaves (abaixo das 25.078 de Agosto de 2023).

De acordo com os dados do INE, "82% dos passageiros desembarcados nos aeroportos nacionais corresponderam a tráfego internacional, atingindo três milhões de passageiros (mais 2,6%), na maioria provenientes do continente europeu (68,6% do total), correspondendo a um aumento de 1,6% face a Julho de 2023".

O destaque vai para o Reino Unido, "principal país de origem e de destino dos voos, tendo registado crescimentos no número de passageiros desembarcados (mais 1,9%) e embarcados (mais 2,2%)", seguindo-se França e Espanha.

A América do Norte, numa conjuntura de crescimento de turistas norte-americanos e canadianos, "foi a segunda principal origem, concentrando 9% do total de passageiros desembarcados (mais 7,3%)".

Relativamente aos passageiros embarcados, diz o INE, "80,8% corresponderam a tráfego internacional, perfazendo um total de 2,8 milhões de passageiros (mais 3,5%), tendo 65,5% do total como principal destino aeroportos no continente europeu, registando um crescimento de 2,1% face a Julho de 2023".

Lisboa e Porto a subir

Número de passageiros nos aeroportos, em milhares

Fonte: INE

PÚBLICO

À espera do novo aeroporto

O crescimento registado em Lisboa (onde predominam a TAP, a Easyjet e a Ryanair) surge numa altura de saturação da maior infra-estrutura aeronáutica nacional, sem que tenham ainda arrancado as obras de expansão previstas para a Portela.

No dia 19 de Julho, o Ministério das Infra-Estruturas emitiu um comunicado a dar conta de que esse tema tinha sido debatido com a administração da ANA, a gestora dos aeroportos nacionais (detida pelos franceses da Vinci).

No mesmo comunicado, o Governo informou que já se tinha iniciado a contagem de prazos para a construção do Aeroporto Luís de Camões, em Alcochete, que demorará ainda vários anos até ser inaugurado. O próximo passo será a entrega, pela ANA, do relatório inicial sobre o desenvolvimento da capacidade aeroportuária para Lisboa, no âmbito do contrato de concessão, e que deverá ocorrer até ao final de 2024.

Para este ano, a ANA previa, no seu relatório e contas de 2023, "um ligeiro aumento do número de passageiros". Nos primeiros sete meses, segundo o INE, a subida foi de 4,7%, chegando aos 40 milhões de passageiros.

Governo mantém coimas até 100 mil euros para multinacionais no IRC mínimo

Pedro Crisóstomo

Proposta de lei do IRC mínimo de 15% chega ao Parlamento com nove meses de atraso sobre prazo para lei estar em vigor

RUI GAUDÊNCIO

Joaquim Miranda Sarmento, ministro das Finanças

A proposta de lei do Governo que transpõe a directiva europeia do IRC mínimo de 15% sobre os lucros das grandes multinacionais entrou esta quarta-feira no Parlamento e mantém, no essencial, o que já estava previsto na versão que o executivo de Luís Montenegro pôs em consulta pública em Julho. No caso das contra-ordenações que o fisco português poderá aplicar, se as empresas infringirem as regras, o Governo optou por manter os valores já projectados.

Se as empresas com actividade em Portugal (que pertençam a grupos com receitas consolidadas iguais ou superiores a 750 milhões de euros) não entregarem à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) portuguesa as declarações do Regime do Imposto Mínimo Global (RIMG), o documento em que declaram que cumprem um mínimo de tributação sobre as suas receitas de 15%, arriscam-se a pagar coimas que podem ir até aos 100 mil euros.

A "falta de entrega ou a entrega fora do prazo legal" é punível com uma coima "de 5000 euros a 100 mil euros, acrescida de 5% por cada dia de atraso no cumprimento dessa obrigação", prevê-se na iniciativa.

Da mesma forma, se as empresas entregarem as declarações mas as informações apresentadas contiverem "omissões ou inexactidões que não constituam crime tributário nem contra-ordenação", as sanções variam entre os 500 euros e os 23.500 euros.

Os valores são fixados pelo fisco em função das falhas detectadas, mas durante os primeiros três anos de apresentação das declarações a AT não cobrará as coimas mediante determinadas condições. As contra-ordenações continuam a ser aplicadas pela administração tributária, mas as empresas ficam dispensadas de pagar as coimas, se o fisco concluir que, "no caso concreto", agiram "de boa-fé", suportadas "numa interpretação plausível" das regras e se tiverem tomado "as medidas adequadas a um correcto cumprimento das suas obrigações", ou ainda se a infracção detectada pela AT não levar a uma redução do "imposto complementar devido" nesse ano ou nos anos seguintes.

Esta fase transitória em que há uma dispensa das coimas aplica-se apenas para o arranque do RIMG, relativamente às declarações que terão de ser entregues em 2026, 2027 e 2028.

As primeiras declarações terão de ser apresentadas em 2026 (relativamente ao ano fiscal de 2024, porque há um desfasamento de dois anos em relação ao ano económico), as segundas são submetidas em 2027 (relativas a 2025) e as terceiras em 2028 (relativas a 2026). Só em 2029 é que as coimas serão aplicadas.

O cálculo do IRC mínimo vai incidir pela primeira vez sobre os resultados empresariais deste ano de 2024. E, por isso, a iniciativa legislativa prevê de forma expressa que a lei (a parte principal) produzirá "efeitos relativamente aos exercícios fiscais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2024".

O novo regime de imposto mínimo tem de ser aplicado de forma semelhante em todos os países da União Europeia (UE), tendo como tronco comum uma directiva consensualizada entre os 27 Estados-membros a partir de uma proposta legislativa feita pela Comissão Europeia para cumprir o espírito do acordo fiscal alcançado em Outubro de 2021 entre mais de 130 jurisdições a nível mundial.

A ideia passa por travar o desvio de lucros das empresas para os paraísos fiscais, porque o acordo prevê que os países subscritores apliquem um limiar de tributação às grandes empresas sediadas no seu território (ou que aí tenham actividade) e que avancem com uma espécie de imposto complementar para perfazer o tal patamar mínimo, se verificarem que a empresa não está a ser tributada pelo limiar dos 15% noutras jurisdições. As sociedades visadas são as tais empresas, sejam nacionais ou internacionais, que tenham receitas consolidadas iguais ou superiores a 750 milhões de euros por ano a nível mundial, como a Microsoft, a Google, a Apple e outras com actividade internacional.

Três mecanismos

Embora seja conhecido como um "IRC mínimo" por estar em causa a tributação dos lucros das empresas, estas regras são tratadas à parte do IRC português. Trata-se de um novo regime de imposto, cujo objectivo passa por verificar se os lucros das empresas estão a ser alvo de um nível de tributação mínimo (e, caso não estejam, tributá-las em conformidade).

Portugal opta, com esta proposta de lei, por criar três mecanismos para garantir a aplicação das regras: há um "imposto complementar nacional qualificado português" para quando uma empresa localizada em Portugal não for aqui tributada com uma taxa efectiva de 15%; há, depois, a "regra dos lucros insuficientemente tributados"; e a "regra da inclusão de rendimentos". Os dois últimos visam as empresas que um grupo empresarial tenha noutro território e cujos lucros sejam tributadas abaixo dos 15%.

Portugal já deveria ter transposto estas regras para o direito interno até 31 de Dezembro de 2023, porque as normas aplicam-se já ao ano de 2024 (o primeiro período económico). Por isso, a iniciativa deu entrada no Parlamento com quase nove meses de atraso em relação à data em que a lei já deveria estar em vigor.

A base da proposta que está na Assembleia da República foi elaborada a partir de um texto preparado por um grupo de trabalho formado no interior da autoridade tributária.

Condicionamento de Trânsito

Instalação de Sensores de Impacto na A20

A Infraestruturas de Portugal vai realizar trabalhos de instalação de Sensores de Impacto na **A20, entre o km 0+600 e o km 16+800**, no âmbito do projeto "Road Safety -Sensorização A20/A26/A44".

Os trabalhos decorrem com supressão de vias de tráfego em troços de 2 km, exclusivamente em período noturno, **22h00 - 06h00, com início a 16 de setembro e fim previsto a 27 de setembro**.

O condicionamento de tráfego estará devidamente sinalizado no local conforme as normas vigentes.

Agradecemos a compreensão para os eventuais transtornos que o condicionamento possa provocar, sendo este o necessário para garantir a boa execução dos trabalhos.

Número de Apoio ao Utente: 707 500 501

Nota Informativa

Confirmação da situação tributária e contributiva no âmbito dos pagamentos efetuados pelas autarquias locais

No âmbito do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, o seu artigo 31.º-A, sob a epígrafe *"Confirmação da situação tributária e contributiva no âmbito dos pagamentos por entidades públicas"*, estabelece que:

1- Os serviços integrados e os serviços e fundos autónomos, incluindo designadamente as instituições públicas de ensino superior universitário e politécnico e aquelas cuja gestão financeira e patrimonial se rege pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais, antes de efetuarem pagamentos a entidades, devem verificar se a situação tributária e contributiva do beneficiário do pagamento se encontra regularizada...

2- (...)

3- Quando se verifique que o credor não tem a situação tributária ou contributiva regularizada, as entidades referidas no n.º 1 devem reter o montante em dívida, com o limite máximo de retenção de 25% do valor total do pagamento a efetuar, e proceder ao seu depósito à ordem do órgão da execução fiscal.

4- (...)

5- Sempre que da aplicação do presente artigo resulte a retenção de verbas para o pagamento, cumulativo, de dívidas fiscais e dívidas contributivas, aquelas devem ser repartidas pelas entidades credoras na proporção dos respetivos créditos, nunca podendo a retenção total exceder o limite de 25% do valor do pagamento a efetuar.

Neste sentido, vimos recorrer à vossa indispensável colaboração para sempre que procedam ao envio de faturas relativamente ao fornecimento de bens e/ou às prestações de serviços efetuados a este Município, as façam acompanhar das certidões comprovativas da situação contributiva e tributária, atualizadas, ou da comunicação da autorização de consulta, por forma a evitar atrasos no pagamento por falta da documentação necessária.

Desde já agradecemos, a Vossa melhor compreensão, ficando disponíveis para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Lagos, 28 de junho de 2024

A Chefe da Divisão Financeira, R.S., *Lina Ramos*

ADEGA COOPERATIVA DE VISEU, SCRL

Quinta da Alaga, Ranhados
3500-606 Viseu

EDITAL
CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Extraordinária da Adega Cooperativa de Viseu, SCRL

Na impossibilidade de notificação direta dos cooperadores por desatualização do ficheiro dos cooperadores, da mudança das suas residências, ou por sucessão hereditária, nos termos estatutários e regulamentares e ao abrigo do disposto n.º 2 do art.º 36.º do Código Cooperativo, faço publicar neste jornal a convocação para a Assembleia Geral da **ADEGA COOPERATIVA DE VISEU, SCRL** a reunir em Assembleia Geral Extraordinária, no dia **04 de outubro de 2024, pelas 14:00 horas**, nas instalações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Viseu, sito na Rua Alexandre Herculano, 111, em Viseu (3510-036), freguesia e concelho de Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação e discussão das propostas de venda do prédio urbano (terreno para construção) sito na Quinta da Alagoa, freguesia de Ranhados, com frente para a N231, confrontando a Norte, Sul e Poente com Confraria de Santo António, a Nascente com Estrada Nacional Viseu-Nelas (N231), descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Viseu sob o n.º 1985/20090810 (descrito no n.º 96022 do Livro n.º 248), e inscrito na competente matriz predial urbana sob o artigo 3023 da freguesia de Ranhados, concelho de Viseu;
2. Deliberação e votação da autorização da venda do imóvel atrás identificado;
3. Deliberação a conferir mandato à Direção da Cooperativa de poderes para assinar Contrato Promessa de Compra e Venda, de representação junto de todas as entidades públicas para tratar de todos os assuntos pertinentes de natureza jurídica, de outorga de escritura pública ou documento particular autenticado de compra e venda e recebimento da quantia contratada;
4. Outros assuntos.

NOTA: Se à hora marcada não estiverem mais de 50% dos cooperadores, a A.G. reunirá em 2.ª convocatória, com qualquer número de cooperadores, meia hora depois

Viseu, 09 de setembro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Dr. Nuno Carrilho*

Infraestruturas de Portugal

Condicionamento de Trânsito

A4 – Sublanço Túnel do Marão / Nó de Parada de Cunhos - Sentido Vila Real / Amarante

Reabilitação do pavimento

A Infraestruturas de Portugal informa que vai realizar trabalhos de reabilitação do pavimento da A4, **no troço compreendido entre o Túnel do Marão e Nó de Parada de Cunhos, sentido Vila Real / Amarante.**

Os trabalhos decorrem com supressão de vias de tráfego em troços de 2 km, **com início a 16 de setembro e por um periodo de 28 dias**.

Os trabalhos estarão devidamente sinalizados nos locais conforme as normas vigentes.

Agradecemos a compreensão para os eventuais transtornos que o condicionamento possa provocar, sendo este o necessário para garantir a boa execução dos trabalhos.

Número de Apoio ao Utente: 707 500 501

AVISO

Informa-se os eventuais interessados de que o Município de Lagos está a recrutar Técnicos Superiores nas áreas a seguir indicadas, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

- Técnico Superior / área Jurídica
- Técnico Superior / Engenharia Civil
- Técnico Superior / Arquitetura

Para melhor e mais completa informação, deverá consultar o site do Município, em https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/concursos-publicos/recursos-humanos.

Lagos, 28 de agosto de 2024

No uso de competência delegada,
A Vereadora,
Sara Maria Horta Nogueira Coelho

EDITAL

Torna-se público, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 20 do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99 de 18 de setembro, na sua atual redação e do art.º 4 do DL 15/2021 de 23 de fevereiro que por deliberação da Assembleia Municipal datada de 29 de Abril de 2024 foi autorizada a tomada da posse administrativa das seguintes parcelas necessárias à concretização da Projeto da Estratégia Local de Habitação - RE-C02-101 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, Componente 02 - Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR):

A - Prédio urbano com área total de 25 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 438 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 1561;

B - Prédio urbano com área total de 100 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 436 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 952;

C - Prédio urbano com área total de 167 m2, situado na Rua das Árvores, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 428 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 1151;

D - Prédio urbano com área total de 140 m2, situado na Rua Visconde da Régua, na União de freguesias de Peso da Régua e Godim, concelho do Peso da Régua, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1226 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Peso da Régua sob o n.º 548;

Mais se informa que, em conformidade com o n.º 2 do art.º 20 de referido diploma legal, o ato de transmissão da posse administrativa será oportunamente comunicado aos interessados.

Notifica-se ainda ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 20 do Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei 56/2008 de 4 de Setembro conjugado com a alínea c) do art.º 115 do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei 4/2015 de 7 de Janeiro na sua atual redação, que se realizou o depósito à ordem dos interessados, na agência da Caixa Geral de Depósitos do Peso da Régua.

Os interessados poderão obter informações sobre a expropriação a realizar, dirigindo-se ao Edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município, Peso da Régua, nos dias úteis entre as 09h00m e as 13h00m e das 14h00m e as 16h00m.

Peso da Régua, 11 de setembro de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA
José Manuel Gonçalves

CONVOCATÓRIA

SPN Norte +Info: www.spn.pt

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SÓCIOS DE VILA REAL

27 de setembro de 2024

Tendo em consideração a renúncia ao mandato de mais de 50% dos eleitos para a Direção Distrital de Vila Real do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) venho, ao abrigo n.º 5 do artigo 25.º dos Estatutos do SPN, convocar a Assembleia Distrital de Sócios de Vila Real para dia 27 de setembro de 2024, pelas 17h30, a realizar na sede distrital do SPN de Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição de uma Comissão Provisória, em substituição do órgão demissionário;
2. Marcação da data das eleições intercalares para a eleição da Direção Distrital de Vila Real do SPN.

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

Porto, 12 de setembro de 2024.
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
(Maria Manuela Antunes da Silva)

EDITAL

ROCHA NEVES, Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados Portugueses, em cumprimento do disposto nos artigos 174.º e 202.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei 145/2015, de 9 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei 6/2024, de 19 de Janeiro;

Faz saber publicamente que, por Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto de 23 de setembro de 2022, ratificada, nos termos do disposto no artigo 140.º/2 do Estatuto da Ordem dos Advogados, por Acórdão do Conselho Superior da Ordem dos Advogados de 5 de junho de 2023, foi aplicada ao **Sr. Dr. Luis Gonzaga Silva Bastos,** atualmente com a inscrição como Advogado suspensa e que, enquanto com a inscrição ativa, foi portador da cédula profissional n.º 3380L, com último domicílio profissional conhecido na Rua Prof. José Ruela Ramos, 10, em Pardilhó, Estarreja, **a pena disciplinar de Expulsão,** por violação dos deveres previstos nos artigos 70.º/1, 88.º, 97.º/1/2 e 101.º/1/2 do Estatuto da Ordem dos Advogados em vigor.

O cumprimento da presente pena teve o seu início a 2 de setembro 2024, findo o prazo previsto no artigo 173.º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Advogados atualmente em vigor - conjugado com o artigo 6.º, n.º 3 do mesmo diploma legal e artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos -, desde a data em que o aludido Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto, formou caso resolvido na ordem jurídica interna da Ordem dos Advogados.

Porto, 6 de setembro de 2024

Rocha Neves — Presidente do Conselho de Deontologia do Porto
Margarida Santos — Chefe de Serviços

EDITAL

ROCHA NEVES, Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados Portugueses, em cumprimento do disposto nos artigos 174.º e 202.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei 145/2015, de 9 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei 6/2024, de 19 de Janeiro;

Faz saber publicamente que, por Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto de 22 de Março de 2024, **foi aplicada ao Sr. Dr. Fernando Barbosa e Silva,** portador da cédula profissional n.º 2767P, com domicílio profissional no Largo Barão S. Martinho, 68, 1º, em Braga, **a pena disciplinar de suspensão pelo período de 6 (seis) meses,** por violação dos deveres previstos nos artigos 88.º e 91.º, al. e) do Estatuto da Ordem dos Advogados, por referência ao incumprimento dos artigos 37.º, n.º 2 al. a) e 39.º, n.º 1 do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários.

O cumprimento da presente pena teve o seu início a 2 de setembro de 2024, findo o prazo previsto no artigo 173.º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Advogados atualmente em vigor - conjugado com o artigo 6.º, n.º 3 do mesmo diploma legal e artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos -, desde a data em que o aludido Acórdão do Conselho de Deontologia do Porto, formou caso resolvido na ordem jurídica interna da Ordem dos Advogados.

Porto, 6 de setembro de 2024

Rocha Neves — Presidente do Conselho de Deontologia do Porto
Margarida Santos — Chefe de Serviços

Prof. Doutor Fernando de Jesus

13-4-1930// 6-9-2004

R.I.P.

O Deus de sempre é o teu refúgio; os seus braços eternos te sustentam.

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das Pessoas com Demência e dos seus familiares e Cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org

"É lindo." Tripulação da SpaceX efectua a primeira caminhada espacial privada

Embora lhe chamemos uma "caminhada espacial", as excursões no espaço foram curtas e os dois tripulantes apenas realizaram alguns movimentos, não tendo flutuado livremente para longe da cápsula

Filipa Almeida Mendes e Tiago Ramalho

A primeira caminhada espacial privada foi efectuada com sucesso na manhã de ontem. Dois tripulantes, de um total de quatro pessoas a bordo, saíram da cápsula *Crew Dragon* da SpaceX para o espaço, a centenas de quilómetros da Terra, e testaram novos fatos espaciais desenvolvidos pela empresa de Elon Musk, naquela que foi a missão mais arriscada da empresa até à data.

O multimilionário Jared Isaacman, de 41 anos, fundador da empresa de processamento de pagamentos Shift4, abriu a escotilha manualmente e saiu primeiro da cápsula, seguro por um cabo, por volta das 11h52 (hora de Lisboa), tendo efectuado testes de mobilidade do seu fato espacial enquanto a cápsula sobrevoava a Austrália e a Antárctida. Minutos mais tarde (e após o regresso de Jared Isaacman à *Crew Dragon*), foi a vez de Sarah Gillis, engenheira espacial da SpaceX, de 30 anos, repetir o procedimento. Tornaram-se, assim, os dois primeiros civis a efectuar uma excursão deste tipo no espaço.

"É lindo", comentou Jared Isaacman depois de sair da *Crew Dragon*, citado pela CNN. "De volta a casa, todos temos muito trabalho para fazer, mas, daqui, a Terra parece um mundo perfeito", acrescentou, numa altura em que o multimilionário conseguia ver uma parte do planeta Terra a brilhar por baixo de si.

Scott Poteet, antigo piloto da Força Aérea norte-americana, de 50 anos, e Anna Menon, também engenheira espacial e responsável médica da missão Polaris Dawn, de 38 anos, permaneceram no interior da cápsula enquanto Isaacman e Gillis se aventuraram no exterior. Os quatro tripulantes têm estado a orbitar a Terra a bordo da *Crew Dragon* desde o lançamento da missão Polaris Dawn, na terça-feira, a partir da Florida (EUA).

Antes do início da caminhada espacial, a cápsula – que se encontrava a uma altitude de 700 quilómetros acima da superfície da Terra – foi completamente despressurizada, com toda a tripulação a depender dos seus fatos espaciais desenvolvidos pela SpaceX para obter oxigénio.

Importa salientar que os fatos espaciais não estavam equipados com o seu próprio fornecimento de oxigénio ou outro equipamento de suporte de

SPACEX –HANDOUT

O multimilionário Jared Isaacman, fundador da empresa de processamento de pagamentos Shift4, foi o primeiro a sair da cápsula *Crew Dragon*

Na caminhada espacial, a cápsula *Crew Dragon* estava 700 quilómetros acima do planeta Terra

vida, dependendo inteiramente de cabos "umbilicais" ligados à *Crew Dragon* para fornecer ar, energia e comunicações.

Depois de Sarah Gillis voltar a entrar na cápsula, a escotilha foi fechada e o interior da cápsula foi lentamente repressurizado.

A caminhada e todos os procedimentos de preparação e término em segurança duraram quase duas horas. O objectivo desta missão Polaris Dawn (que terá uma duração de cinco dias) era testar os novos modelos de fatos espaciais da SpaceX e os procedimentos de abertura e fecho da escotilha da cápsula, expandindo os horizontes do que as empresas espaciais privadas conseguem realizar na órbita da Terra.

Os quatro tripulantes da *Crew Dragon* contaram com o apoio de uma equipa da SpaceX em Terra, na sede da empresa na Califórnia (EUA), que efectuou verificações de eventuais fugas e de segurança após Jared Isaacman e Sarah Gillis regressarem aos seus lugares no interior da cápsula.

Uma das falhas apontadas durante o procedimento foi a abertura manual da escotilha por Jared Isaacman (em vez de a abertura ter sido automática), tendo a engenheira espacial Sarah Gillis comunicado a falha depois ter visto protuberâncias na vedação da escotilha.

Ao contrário do que acontece habitualmente com astronautas da Estação Espacial Internacional que flutuam no espaço amarrados por um cabo (e embora lhe chamemos uma "caminhada espacial"), as excursões de Isaacman e Gillis foram breves e os dois tripulantes apenas realizaram movimentos cuidadosamente planeados (e não propriamente uma caminhada no espaço vazio), mantendo sempre uma mão ou um pé agarrados à escotilha enquanto flectiam os braços e as pernas para ver como o fato espacial se aguentava. Ou seja, não flutuaram livremente para longe da *Crew Dragon*.

Ainda assim, esta foi uma estreia. No passado, apenas astronautas profissionais financiados por agências governamentais com anos de treino e formação efectuaram caminhadas espaciais. Desde a criação da Estação Espacial Internacional, em 2000, foram feitas cerca de 270 caminhadas espaciais e 16 foram realizadas a partir da estação chinesa Tiangong.

Esta foi a primeira de três missões Polaris Dawn, que estão a ser financiadas por Jared Isaacman. O multimilionário – que já em 2021 tinha voado ido para o espaço na primeira missão apenas com civis efectuada pela SpaceX – recusou-se a dizer o valor que investiu, mas, segundo a agência Reuters, estas missões Polaris Dawn terão custado centenas de milhões de euros, com base no preço de cerca de 55 milhões de dólares (aproximadamente 50 milhões de euros) por lugar para outros voos da *Crew Dragon*.

Antes da caminhada espacial (que se realizou a 700 quilómetros da Terra), a *Crew Dragon* circundou, na quarta-feira, a Terra pelo menos seis vezes e já tinha atingido 1400 quilómetros de altura, batendo o recorde da maior altura alcançada por humanos desde 1966, quando os astronautas da NASA embarcaram no programa Gemini.

A empresa de Elon Musk tinha já explicado que, a esta distância, a *Crew Dragon* atravessaria várias cinturas de radiação que circundam o planeta Terra, pelo que outro dos intuitos da missão seria realizar experiências científicas nas quais pudessem avaliar os riscos de trabalhar e manobrar em ambientes mais hostis (em termos de radiação) do que os habituais para os astronautas. Por exemplo, a missão propôs-se recolher dados sobre o ambiente radioactivo nestas cinturas e a utilizar ferramentas de ultra-som para detectar e quantificar êmbolos gasosos, ou seja, perceber os níveis de obstrução do gás no fluxo sanguíneo dos tripulantes no espaço – um problema que pode culminar na redução da irrigação sanguínea e num ataque isquémico.

A tripulação da Polaris Dawn passou dois anos e meio a treinar para este momento, através de simulações e exercícios. "Posso dizer-vos, sem qualquer dúvida, que este foi um dos treinos mais exigentes que alguma vez fiz", disse, no mês passado, o antigo piloto da Força Aérea norte-americana Scott Poteet.

Está previsto que a tripulação regresse à Terra este sábado, com uma amaragem no golfo do México ou no oceano Atlântico.

Bill Nelson, administrador da agência espacial norte-americana NASA (que ajudou a financiar o desenvolvimento da *Crew Dragon* há cerca de uma década), aplaudiu o momento histórico. "O sucesso de hoje representa um enorme salto para a indústria espacial comercial e para o objectivo a longo prazo da NASA de construir uma economia espacial vibrante nos EUA", afirmou, numa publicação na rede social X.

O Paraíso leva a Braga música, dança e debates sob o signo de Amílcar Cabral

Segunda edição tem concertos de Soraia Ramos e de Mynda Guevara, a peça *Ami.lcar*, de Djam Neguin, e conversas em torno do movimento negro em Portugal e da música lusófona

Mariana Duarte

O Theatro Circo, o gnration e a Livraria Centésima Página, em Braga, juntam-se hoje e amanhã às comemorações oficiais do centenário do nascimento do político e líder anticolonialista Amílcar Cabral (1924-1973) com o Paraíso, programa dedicado à música e a outras expressões artísticas de criadores e pensadores afrodescendentes e lusófonos.

Iniciado no ano passado, numa edição que teve como protagonista o músico Dino D'Santiago, este ciclo de programação foi criado para pensar a música feita em Portugal lado a lado com as transformações sociais, culturais e demográficas. "São inegáveis a influência e o peso que os músicos afrodescendentes na esfera da lusofonia têm actualmente. Basta abrirmos as listas de plataformas digitais, e olharmos para todos os festivais que existem em Portugal, e percebemos estas transformações", assinalam Nuno Abreu, curador do ciclo, e Luís Fernandes, director artístico do Theatro Circo e do gnration.

"Ao olharmos para a programação dos teatros municipais isso é pouco notório, ou praticamente nulo, daí sentirmos que era o momento para criar algo na programação em Braga que espelhasse isso, e colocasse estes novos criadores no centro." Este ano, o segundo capítulo do Paraíso vai além da música. Abre-se à dança, ao pensamento e ao debate, de certa forma seguindo uma das máximas de Amílcar Cabral: "A luta pela libertação é, acima de tudo, um acto de cultura."

"Tentar abarcar mais linguagens e géneros artísticos" é uma das missões dos programadores, numa altura em que se registam muitas mudanças – para melhor – na diversidade do panorama cultural português, assinalam. Mas nada pode ser dado por garantido. "Muitos exemplos fazem antever uma revolução cultural e, consequentemente, social em Portugal, que devemos aproveitar para activar o diálogo e criar pensamento", afirmam. "Mesmo assim, há ainda um caminho longo no debate destes assuntos. Os temas do racismo, da xenofobia e da desigualdade são questões primordiais, não só no campo político, mas também no sector cultural, e as instituições da esfera pública têm de ser as primeiras a incluí-los."

Agrónomo, poeta, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e figura de proa dos movimentos independentistas africanos, Amílcar Cabral calibrou a selecção dos nomes desta segunda edição. "A ligação a Cabo Verde foi uma escolha natural. Além da música, quisemos também escolher espectáculos e acções que, de forma directa ou indirecta, falassem sobre Amílcar e o seu legado", explicam Nuno Abreu e Luís Fernandes.

Essa relação está em primeiro plano na noite de arranque do Paraíso, esta sexta-feira, no Theatro Circo, com a estreia nacional de *Ami.lcar*, espectáculo em que o coreógrafo, bailarino e artista multidisciplinar cabo-verdiano Djam Neguin ficciona episódios da vida do fundador do PAIGC a partir de dispositivos multimédia e de inteligência artificial.

Num exercício de extensão e reactualização da herança de Cabral, Djam Neguin procura, por um lado, pegar nas suas teses e práticas de agronomia para reflectir sobre a actual crise ecológica e o extractivismo de recursos naturais que aprofundam desigualdades sociais. Por outro, "reafirmar a importância de que criativos e *techies* africanos se apropriem das novas tecnologias artísticas para contar as suas próprias narrativas", lê-se no dossier do espectáculo, que contou com o apoio da Fundação Amílcar Cabral, sediada na cidade da Praia, em Cabo Verde.

Antes de *Ami.lcar*, pelas 18h, a Livraria Centésima Página acolhe uma conversa em torno do livro *Tribuna Negra: Origens do movimento negro em Portugal (1911-1933)*, de Cristina Roldão, José Augusto Pereira e Pedro Varela, com moderação de Marisa Rodrigues, jornalista da Bantumen, plataforma de *mediaonline* centrada nas culturas negras da lusofonia. Lançado em 2023, este livro "é essencial para entender que o movimento negro existe em Portugal desde o início do século XX, abordando os movimentos e relações políticas no seio da 'Geração Cabral'", notam Nuno Abreu e Luís Fernandes.

Amanhã, o destaque será o concerto de Soraia Ramos, cantora e compositora portuguesa de ascendência cabo-verdiana que é hoje um dos maiores nomes da lusofonia, com um alcance intergeracional e intercontinental que vai de Portugal a Cabo Verde, de Moçambique à Guiné-Bissau, do Brasil à Suíça. No Theatro Circo apresenta as canções do primeiro álbum, *Cocktail* (2023), entre o r&b, a pop, o rap, o trap, a kizomba, o funaná, o afrobeats, o drill e o sertanejo, em crioulo cabo-verdiano e em português.

"Estou a tentar abrir caminhos, ultrapassar fronteiras, chegar a vários países, para que os próximos tenham um lugar melhor do que o meu. Eu, quando cheguei aqui, não tive assim tanta facilidade, mas já houve um trabalho feito pelos mais velhos: a Cesária Évora é uma pessoa que eu tomo sempre como exemplo, porque foi ela quem levou Cabo Verde o mais longe possível", dizia a artista em entrevista ao Ípsilon no final do ano passado, a poucos meses de esgotar o Coliseu dos Recreios, em Lisboa. Estreia-se agora no Theatro Circo, no seu dia de aniversário.

Durante a tarde, a festa faz-se no gnration. Mynda Guevara, um dos nomes mais entusiasmantes da nova geração do rap crioulo, nascida e criada na Cova da Moura, filha de cabo-verdianos, apresenta o novo disco, *Phoenix*, que marca o seu "ressurgimento" no circuito musical. Segue-se Berlok, DJ e produtor cabo-verdiano residente em Portugal cujos *sets* atravessam o rap, o drill, o r&b, o afrobeats e a música tradicional cabo-verdiana.

Nessa mesma tarde, Soraia Ramos, Mynda Guevara e Berlok estarão reunidos para uma conversa no gnration, intitulada *Inovação e tradição na música lusófona*, com mode-

Soraia Ramos actua amanhã no Theatro Circo, em Braga. É o dia do aniversário da cantora

O coreógrafo cabo-verdiano Djam Neguin apresenta *Ami.lcar* em estreia nacional, hoje no Theatro Circo. E a rapper Mynda Guevara passa pelo gnration amanhã

ANTÓNIO LOPES

RICARDO LOPES

ração de Wilds Gomes, da Bantumen. "A Bantumen foi, desde o início, um parceiro de programação, acima de tudo no domínio do pensamento e das conversas. Como 'multiplataforma sobre a lusofonia negra' que são, nada melhor do que envolver os jornalistas, artistas e escritores que dela fazem parte, e assim tomarem o leme nos temas dos quais são especialistas", apontam Nuno Abreu e Luís Fernandes.

Para o director artístico do Theatro Circo e do gnration, a programação da segunda edição do Paraíso alinha-se, em vários sentidos, com a sua visão para ambas as estruturas - a começar por um "posicionamento de pensamento amplo, diverso e atento" que o programador considera "vital" para as duas instituições. "Tenta também ir ao encontro da transformação demográfica da cidade de Braga ao longo dos últimos anos, a qual impõe que os programas olhem para geografias, práticas artísticas e criadores que tendem a estar sub-representados nas instituições culturais públicas, principalmente fora dos grandes centros urbanos."

O Paraíso acontece uma semana antes da 1.ª Grandi Marxa Kabral em Portugal, agendada para dia 21, em Lisboa, numa iniciativa do Movimento Negro em Portugal. Além de celebrar o centenário do nascimento de Amílcar Cabral, esta marcha "contra o fascismo, a xenofobia e o neocolonialismo" marcará também uma posição contra a manifestação anti-imigração convocada pelo Chega para o mesmo dia.

INDI NUNEZ

O guião para a felicidade (ou não) de David Hare, no Teatro da Trindade

Gonçalo Frota

Marco Medeiros dirige uma peça em que o dramaturgo inglês coloca em conflito amor e ideais. Até 17 de Novembro

Uma relação amorosa com tudo a favor – menos a viabilidade. Foi mais ou menos nestes termos que o dramaturgo inglês David Hare se referiu, em entrevista televisiva, àquilo que o seduziu passar para a escrita de *Telhados de Vidro* (*Skylight*, no original), em cena, até 17 de Novembro, no Teatro da Trindade, Lisboa, com encenação de Marco Medeiros, e protagonizada por Diogo Infante e Benedita Pereira (com Tomás Taborda num papel secundário).

A trama da peça pode contar-se assim: dois antigos amantes, ela uma professora, ele um empresário de sucesso, reencontram-se após ele enviuvar e cumprir um período de luto. Ele busca uma resposta para o porquê de ela ter fugido da sua vida quando o *affair* foi descoberto, mas aquilo que se vai descobrindo numa longa troca de argumentos é que, apesar de o amor que os une, as diferenças sociais parecem prevalecer e boicotar qualquer futuro a dois. Tudo a favor, portanto, menos a viabilidade.

Marco Medeiros não se encantou com o texto numa primeira leitura. Desafiado por Diogo Infante, actor e director do Teatro da Trindade, a dirigir o espectáculo, não encontrou espaço para a sua encenação no contacto inicial. Foi ao ler pela segunda vez as palavras de David Hare que começou a debruçar-se sobre "a disputa de ideais" e a perceber o quão actual o texto se mantém. Não é que a distância para com o ano da estreia, 1995 (na ressaca da passagem de Thatcher pelo Governo britânico), seja muito significativa, mas a agudez crescente de um mundo polarizado, enfiado em barricadas e entretido a combater-se, parece agora dar um sentido ainda mais pungente ao texto.

"Achei fascinante essa disputa de ideais", diz o encenador ao PÚBLICO, "assim como a forma satírica com que o David Hare a descreve, num confronto entre mundos tão distintos e na forma como cada um vê o mundo do outro." E rendeu-se a um texto que não toma partidos, que argumenta em favor de cada personagem como se o autor aderisse em absoluto ao discurso de Clara e Tomás.

Porque aquilo a que assistimos é ao reencontro entre um homem mais velho, uma mulher mais nova, um empresário da restauração dedicado a inaugurar restaurantes da moda, e uma professora crente no seu trabalho de ajudar alunos de meios desfavorecidos a vencerem a sua condição social. O choque entre os dois é também o de um homem habituado a ter controlo sobre tudo na sua vida e uma mulher que lhe foge ao controlo – e que rejeita uma vida mais fácil a dois, sem ter de contar os tostões ao fim do mês. E essa é uma decisão que ele não está preparado para entender.

Se a relação passada, da qual apenas sabemos aquilo que é dito durante esta noite fria em que os dois se encontram no apartamento dela, era apenas possível enquanto não eram um casal oficial (Tomás era casado e Clara trabalhava na casa da família), "quando ela não se sentia na responsabilidade de corresponder a algo a que não pertencia", comenta Marco Medeiros, "a partir do momento em que esse sigilo se quebra, ela deixa de estar no lugar certo". Tomás contrapõe, incrédulo, que "toda a gente luta ao máximo para sair daqui [de um bairro estigmatizado que a tradução transpõe para Chelas] e tu lutas ao máximo para entrares...".

Dois antigos amantes, ela uma professora, ele um empresário de sucesso, reencontram-se após ele enviuvar e cumprir um período de luto. Ele busca uma resposta para o porquê de ela ter fugido da sua vida

E é isso que expõe a peça de David Hare: a impossibilidade de encaixe, por um lado, de quem sente ser "insultuoso viver num mundo desigual e desequilibrado", e de alguém que assume que o mundo é como é e acha absurdo prescindir da situação privilegiada em que vive. Se o amor é capaz ou não de superar estas diferenças, essa é a questão que David Hare vai alimentando e mantendo ao lume até ao final, não se furtando, no entanto, a fazer pender a balança para um dos lados.

Também com isso joga a encenação de Marco Medeiros. "Tento sempre uma desconstrução nos textos que trabalho", diz, "e não os procuro muito realistas – como é o caso. Quando vi um objecto tão montado, que me impedia, de certa maneira, de aplicar as minhas linhas estruturais, precisei de vários meses para conceber uma estrutura que fizesse sentido para mim."

E foi assim que resolveu criar um jogo com as expectativas, projectando em palco didascálias que, à medida que a peça avança, deixam de sublinhar as acções dos actores em cena e passam, com frequência, a contrariá-las. Como se houvesse um guião para a felicidade a entrar em choque com um outro que recusa qualquer idílio amoroso. E um final feliz, convenhamos, depende sempre da perspectiva.

ALÍPIO PADILHA

Diogo Infante e Benedita Pereira são o casal de *Telhados de Vidro*

Ouvir a paisagem e perceber o que lhe estamos a fazer, no Ponto d'Orvalho

Daniel Dias

Quarta edição do festival que se movimenta entre a arte e a ecologia acontece entre hoje e domingo, em Montemor-o-Novo

DR

Rafael Toral apresenta amanhã uma "*performance* áudio-ambiental" a partir do seu novo disco *Spectral Evolution*

Com um programa pluridisciplinar que inclui concertos, sessões DJ, instalações, caminhadas, *workshops*, debates e refeições comunitárias, o Ponto d'Orvalho, festival que ziguezagueia entre a arte e a ecologia, procurando imaginar futuros mais sustentáveis e outras formas de nos relacionarmos com os recursos naturais, regressa hoje para a sua quarta edição, que até domingo ocupará a Herdade do Freixo do Meio e o Convento de São Domingos, em Montemor-o-Novo, Alentejo.

Foi na Herdade do Freixo do Meio que o festival, fundado por Joana Horta (que agora está sozinha na programação, depois de ter partilhado essa função com Leonor Carrilho e Sérgio Hydalgo), se estreou: estávamos em Outubro de 2020, nos incertos primeiros meses da pandemia de covid-19. A segunda edição teve o mesmo palco, tendo o Ponto d'Orvalho depois saltado, no ano seguinte, para a Herdade do Barrocal de Baixo e a Quinta das Abelhas, também em Montemor-o-Novo. Agora, e depois de não se ter realizado em 2023, um regresso a casa.

É lá que, amanhã, o músico exploratório português Rafael Toral apresentará uma "*performance* áudio-ambiental" que terá na sua génese o álbum que editou no início deste ano, *Spectral Evolution* – trabalho "de um diálogo fervilhante entre a guitarra que plana e se estende no infinito e os sons dos dispositivos electrónicos, que florescem com a inesperada vivacidade de organismos vivos", como escreveu o jornalista Mário Lopes nas páginas do Ípsilon.

É lá, igualmente, que, também amanhã, mas mais tarde, actuarão (junto a uma árvore milenar) Francesca Heart, artista, bailarina e investigadora italiana que "actualmente explora a música computacional como meio de encantamento", como informa o festival no seu *site*, ou Ariyouok, artista nascido em Portugal e crescido em Cabo Verde que na sua música, para já disponível sobretudo no SoundCloud, evoca ritmos africanos, funk electrónico-futurista, trap ou jazz (também já o ouvimos a colaborar com Tristany). Hoje, no Convento de São Domingos, a vocalista e artista sonora Antonina Nowacka apresenta o recém-lançado *Sylphine Soporifera*, álbum de vozes celestiais e camadas sonoras tranquilizantes e oníricas, intersecção entre ambient e new age que por vezes assume uma roupagem quase litúrgica (será o arranque do festival).

Estes e outros concertos fazem parte de uma das ramificações principais do programa deste ano, à qual foi dado o nome Escutar a Paisagem – Ecologias do Som. "Propomos que a escuta seja um meio para chegarmos a novas formas de habitar o território", explica Joana Horta ao PÚBLICO. A segunda ramificação designa-se Comer a Paisagem – Ecologia do Solo. Aqui, "a discussão abordará estratégias de regeneração dos sistemas alimentares, sublinhando a força vital da natureza e a importância de criar sinergias entre todos os organismos vivos, incluindo os humanos", explicam num texto sobre esta edição.

> **"Propomos que a escuta seja um meio para chegarmos a novas formas de habitar o território", diz Joana Horta**

Insere-se neste segmento a conversa à hora de almoço que marcará o último dia. Para ela contribuirão, por exemplo, o casal Lara Espírito Santo e George McLeod, que em 2021 abriu em Lisboa o Restaurante SEM, que defende uma política "desperdício zero" e, afirma Joana Horta, respeita os "ciclos naturais" ("Os animais só entram na cozinha quando já estão em final de vida"), e Francisco Alves, gestor da Herdade de São Luís (Évora), que, através da rotação controlada de vacas, porcos, cabras e ovelhas, procura mitigar os impactos ambientais da sua actividade agrícola ("Cada uma das espécies passa, em determinados períodos do ano, por toda a propriedade, sempre por tempos curtos. Estas passagens rápidas e a fertilização com fezes e urina são condições fundamentais para que os pastos estejam sempre a regenerar-se, pelo que o solo, que fixa mais água, nunca está a descoberto", explicava à Fugas em 2022).

Mariana Sanchez Salvador, arquitecta que, resume o Ponto d'Orvalho, investiga "a forma como os espaços que habitamos são transformados pela comida", a escritora Joana Bértholo – cuja obra do ano passado *Natureza Urbana*, escreveu a jornalista Andréia Azevedo Soares no Ípsilon, "explora como a linguagem pode (ou deveria) encurtar a distância entre as espécies, reavaliando o intervalo entre os humanos e os demais seres vivos" – e representantes da Cooperativa Casa Branca, cuja missão é a "regeneração integrada e participada da aldeia" homónima em Montemor-o-Novo, completam o painel. A moderação caberá a Andreia Garcia, curadora da representação portuguesa na Bienal de Arquitectura de Veneza 2023 (idealizou, juntamente com Diogo Aguiar e Ana Neiva, o projecto *Fertile Futures*, que reuniu uma série de reflexões artísticas centradas na escassez de água doce e na busca de soluções para a gestão dos recursos hídricos numa altura de recorrentes secas graves).

De assinalar são também propostas como uma instalação sonora de Violeta Azevedo (a partir de gravações registadas na edição anterior do festival), uma colaboração entre a artista interdisciplinar Adriana João e o saxofonista Pedro Alves Sousa, uma caminhada matinal com o arqueólogo Manuel Calado – que, diz Joana Horta, dará "uma boa explicação do que é o Montado do Freixo do Meio hoje e do que foi antigamente", sublinhando "alterações claras na paisagem" que se prendem com o actual contexto de crise climática – ou a instalação-*performance* *Kaminhu d'Água: Água de Beber*, da artista visual cabo-verdiana Jacira da Conceição, cuja obra, lê-se no *site* do festival, "reflecte sobre a relação entre corpo e terra, destacando as agro-florestas como sistemas de regeneração e espaços de conexão profunda". Joana Horta partilha um fragmento das suas conversas com Jacira: "Ela conta que em Cabo Verde, dependendo de para onde fosses durante o dia, tinhas de transportar água contigo, não fosse dar-se o caso de depois não teres onde beber. Ela vai convidar o público a partilhar esse peso de carregar um jarro grande de água até à instalação dela."

Escola em Viseu usa avião eléctrico
O primeiro avião 100% eléctrico certificado no mundo está a ser usado para aulas de instrução em Viseu. A facilidade de utilização para iniciados e a economia estão entre os factores sublinhados pela escola de pilotagem IFA. A aeronave transporta duas pessoas, pesa 500 quilos e tem autonomia para 50 minutos.

DR

Google Pixel 9 está disponível a partir de 920 euros

Novo Google Pixel: mais do que já é, é o que pode vir a ser

É uma nova e importante montra para a inteligência artificial da Google, mas só está completo para quem escolhe o inglês

Pedro Esteves

A tendência não é nova, mas parece estar a ganhar velocidade com a promessa iminente da inteligência artificial (IA) nos dispositivos domésticos, em particular nos telemóveis: o anúncio de novas funcionalidades, sem que ainda seja possível usufruir delas. Foi o caso do lançamento do novo Pixel 9 em Portugal, o topo de gama da Google posto à venda em pleno Verão (meados de Agosto), numa clara antecipação à apresentação do iPhone (9 de Setembro) – no ano passado, o Pixel 8 foi anunciado em Outubro. Esta "pressa" fez-nos também experimentar o novo telefone ainda sem o novo sistema Android 15, que deve chegar aos telemóveis Pixel em Outubro.

Na revelação à imprensa foi notória a ausência de soluções para o nosso mercado: as grandes novidades ainda não estão disponíveis em português, nem sabemos quando vão estar, com a Google a dizer apenas que será "em breve". Apesar disso, o Pixel 9 é um telemóvel que se posiciona entre os melhores dispositivos Android do mercado.

Tivemos oportunidade de testar a versão mais musculada, o Pixel Pro XL (a partir de 1220 euros), um telemóvel grande com um ecrã de 6,8 polegadas e especificações de topo, a começar pelo ecrã OLED capaz de emitir 3000 *nits* de brilho máximo, assente num chassis robusto e colorido – a cor rosa chegou, finalmente, aos topos de gama.

A IA da Google perscruta tudo o que fazemos no telemóvel

Outro destaque vai para os novos sensores das câmaras, que permitem a captação de imagens com melhor qualidade, em particular no vídeo. De resto, as diferenças em relação ao anterior Pixel 8 não são substanciais. No entanto, a Google sublinha que a resistência estrutural do novo *smartphone* é "o dobro" em relação ao modelo do ano passado – consulte as especificações técnicas na página oficial da Google.

O Pixel 9 (a partir de 920 euros) tem 12GB de RAM e os dois Pro dão o salto para os 16GB, a base que dá ênfase à potencialidade do novo processador Tensor G4, o mais bem preparado para as tarefas de inteligência artificial. As funcionalidades de edição fotográfica são as mais imediatas, como a já conhecida remoção de objectos.

Este ano, a Google acrescenta outra, a que chamou "*Add Me*" (adiciona-me), e que funciona surpreendentemente bem. Trata-se de uma função que permite tirar fotos de grupo incluindo a pessoa que tirou a primeira fotografia, adicionada ao conjunto posteriormente. Afinal, o que é uma fotografia?

Mas a funcionalidade com mais impacto para o dia-a-dia é talvez a omnipresença do assistente Gemini, que está sempre "à espreita".

A IA da Google perscruta tudo o que fazemos no telemóvel, tornando possível solicitar ajuda a partir de qualquer momento, seja para identificar um objecto, seja para pedir uma recomendação, seja para manter uma conversa.

Contudo, esta forma mais avançada denominada "Gemini Live" é uma das funcionalidades que ainda não estão disponíveis em português; bem como a aplicação Screenshots, que organiza numa pasta todas as capturas de ecrã que fazemos e permite pesquisar conteúdo dentro das mesmas; outra é o Pixel Studio, um gerador de imagens a partir de uma ideia escrita.

Estas novas funcionalidades estão disponíveis, para já, apenas em inglês e no pacote Gemini Advanced, que custa em Portugal 22 euros por mês (integrado na subscrição Google One).

Importa sublinhar que o assistente da Google é bastante competente na comunicação em português europeu, apresentando (dizendo) aqui e ali uma ou outra palavra tirada do português do Brasil (como "electrônico") – já do iOS não podemos dizer o mesmo, com a Apple a fazer saber esta semana que o próximo sistema operativo continuará a ignorar o português de Portugal.

Em complemento com o Pixel 9 Pro XL, chegou-nos o Pixel Watch 3, desta feita na sua versão mais reduzida, com ecrã de 41mm (o tamanho maior tem 45mm). Disponível em Portugal a partir de 399 euros, mostra a consolidação do ecossistema Pixel e esbate ainda mais as diferenças que existem entre iOS e Android. Escolher entre um e outro é cada vez mais e apenas uma questão de hábito e gosto.

Inovação

IFA mostra IA, mas sem surpreender

A grande feira de tecnologia de Berlim cumpriu esta semana os 100 anos de existência e, apesar de não ter sido palco de revelações bombásticas, foi onde as grandes marcas voltaram a publicitar a inteligência artificial (IA) como incontornável, já muito além dos telemóveis e dos PC. Máquinas de lavar, fornos, fogões e frigoríficos são agora "com IA", numa aproximação ainda em muitos casos experimental, mas que sinaliza um caminho futuro da electrónica de consumo. Além da IA a gerir a Internet das coisas (IoT), vimos na IFA os televisores gigantes da Hisense e da TLC (até 163 polegadas), já com tecnologia microLED (que um dia deverá substituir o OLED), passando pelos robôs que servem de guia e assistente pessoal. No *stand* da Samsung destacamos também os avanços nos ecrãs transparentes. Globalmente, assistiu-se a uma aposta na tecnologia verde e em soluções melhoradas de mobilidade. A IFA decorreu na Messe de Berlim entre 6 e 10 de Setembro.

Apple

iPhone 16 sem IA em português

Os novos iPhone 16 apresentados na segunda-feira prometem ao mundo novidades de inteligência artificial, mas só vão estar disponíveis em inglês. Em 2025 a tecnologia chega ao mandarim, japonês, espanhol e francês, ficando o português, para já, de fora. O novo iPhone (a partir de 989 euros) regista poucos avanços técnicos, com um novo botão que controla a câmara a ganhar destaque. Foram também conhecidos os novos relógios Apple Watch 10, com ecrã maior, e novos AirPods 4, com opção de cancelamento de ruído. Uma actualização de *software* trará aos AirPods Pro 2 funções de protecção contra ruído alto, teste para detectar perda de audição e auxílio para pessoas com limitações auditivas. Todos os dispositivos anunciados estarão à venda em Portugal a partir do próximo dia 20.

Guia

Cinema

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em **cinecartaz.publico.pt**

Porto

Batalha Centro de Cinema
Praça da Batalha 47.
Adolescente Perversa 21h15
Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
A Vergonha 15h; **Dulcineia** 14h30; **Ubu** 21h30; **Geração Low-cost** M14. 17h30; **Motel Destino** M14. 19h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h45; **A Pedra Sonha dar Flor** 16h, 19h30; **Reality** 18h
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Ubu 19h, 21h; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h10, 15h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h20, 21h30; **Oh Lá Lá!** M12. 18h50, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h40 ; **Um Sinal Secreto** M14. 13h45, 16h10; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h10, 21h50 ; **A Pedra Sonha dar Flor** 13h50, 16h30; **Não Fales do Mal** 13h20, 15h50, 18h30, 21h20
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Sonata de Outono M12. 21h30

Braga

Cinemas Nos Braga Parque
Quinta dos Congregados. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h40, 16h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h50, 16h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h10, 17h, 20h40, 23h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h, 17h30, 21h, 24h; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h15, 16h, 18h40, 21h20, 00h05; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 17h50, 20h50, 23h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h05, 21h50, 00h25; **Um Gato Com Sorte** M6. 13h20, 15h30 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h40, 18h30, 21h10, 23h50; **Zona de Risco** M14. 19h, 21h40; **100% Lobo** 14h20, 16h40 (VP); **Não Fales do Mal** 13h30, 16h10, 18h50, 21h30, 00h10; **Jogo de Assassinos** 19h10, 22h, 00h20; **Não Apagues a Luz** 00h15

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Ubu 21h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h30; **A Pedra Sonha dar Flor** 18h40; **Não Fales do Mal** 16h30

Figueira da Foz

Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz
R. Abade Pedro. T. 233407200
O Sétimo Selo M12. 21h30

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 16h (VP) 21h20 (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 20h20; **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 20h50, 23h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 15h, 18h10, 21h, 23h50; **Alien: Romulus** M16. 14h30, 17h30, 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h10, 15h10, 16h20, 18h, 19h20, 21h10, 22h20, 24h; **Um Sinal Secreto** M14. 19h10, 21h50, 00h25; **Hellboy e o Homem Torto** 00h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h40, 17h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h15; **Zona de Risco** M14. 19h, 22h10; **100% Lobo** 14h10, 16h30 (VP); **Não Fales do Mal** 13h30, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20; **Reality** 23h10; **Jogo de Assassinos** 13h, 15h30, 17h40, 19h50, 22h

Estreias

100% Lobo
De Alexs Stadermann. Com Loren Gray (Voz), Adriane Daff (Voz), Akmal Saleh (Voz), Alexs Stadermann (Voz). GB/EUA/Austrália/BEL/RUS. 2020. 96m. Animação, Aventura.
A família de Freddy Lupin é de lobisomens. Seria de esperar, quando chegasse aos 14 anos, que a sua transformação corresse como a dos seus familiares. O problema? Transforma-se, afinal, num caniche.

A Pedra Sonha dar Flor
De Rodrigo Areias. Com Paulina Almeida, Carlos André, Rodolfo Areias, Pedro Bernardino, Miguel Borges. POR. 2024. m. Drama.
Rodrigo Areias, que tem vindo a construir uma obra regular à volta de Guimarães, a sua terra natal, atira-se a Raul Brandão (1867-1930), adaptando “A Morte do Palhaço”, misturado com outras obras do escritor que viveu e trabalhou também em Guimarães.

Jogo de Assassinos
De Phillip Noyce. Com Pierce Brosnan, Morena Baccarin, James Caan, Gbenga Akinnagbe. EUA. 2023. 90m. Thriller, Acção.
Um assassino que trabalha para um chefe da máfia decide vingar-se quando um rival mata o seu patrão.

Justiça Artificial
De Simón Casal. Com Alberto Ammann, Monti Castiñeiras, Melania Cruz, Marco D’Almeida. ESP. 2024. m. Ficção Científica.
O Governo espanhol decide, para despolitizar o sistema de justiça, substituir todos os juízes por um programa de inteligência artificial.

Não Fales do Mal
De James Watkins. Com James McAvoy, Mackenzie Davis, Scoot McNairy, Aisling Franciosi, Alix West Lefler. EUA. 2024. 110m. Drama, Terror.
“Remake” do filme homónimo dinamarquês de 2022, uma história de terror psicológico com “thriller“ e sátira social em que um casal vai passar, a convite de outro, um fim-de-semana numa casa idílica de campo, o que depressa se torna um pesadelo.

Reality
De Tina Satter. Com Sydney Sweeney, Josh Hamilton, Marchánt Davis, Benny Elledge. EUA. 2023. 83m. Drama, Documentário.
O interrogamento da delatora Reality Winner, que passou documentos sobre interferência russa nas eleições americanas de 2016, é dramatizado neste filme de Tina Satter.

Ubu
De Paulo Abreu. Com Miguel Loureiro, Isabel Abreu, Dinarte Branco, Sérgio Silva, Vicente Gil, Laura Frederico, Álvaro Correia. POR. 2023. 77m. Ficção.
Ubu é convencido pela esposa a matar o Rei Venceslau da Polónia e assim usurpar o seu trono. Adaptação de “Ubu Roi”, a peça do francês Alfred Jarry de 1896.

Não Fales do Mal

As estrelas P

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bruno Reidal — Confissões...	★★★☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Não Fales do Mal	—	★☆☆☆☆	—
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
A Pedra Sonha Dar Flor	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Ubu	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆
24 Frames	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Mira Maia Shopping. T. 229419241
Gru - O Maldisposto 4 M6. 16h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h35, 19h05 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h40, 19h10, 21h35; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h45, 17h, 19h15, 21h30; **100% Lobo** 17h05 (VP); **Não Fales do Mal** 14h35, 16h55, 19h15, 21h35

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes. T. 16996
A Menina da Comunhão 00h25; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h, 15h50, 18h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 18h50, 22h; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h, 18h, 21h20, 00h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h20, 18h20, 21h, 23h50; **Um Sinal Secreto** M14. 17h40, 20h40, 23h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h10, 18h40, 21h40, 00h15; **100% Lobo** 12h30, 15h10 (VP); **Não Fales do Mal** 12h50, 15h40, 19h, 21h30, 00h10; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 21h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h30, 18h10, 20h50, 23h30 (IMAX)
Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h10, 12h50, 15h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 11h10, 14h30, 17h, 19h30 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h10, 15h10, 18h10, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 18h50, 21h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h25, 16h10, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50; **Hellboy e o Homem Torto** 00h35; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h20, 14h05, 16h30 (VP); **Zona de Risco** M14. 22h10; **100% Lobo** 11h, 13h30, 15h50 (VP); **Não Fales do Mal** 13h40, 16h20, 19h, 21h40, 00h20; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 22h; **Não Apagues a Luz** 00h10; **Alien: Romulus** M16. 17h50, 20h30, 23h10 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 24h (NOS XVISION)

Ovar

Castello Lopes - Vida Ovar
C.C. Dolce Vita. T. 960254838
Divertida-Mente 2 M6. 15h10 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 17h05; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h05, 19h35; **Não Fales do Mal** 21h40

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
C.C. Gaiashoping, Lj 2.25. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h, 18h, 20h30, 22h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 15h20, 18h10, 21h, 00h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Alien: Romulus** M16. 18h20, 21h10, 23h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h30, 16h10, 19h, 21h50, 00h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h50, 15h50, 21h40, 00h20; **100% Lobo** 13h20, 15h40 (VP); **Não Fales do Mal** 13h50, 16h20, 18h50, 21h30, 24h; **Jogo de Assassinos** 14h, 16h30, 18h40, 21h20; **Não Apagues a Luz** 23h40; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h10, 15h30, 17h50, 20h50, 23h10 (4DX)
UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Dulcineia 13h45, 19h10; **Como Por Magia** 13h55, 18h50; **Ubu** 16h25, 21h10; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h50, 16h10, 18h30 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h40, 16h20, 18h40, 21h10 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h40, 23h45; **Oh Lá Lá!** M12. 13h55, 16h35, 18h55, 21h45; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25, 24h; **O Corvo** M16. 21h35; **Alien: Romulus** M16. 19h05, 21h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h45, 16h20, 19h10, 22h, 23h55; **Cão e Gato** M6. 14h25, 16h35 (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 16h25, 21h55; **Campeões 2** 18h20, 21h15; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h15, 16h55 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h10, 18h55, 21h30, 00h10; **Zona de Risco** M14. 13h35, 16h15, 18h40, 21h20; **100% Lobo** 13h35, 15h55 (VP); **A Pedra Sonha dar Flor** 13h25, 16h30, 18h45, 21h15; **Não Fales do Mal** 14h05, 16h40, 19h15, 21h50, 00h15; **Reality** 14h, 16h15, 19h, 21h20, 23h40; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 14h10, 16h45, 19h15, 21h40; **Jogo de Assassinos** 13h30, 16h30, 18h35, 21h30, 00h05; **Ardaas Sarbat De Bhalle Di** 21h;

Lazer

FESTIVAIS

Viana Bate Forte

VIANA DO CASTELO Praça da República, Praça da Liberdade e Praça da Erva. Dias 13/9 e 14/9, a partir das 21h30. Grátis

Para a sétima edição do festival contribuem 16 artistas, distribuídos por três palcos. Ala dos Namorados, Quinta do Bill, Linda Martini, Ricardo Ribeiro, Blind Zero, Picas, Khiaro e Klin Klop são os anfitriões da primeira noite. Ana Bacalhau, Tiago Bettencourt, Drenchill, Cláudia Pascoal, Leo2745, Malva, João Gil e Skinny Wolf alimentam as pautas do segundo serão.

Manta

GUIMARÃES Centro Cultural Vila Flor. Dias 13/9 e 14/9. Sexta e sábado, a partir das 21h30. Grátis

O festival volta a estender a manta no jardim do Centro Cultural Vila Flor para abrir portas à nova temporada. Esta 17.ª edição do "ritual cultural com o futuro e a ancestralidade lá dentro" abre com Malva, David Fonseca e DJ Berto, seguindo, amanhã, com as notas de Meskerem Mees, Billie Marten, Still Corners e DJ Tam. A oficina de experimentação musical *Crassh_Style*, dinamizada por Bruno Estima (WeTumTum) e apontada às famílias, completa o cartaz (amanhã, às 10h30 e 16h30).

FESTAS

Brew! Coimbra

COIMBRA Exploratório. De 13/9 a 15/9. Sexta, das 17h às 2h; sábado, das 13h às 2h; domingo, das 13h às 22h. Entrada livre; copo de prova do evento a 3€

Mais de duas centenas de rótulos de três dezenas de marcas, nacionais e internacionais, marcam presença ao balcão do festival de cerveja artesanal. Provas comentadas, *food trucks*, animação musical, *ateliers* para famílias e, até, um *Quiz de Cerveja para Totós* completam a carta.

Aniversário do Mercado do Bolhão

PORTO Mercado do Bolhão. Dias 13/9 e 14/9. Entrada livre

Os dois anos da reabertura do mercado são celebrados com uma festa que inclui um *showcooking*, o concerto d'Os Azeitonas & Ivo Lucas, a tertúlia *Porto de Livros e Sabores* e actividades infantis.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

EuroDreams 16 27 31 34 38 39 1

1.º Prémio 20.000€/mês x 30 anos

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria Popular 2 7 3 4 6

1.º Prémio 50.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.551

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

Horizontais

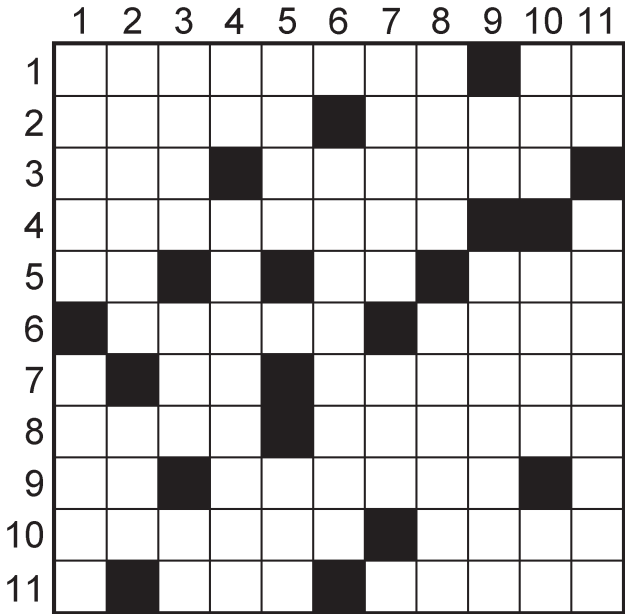
1.Reforço das fronteiras neste país só como "último recurso", avisou UE. Cálcio (s. q.). **2.**Aiou. Planta gramínea. **3.**Juntei. Isabel (...), substitui provisoriamente Rui Abrunhosa Gonçalves. **4.**Estrondoso. **5.**Símbolo de sudoeste. Nome da 21.ª letra do alfabeto grego. Senão. **6.**Ficou de fora de revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2030, critica CPSA. É considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna (1724-1804). **7.**Abreviatura de manuscrito. Que não é limpo. **8.**Processo Revolucionário em Curso. Experimentar. **9.**Segundo. Envaidecer. **10.**(...) Swift, declarou apoio a Kamala Harris. Cidade e sede de concelho do distrito do Porto. **11.**"O (...) é que sobe e o carro é que geme". Associar.

Verticais

1.Misturas com água. Pequeno instrumento para assobiar. **2.**Vagarosos. Espécie de albufeira. **3.**Governador árabe. Goste muito. Itérbio (s. q.). **4.**Ministério da Educação. Pequena obra sobre arte, qualquer ramo de ciências, etc. **5.**Lição. Caminhou para lá. **6.**Adornar. **7.**País cuja capital é Port-au-Prince. Homens (inglês). **8.**Ofício. Yayoi (...), a sua exposição em Serralves encerra no final deste mês. **9.**Batráquio. Fórmulas sagradas (no budismo e no bramanismo). **10.**Faço passar por um *filtro*. Dá passos. Inteligência Artificial. **11.**Gume. Embaraçar.

Solução do problema anterior

HORIZONTAIS: 1. Amílcar. Upa. **2.**Baniriam. IV. **3.**Faia. Gago. **4.**CE. Um. **5.**Portugueses. **6.**Amou. Ri. Tio. **7.**Tiraram. **8.**Rendas. SA. **9.**Aluir. Lis. **10.**Filadélfia. **11.**Aro. Estrame.

VERTICAIS: 1. Abc. Pa. Rafa. **2.**Ma. Compelir. **3.**Ínfero. Nulo **4.**Lia. Tu. Dia. **5.**Criou. Tarde. **6.**Aia. Gris. És. **7.**Ra. Ruir. Alt. **8.**Mg. As. Fr. **9.**Austrália. **10.**Pigmeia. Iam. **11.**Avo. Somes.

Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Sul
Vul: EO

Oeste	Norte	Este	Sul
Aqui	Aqui	Aqui	Aqui

Oeste	Norte	Este	Sul
			1♣
1♠	X	passo	4♥
Todos passam			

Leilão: Qualquer forma de bridge.

Carteio: Saída: K♠. Qual a melhor linha de jogo?

Solução: A solução reside no apuramento do naipe de paus. Mas há que agir com precaução. Depois de prender a vaza inicial com o Ás de espadas do morto, jogue o Ás de paus e corte um pau. De seguida o Rei e o Ás de trunfo, por esta ordem. Se os adversários servirem os dois, pode agora cortar outro pau e o adversário poderá eventualmente cortar por cima com seu último trunfo. Mas, se os trunfos se revelarem 4-1, o melhor é contar com uma distribuição 3-3 dos paus: tira também a Dama de trunfo e avança com o Rei de paus e insiste em paus até que a defesa decida gastar o seu último trunfo. No panorama presente, trunfos 3-2, acabaremos por realizar 11 vazas!

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♣	1♠	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?

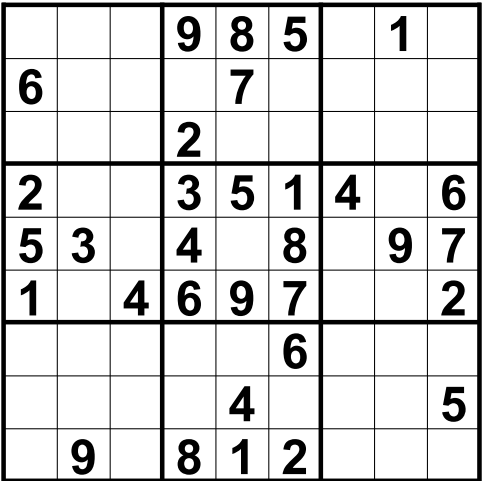
♠A42 ♥KQ85 ♦KQ82 ♣K2

Resposta: Temos força, mas não temos comprimento suficiente para anunciar um novo naipe ao nível de dois. Comecemos por dobrar para mostrar as quatro cartas de copas, pois este dobre não tem um limite superior de pontos.

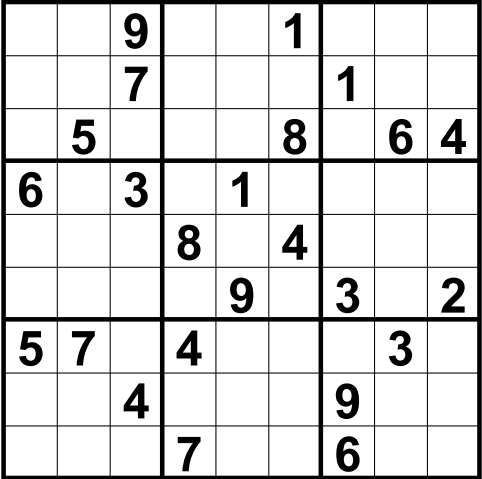
Se tem pouca experiência, ou se já não joga bridge há algum tempo, todas as segundas às 19h00 estarei à sua espera no Centro de Bridge de Lisboa para um torneio especial onde os iniciados são o foco das atenções. Mesmo sem parceiro, basta aparecer.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.868 (Fácil)

Solução 12.866

1	8	6	7	9	2	3	4	5
3	9	7	4	6	5	8	1	2
5	4	2	3	1	8	6	9	7
7	2	8	1	4	3	5	6	9
6	3	1	5	7	9	4	2	8
9	5	4	2	8	6	7	3	1
2	6	3	9	5	7	1	8	4
8	1	5	6	2	4	9	7	3
4	7	9	8	3	1	2	5	6

Problema 12.869(Muito difícil)

Solução 12.867

2	7	8	5	3	1	4	6	9
4	5	6	7	8	9	3	2	1
3	1	9	2	6	4	8	7	5
7	9	5	1	2	3	6	4	8
8	3	4	9	7	6	1	5	2
1	6	2	8	4	5	9	3	7
5	8	3	4	9	7	2	1	6
6	2	1	3	5	8	7	9	4
9	4	7	6	1	2	5	8	3

Guia

CINEMA

O Mentiroso Compulsivo
Star Comedy, 22h34
Comédia de Tom Shadyac protagonizada por Jim Carrey, nomeado para o Globo de Ouro de melhor actor por este papel enquanto Fletcher Reede, um advogado obcecado com a carreira e disposto a tudo para conseguir ganhar os casos, nem que para isso tenha de mentir. O mau hábito acaba por afectar a família, colocando em risco o seu casamento com Audrey e o relacionamento com o filho, Max. No dia do aniversário de Max, Fletcher não pode ir à festa e inventa uma desculpa. Quando chega a altura de apagar as velas, o menino pede um desejo: que o seu pai não minta por um dia. E o desejo de Max vai realizar-se. *O Mentiroso Compulsivo* inaugura um especial dedicado a Carrey, que é retomado amanhã com *A Máscara* e no domingo com *Doidos à Solta*, sempre neste horário.

Ser e Ter
RTP2, 23h
Vencedor de um César e nomeado para um BAFTA, o filme de Nicolas Philibert passa-se numa escola primária da região de Auvergne, em França. Ali trabalha Georges Lopez, o dedicado professor de uma turma em que convivem crianças dos quatro aos doze anos. Ensina-as a pintar, as letras do alfabeto, a contar ou até a fazer crepes. A ano e meio da reforma, dá uma lição de vida aos seus alunos.

DOCUMENTÁRIOS

As Defensoras da Floresta
RTP2, 16h07
Quatro mulheres que lutam e mobilizam outros para o combate à desflorestação – eis as protagonistas deste documentário realizado por Floriane Brisotto e Pascal Sarragot em 2021. Duas são portuguesas: a bióloga Milène Matos, da BioLiving, a chamar a atenção para o eucaliptal excessivo, e a bióloga marinha Raquel Gaspar, da Ocean Alive, atenta aos prados subaquáticos. As outras são Cecília Sanchez, que dirige o Maya Nut Institute no México, e Daisy Tarrier, fundadora da Daisy Tarrier na Colômbia.

Ryuichi Sakamoto - Opus
TVCine Edition, 22h
No final de 2022, poucos meses antes de morrer, Ryuichi Sakamoto (1952-2023) entrou no estúdio 509 da emissora pública japonesa NHK, em Shibuya (Tóquio), e criou um concerto onde tocou a solo 20 das peças mais distintivas dos seus 50 anos de carreira, num evento que foi transmitido via *streaming* para vários países do mundo. "A minha força decaiu bastante", explicou na altura, "pelo que um concerto de uma hora a 90 minutos de duração seria muito difícil". "Por conseguinte, gravei-o tema a tema e montei-o para que possa ser apresentado como um concerto convencional – o que acredito que possa ser prazeroso da forma mais normal possível. Apreciem." Foi dessa derradeira *performance* que resultou este *Opus*, realizado pelo seu filho, Neo Sora. Quem quiser conhecer melhor a vida e obra do compositor japonês, desde os tempos do tecno-pop de sucesso dos Yellow Magic Orchestra à visibilidade enquanto oscarizado autor de bandas sonoras, pode ver antes (às 20h20, também no TVCine Edition), *Ryuichi Sakamoto: Coda*, documentário de 2017 com realização de Stephen Nomura Schible.

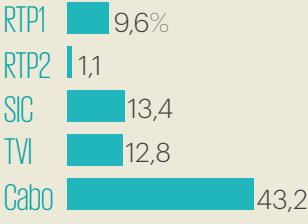
Televisão

Os mais vistos da TV

Quarta-feira, 1

		%	Aud.	Share
Jornal da Noite	SIC	8,8	16,7
Festa é Festa VIII	TVI	8,7	18,6
O Preço Certo	RTP1	8,6	16,6
Jornal Nacional	TVI	7,6	14,3
Big Brother - Diario	TVI	7,4	14,2

FONTE: CAEM

RTP1	9,6%
RTP2	1,1
SIC	13,4
TVI	12,8
Cabo	43,2

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.23** Amor sem Igual **15.21** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **18.56** O Preço Certo **19.53** Direito de Antena

19.59 Telejornal

21.01 A Prova dos Factos

21.41 Joker **22.42** Alguém Tem de o Fazer **23.37** Só Como e Bebo. Por Acaso, Trabalho!

0.35 Anatomia de Grey **2.01** Amor sem Igual

RTP2

6.31 Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **13.08** Esec Tv **13.39** Outra Escola **14.12** O Substituto **15.01** A Fé dos Homens **15.38** Salto Mortal **16.07** As Defensoras da Floresta **17.02** Espaço Zig Zag **20.36** Folha de Sala **20.41** Oficina das Almas

21.30 Jornal 2

22.01 Hotel à Beira-Mar

22.51 Folha de Sala

23.00 Ser e Ter

0.44 Jane por Charlotte

2.14 Megaoperação **3.04** Folha de Sala **3.10** Portugal Que Dança **3.49** A Senhora Dona Amélia **4.57** Folha de Sala **5.05** A Cidade Activa **5.59** A Fé dos Homens

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.25** Querida Filha **16.05** Linha Aberta **16.50** Júlia **18.30** Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.45 Papel Principal - A Vingança

1.05 Travessia

1.45 Passadeira Vermelha

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora

14.35 A Sentença

16.35 A Herdeira

17.05 Goucha

18.45 Toda a Gente Me Diz Isso

19.57 Jornal Nacional

21.55 Cacau

23.05 Festa É Festa

0.00 TVI Extra

2.00 O Beijo do Escorpião

2.35 Sedução

TVCINE TOP

18.00 Código de Violência **19.30** Os Três Mosqueteiros: D'Artagnan **21.30** Os Três Mosqueteiros: Milady **23.25** O Exorcista do Vaticano **1.10** Viver Mal

STAR MOVIES

17.52 Os Aventureiros de Santa Trinitá **19.29** Barafunda no Oeste **21.15** Assalto ao Carro Blindado **23.01** Pede Perdão a Deus **0.37** Django Não Espera... Mata

HOLLYWOOD

17.30 Harry Potter e Os Talismãs da Morte - Parte 2 **19.35** Salva-te Se Puderes **21.30** A Vida Secreta de Walter Mitty **23.25** Força da Natureza

AXN

17.42 The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.00** Jonah Hex **23.25** Planeta dos Macacos: A Revolta

STAR CHANNEL

17.14 Investigação Criminal: Los Angeles **18.55** FBI **20.31** Hawai Força Especial **22.15** Ninguém Sobrevive **23.55** Selvagens

DISNEY CHANNEL

17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Como Treinares O Teu Dragão 3: O Mundo Secreto

DISCOVERY

17.12 Mestres do Restauro **19.06** Aventura à Flor da Pele XL **21.00** Controlo de Fronteiras: Suécia **22.46** Controlo de Fronteiras: Polónia

HISTÓRIA

17.35 Top 10 da Antiguidade **18.17** Antigo Egipto: Crónicas de Um Império **20.05** A Comida Que Mudou o Mundo **22.16** Assaltos Históricos com Pierce Brosnan **23.48** Antigo Egipto: Crónicas de Um Império

ODISSEIA

17.35 Resgate de Animais Bebés **18.28** Salvar o Paraíso **19.21** Patagónia, Vida nos Confins do Mundo **20.46** Viver em Território Extremo **21.33** Parques Naturais de Portugal **22.30** Serenguéti **23.27** Uma Quinta, 9 Filhos e 1000 Ovelhas

ENTRETENIMENTO

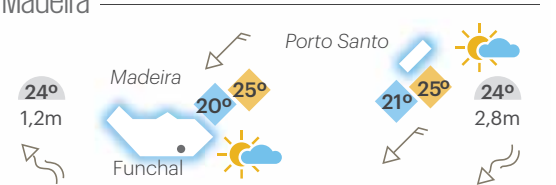
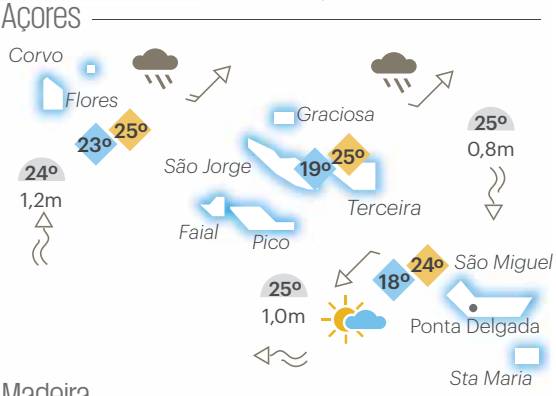
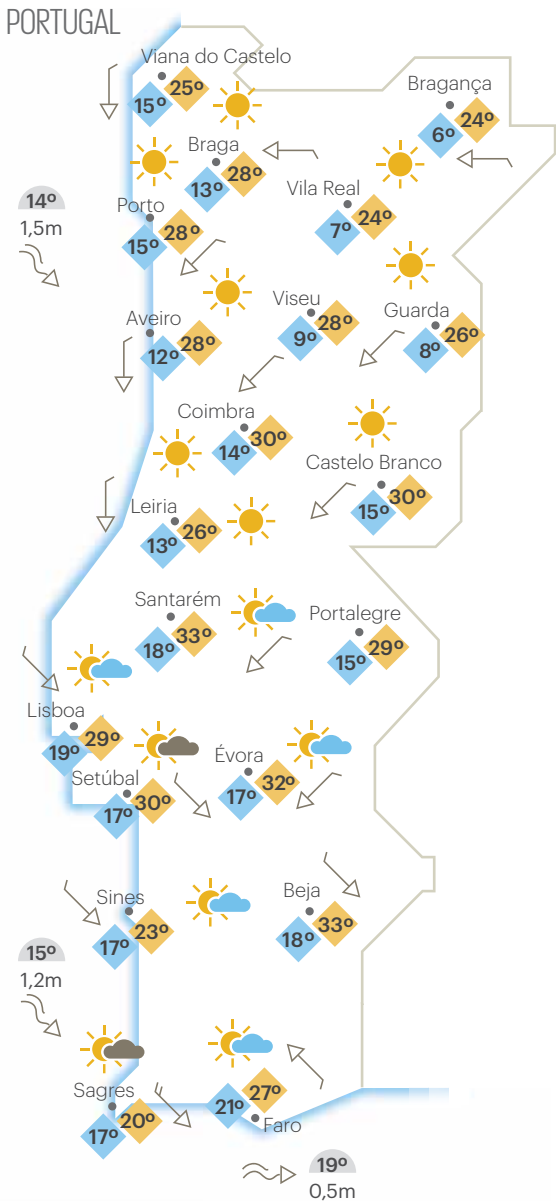
The Grand Tour
Prime video, *streaming*
É o fim da viagem para o trio que nos habituámos a ver a testar carros, enveredar por aventuras e fazer dos motores tema de entretenimento, desde que *Top Gear* os juntou há 22 anos. Entretanto, mudaram-se para o *streaming* a bordo deste *The Grand Tour*, que agora termina. Neste episódio especial, intitulado *Um para o caminho*, Jeremy Clarkson, Richard Hammond e James May "embarcam numa *road trip* através das lindas e por vezes desafiantes paisagens do Zimbabwe", desvenda a Prime Video, "rumo a uma despedida emocional das suas vidas conjuntas em *The Grand Tour*". Não faltarão emoções e memórias desfiadas. Nem os automóveis ideais (?) para a ocasião: é ao volante de um Lancia Montecarlo, um Ford Capri e um Triumph Stag que aceleram para o adeus.

TALK-SHOW

Só Como e Bebo. Por Acaso, Trabalho!
RTP1, 23h37
No oitavo e último episódio das conversas à mesa com Fábio Porchat, serve-se o *Riso* como prato principal. Os humoristas Gilmário Vemba e Guilherme Duarte, o ex-futebolista Cândido Costa e a "palhaça" da Operação Nariz Vermelho Patrícia Ubeda tratam de dissecar a arte de fazer rir, num final que promete ainda "um número musical de rara beleza".

Meteorologia

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
05h17	1,5	04h55	1,6	04h46	1,5
11h39	2,6	11h18	2,7	11h22	2,6
18h13	1,3	17h53	1,5	17h50	1,4
00h30*	2,6	00h07*	2,6	00h06*	2,6

PROXIMOS DIAS PORTO

Sábado, 14		Domingo, 15		Segunda-feira, 16	
14º	28º	15º	31º	16º	32º
Índice UV	Médio	Índice UV	Médio	Índice UV	Médio
Vento	Fraco	Vento	Fraco	Vento	Fraco
Humidade	41%	Humidade	34%	Humidade	27%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 1 Set.	422,33
Há um ano	418,64
Há dez anos	396,29
Semana de 25 Ago.	421,36
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

Nascente 07h17
Poente 19h47

LUA

18 Set. 03h34
24 Set. 20h52
2 Out. 18h49
10 Out. 18h55

Nascente 17h15
Poente 02h27*
*de amanhã

EUROPA

Oslo, Estocolmo, Helsínquia, Talin, Riga, Copenhaga, Vilnius, Dublin, Londres, Amesterdão, Berlim, Varsóvia, Bruxelas, Praga, Paris, Viena, Budapeste, Genebra, Milão, Roma, Istambul, Madrid, Lisboa, Atenas

TEMPERATURAS ºC

	Min.	Máx.
Amesterdão	7	16
Atenas	23	32
Berlim	10	15
Bruxelas	7	16
Bucareste	16	32
Budapeste	9	16
Copenhaga	10	16
Dublin	11	15
Estocolmo	10	18
Frankfurt	9	17
Genebra	7	14
Istambul	23	32
Kiev	18	26
Londres	7	17
Madrid	12	25
Milão	11	22
Moscovo	15	28
Oslo	6	17
Paris	7	17
Praga	8	11

	Min.	Máx.
Roma	10	22
Viena	6	9
Bissau	25	29
Buenos Aires	10	17
Cairo	23	35
Caracas	21	30
Cid. do Cabo	10	17
Cid. do México	15	25
Díli	22	33
Hong Kong	26	34
Jerusalém	20	31
Los Angeles	17	27
Luanda	21	26
Nova Deli	24	28
Nova Iorque	18	28
Pequim	19	26
Praia	25	30
Rio de Janeiro	21	34
Riga	15	19
Singapura	26	31

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

"Acorrentado à SAD, o clube está à beira do colapso financeiro"

João Diogo Manteigas Especialista em Direito do Desporto é o primeiro candidato a entrar na corrida às eleições no Benfica, em Outubro de 2025. E critica o modelo de gestão desportivo

Entrevista

Nuno Sousa Texto
Catarina Póvoa Fotografia

As eleições para a presidência do Benfica estão marcadas apenas para Outubro de 2025, mas já há um candidato confirmado na corrida: João Diogo Manteigas, advogado que se tem dedicado com especial atenção ao Direito do Desporto. O jurista de 42 anos, que no espaço público tem sido uma das vozes críticas da actual direcção, apresentará ao final da tarde (19h04), num hotel de Lisboa, as linhas-mestras da candidatura e alerta, em entrevista ao PÚBLICO, que a sustentabilidade financeira do clube e da SAD está actualmente em risco.

Tem sido uma das vozes vigilantes do exercício de gestão da actual direcção, até nas assembleias gerais. Por que razão decidiu avançar agora?
Entendo que, com antecipação, devo iniciar o meu percurso junto dos benfiquistas para perceber o seu sentimento, o que pensam sobre determinados temas. Não consigo olhar só para o futebol. Quero nos próximos meses lançar para cima da mesa tópicos como a gestão desportiva, o futebol profissional e as modalidades. Quero perceber se os benfiquistas têm noção de que o clube funciona de uma maneira e a SAD de outra. Saber qual a ideia deles sobre a eventual aquisição do capital da SAD por parte de terceiros. Estou a lançar agora a candidatura porque não dependo de qualquer interesse ou poder instalado, não dependo de resultados desportivos.

Teme que, de alguma forma, não haja respeito pela pluralidade de propostas e de candidaturas que se preparem para ir a votos?
A sensibilidade que tenho tido ao longo dos últimos meses é de que não houve nenhum ponto ou argumento contra. Quando começou a constar que uma candidatura poderia surgir, não havia sequer campeonato a começar. Foi extremamente positivo. O único ponto prévio que levantaram, e que é natural, foi este: 'Faz sentido uma candidatura tanto tempo antes sem conhecer os resultados desportivos?' Não interessa se os resultados são maus ou bons. Não é oposição, é uma alternativa. Preciso de tempo para perceber aquilo que os benfiquistas querem e se querem o mesmo que eu. Em 2021, no acto eleitoral mais concorrido, entendo que a lista B teve uma margem interessante. Já houve uma manifestação de insatisfação em 2021.

A auditoria que foi divulgada em Junho concluiu que a SAD não foi lesada em nenhum dos mais de 50 negócios investigados. Essas conclusões sossegam-no relativamente às práticas de gestão da sociedade?
Não me sossegam absolutamente nada. Uma parte da auditoria forense foi publicada na sexta-feira anterior à realização das assembleias gerais. O *timing* foi muito mal calculado. Estive a analisar o documento e não é uma auditoria exaustiva, é resumida. E é insuficiente porque incide sobre uma parte ínfima dos negócios dos últimos anos do Benfica. Incidiu só sobre os contratos investigados pelo Ministério Público, logo aí há um erro, porque só 20 e tal por cento dos contratos foram analisados. E há outra leitura: claramente que o Benfica foi prejudicado. Há um nome de um empresário que surge várias vezes na auditoria, que é Ulisses Santos. Há muitos actos que o Benfica pagou a Ulisses Santos que não fazem sentido nenhum, como a renovação com atletas da formação. Para além disso, o Benfica pagou muito dinheiro pelas renovações de Vlachodimos. Há várias questões que colocam em xeque a gestão dos últimos 20 anos e são nocivas.

O recente relatório de contas semestral mostrou um prejuízo de 31 milhões de euros e a duplicação da dívida líquida em quatro anos. As explicações do presidente, que aponta para o *timing* das transferências neste mercado, satisfazem-no?
Não satisfazem nem convencem as explicações. Se eu tenho a empresa numa situação periclitante, tenho de resolver o problema. Se tenho um *deadline,* eu tenho de resolver rapidamente. Ele teria de fazer qualquer coisa até final de Junho. Não estava nas mãos dele? Não acredito. Se o João Neves é vendido pelo valor que foi [metade da cláusula] no final do mês de Junho, significa que podia ter sido vendido antes. Acho que a intenção não foi vender João Neves, acho que o Benfica quis vender outros jogadores, como António Silva, para ter o máximo rendimento. A SAD não foi cautelosa para estancar o problema até ao final do mês de Junho e depositaram toda a fé na prestação de dois jogadores no Europeu para os venderem por um valor mais elevado. Toda a estratégia financeira está dependente de receitas que já são ordinárias, que é a venda de jogadores.

O sucesso financeiro está alocado ao sucesso desportivo. A verdade é que hoje os proveitos são inferiores às despesas, o Benfica precisa de um encaixe grande para equilibrar a tesouraria. Por exemplo, o fornecimento de serviços externos: o Benfica continua a agravar esta rubrica. Depois os gastos salariais: quando deviam ter feito contenção, não o fizeram. Mas nem tudo é negativo no relatório, há uma diferença substancial face a outras SAD em Portugal, é que os sócios conseguiram aumentar a receita comercial. O Benfica não consegue é chegar a todos os sócios.

O orçamento para 2024-25 confirma um desequilíbrio gritante na gestão das modalidades, com receitas que são menos de um quinto dos gastos previstos. Este não é um caminho insustentável? O que pode ser feito nesta frente?
O Benfica tem uma opacidade muito grande em termos de gestão. Eu não sei qual o investimento em cada modalidade, sei que não tem vindo a baixar. E não há sucesso pleno desportivo nas modalidades: o voleibol não é problemático, no hóquei em patins o Benfica tem vindo a ganhar de forma minimamente estável, mas está a ter um custo elevado. Contrata o melhor jogador do mundo, que supostamente custará um milhão de euros, numa altura em que o clube tem de desinvestir porque não tem receitas suficientes para fazer face à despesa. Há aqui coisas estranhas. Não há investimento suficiente de patrocinadores para podermos investir de forma forte nessas modalidades. No basquetebol temos contratações de muitos estrangeiros, não consigo perceber como não se explora mais a formação em todas as modalidades. O futsal tem de ser reformulado urgentemente. É uma modalidade dentro da FPF e há um investimento grande a nível global, por isso o Benfica tem de ter uma equipa forte, mas não a gastar rios de dinheiro sem ganhar nada. É dinheiro a fundo perdido que ali está. E depois o andebol, em que não ganha o título desde 2008 e com jogadores que custam muito dinheiro. O clube tem de saber investir o pouco dinheiro que tem. Tenho a certeza que a SAD mete dinheiro no clube. Isto é perverso.

Mas esta troca de recursos dentro do universo Benfica não é apenas adiar o problema?
Em 2019, o Benfica clube compra à SAD duas empresas, a Benfica Estádio e a BTV. O que acontece desde então? O Benfica clube incumpre, não mete o dinheiro necessário na SGPS para poder comprar e pagar o que deve à SAD.

Isto significa que o clube é incumpridor, através da SGPS, perante a SAD. Logo, está a criar um problema ao próprio clube, que não tem uma estrutura "corporativa", de capital. É uma associação com uma vivência económico-financeira muito suave e que pode ficar próxima de um colapso financeiro, porque não tem forma de pagar tudo. Quando o clube tem uma dívida de 80 milhões de euros à SAD através da SGPS, está condenado. Eu acho que até deviam ponderar a reversão do negócio, em último caso, ou seja, voltar o capital de ambas as empresas para a SAD. Essa não é uma hipótese a desconsiderar. Estou preocupado, porque isto põe em causa a sustentabilidade financeira do clube e da SAD.

A revisão dos estatutos que será votada no dia 21 implicou o acolhimento de propostas de outros quadrantes que não o da direcção. A forma como o processo foi conduzido convenceu-o?

É um processo que tem sido mal conduzido. Eu tenho a maior das considerações profissionais pelo prof. dr. Fernando Seara. É uma das cabeças do direito desportivo em Portugal. Estamos a falar da mudança de estatutos que foram alterados em 2010 como um fato feito à medida, por Luís Filipe Vieira. A questão dos processos disciplinares, a questão dos 25 anos de sócio e 43 anos de idade para poder candidatar-se à presidência e depois a questão de serem estatutos muito curtos. O clube tem muitos sócios, com visões diferentes, e o que deveria ter sido feito foi o que se fez a 15 de Junho, mas a seguir teriam de ser desencadeados todos os procedimentos para dar a conhecer aos sócios do Benfica como se estrutura a assembleia para a revisão estatutária. É um documento feito e cozinhado por três partes, e é um excelente passo, e a proposta global é pacífica, que deve ser entendida como um esforço de todos. O segundo passo é mais complexo, é quando o dr. Fernando Seara tem de pensar como vai colocá-la cá fora e como vai executá-la. Acho estranho que de dia 15 até agora não tenha sido cumprido o prazo previsto nos estatutos para a convocatória da segunda AG. Depois, não sabemos como se vai proceder no dia 21.

É inaceitável o Benfica não ter ainda limitação de mandatos nos seus sócios dirigentes. A questão do orçamento, as consequências da não-aprovação, os actos eleitorais... A segunda volta é essencial, poque é que não existe? Defendo que devia haver uma AG anual em que os sócios pudessem discutir o desempenho desportivo das modalidades e do futebol. Porque isso evitava que os benfiquistas, quer na AG do orçamento, quer na de Setembro, gastassem o tempo a falar sobre a prestação desportiva.

Acho que deviam ponderar a reversão do negócio, ou seja, voltar o capital da Benfica Estádio e da BTV para a SAD

Entendo que os contratos dos treinadores não devem ter mais de dois anos

No plano desportivo, e agora centrando-nos no futebol, face ao que aconteceu na época passada, teria tomado a mesma decisão de Rui Costa e mantido Roger Schmidt em funções?

Fui francamente a favor da sua contratação. Defendia que o Benfica precisava de um treinador estrangeiro, porque precisava de alguém para gerir o futebol profissional que não soubesse o que são os vícios do futebol português. No primeiro ano tem um desempenho muito interessante, na primeira época foi defendido pelos benfiquistas porque tinha uma relação com eles livre de preconceito. Porquê? Porque não conhecia como funciona Portugal nos seus meandros. Quando começa a ser confrontado, começa a revelar-se o seu perfil.

Entendo que os contratos dos treinadores não devem ter mais de dois anos. Nunca no primeiro ano deve ser renovado o contrato e ampliado. Se está motivado, não tenho de o premiar porque ele está feliz. A partir do momento em que renovo, num *timing* completamente errado, o peso que cai em cima dessa renovação e a dependência que cria para a administração da SAD é gigantesco: passa a ter de ganhar praticamente tudo. E há outro problema, é que a renovação é milionária. Criámos um custo brutal, com a *nuance* de se ter colocado a SAD nas mãos do treinador. A gestão da renovação não tem sentido nenhum.

E que balanço faz do ataque do Benfica a este mercado de transferências? Vender David Neres por um valor modesto para ir, à última hora, contratar um extremo é uma decisão que se explica com a alegada vontade do jogador de sair?

Não, é uma transferência que se justifica pela necessidade financeira do Benfica, porque precisa de dinheiro em caixa, porque não tem dinheiro para fazer face às suas despesas. Vende porque tem de fazer dinheiro urgentemente, com a agravante de perder jogadores diferenciados. Os empresários ligados a David Neres e Morato são empresários que precisam de movimentação financeira, são agentes de futebol que trabalham num contexto organizado. Temos o exemplo de João Victor, que nada rendeu no Benfica e fez parte do mesmo grupo de empresários. O Benfica pôs-se a jeito para ter de vender urgentemente.

Olhando agora para a sua candidatura, já tem reunido o núcleo duro da equipa que o acompanhará? Pode divulgar-nos alguns nomes?

Ainda é cedo. Digo é que se eu amanhã tivesse de entrar no Benfica teria uma equipa para entrar na SAD, director financeiro, director geral e dois directores desportivos: um para a equipa A, equipa B e sub23, e outro para a reformulação que pretendo fazer no *campus*. Um director desportivo é estrangeiro, consagrado, com experiência e de muito sucesso. Eu tenho 50% dos nomes para cargos dirigentes fechados, pessoas em quem confio. Mas deixei em aberto os outros 50% porque gostava que houvesse benfiquistas que não conheço, mas que me convençam que são válidos para entrarem neste projecto.

Mesmo a um pouco mais de um ano das eleições, nesta altura que medidas elencaria como mais urgentes, aquelas que, mesmo que não venha a ser a sua candidatura a ganhar, deveriam ser adoptadas?

Reestruturação imediata do modelo de gestão desportivo, o que implica uma reestruturação financeira e económica da SAD. No caso da SAD, há uma necessidade contingente de fazer cativações imediatas para fazer face a despesas. Tenho ainda de estudar se a reestruturação global é mais adequada ou se é a reestruturação pontual. Ou seja, se vale a pena falar com uma entidade para reestruturar a dívida toda, empacotá-la e metê-la dentro de um empréstimo a essa entidade, e livro-me de tudo o resto; ou se é preferível alocar parte da dívida, só parte, e tentar removê-la e pagá-la.

No clube, é urgente um estudo de viabilidade económica e financeira, porque está à beira de um colapso financeiro. O clube está acorrentado financeiramente, tem de se aliviar a dívida que tem à SAD. Depois, o modelo ligado ao Campus do Seixal não está a funcionar, o Benfica forma jovens jogadores, mas não os retém. E, por fim, é inevitável desencadear uma auditoria forense às 12 entidades que compõem o universo Benfica. Todas têm de ser auditadas.

Número de sócios do FC Porto cresceu 10% desde as eleições

Miguel Dantas

"Dragões" já ultrapassaram marca de 141 mil sócios desde a vitória de André Villas-Boas. Novo cartão de associado foi apresentado

O FC Porto continua a somar sócios e já aumentou em 10% a base de associados desde que André Villas-Boas venceu as eleições, ultrapassando a marca de 141 mil. O número foi ontem avançado por Tiago Madureira, vice-presidente dos "dragões", durante a apresentação dos novos cartões de sócio do clube. A cerimónia decorreu no Estádio do Dragão, servindo ainda para um balanço da relação entre FC Porto e adeptos nos últimos meses.

"É um período desafiante e os sócios têm sabido dizer presente. Tivemos um aumento exponencial do número de sócios. Desde o dia das eleições a nossa base de associados aumentou 10%. Ultrapassámos a fasquia dos 141 mil associados esta semana. Temos batido o número de lugares anuais, estamos a poucos números do segundo maior registo da história do Estádio do Dragão em épocas completas", detalhou Madureira, relembrando que todos os jogos tiveram lotação esgotada até ao momento.

JOSÉ COELHO/LUSA

Villas-Boas durante a apresentação do novo cartão de sócio

Os portistas põem em circulação um novo cartão de sócio, numa tentativa de modernizar o clube e facilitar a experiência dos adeptos. O cartão contará agora com tecnologia NFC, permitindo a entrada no estádio apenas com o telemóvel e dando ainda mais comodidade às compras feitas dentro do recinto.

A modernização e desburocratização do clube foi uma das bandeiras da campanha eleitoral de Villas-Boas, que já vai cumprindo algumas das principais promessas. Na terça-feira, os "dragões" tornaram público o portal da transparência, que permite aos adeptos consultarem detalhes das transferências, remuneração dos administradores e a forma como o orçamento se divide pelas secções.

Uma das principais preocupações passa por tornar mais ágil o processo de angariação de novos sócios: à semelhança do que é feito nos rivais, os portistas querem que o processo possa ser completamente digital. O clube terá ainda campanhas para recuperar os ex-associados, procurando continuar a juntar mais sócios ao universo "azul e branco".

"Diria que estamos muito atrasados do ponto de vista tecnológico. Pior do que estarmos atrás da concorrência é estarmos aquém do que deveria ser o acompanhamento e serviço prestado aos associados. Estamos comprometidos em investir recursos e força na diminuição desta diferença", prometeu Tiago Madureira.

O presidente do FC Porto também fez uma curta declaração sobre esta renovação tecnológica. Aproveitando o facto de ter alguns dos associados mais antigos na plateia, André Villas-Boas relembrou, entre risos, todos os sócios que o visitaram na sede de campanha e mostravam com orgulho um número de sócio abaixo do dele. "Enquanto sócio 7616 tenho um grande desafio pela frente para chegar a sócio número 1. Espero cumprir esse caminho, se a saúde o permitir."

E também sou gay: sou humano

Opinião

José Manuel Meirim

1. O discurso jurídico desportivo tem a tendência para se focar, em demasia, nas questões que implicam a análise da legislação desportiva estatal – no caso de Portugal – ou nas que convocam a normação das federações desportivas, nacionais e internacionais. Por aí não vem mal ao mundo, desde que se tenha consciência de que há "outro Direito" para além desse. Com efeito, antes do agente desportivo, enquadrado por essa normatividade especial, há sempre, sem possibilidade de ser apagado, todo um conjunto de direitos que olham o agente desportivo, particularmente o praticante, como titular de direitos humanos (ou fundamentais). Antes de ser um "sujeito do Direito do Desporto", o praticante é um sujeito do Direito aplicado ao desporto, algo que é muito mais abrangente.

2. Exemplo do que afirmamos recolhemos em sede de princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa, que no seu artigo 1.º estabelece que Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Aí está, bem expresso, um dos pilares do nosso Estado, sociedade e Direito, a dignidade da pessoa humana, não sendo de mais lembrar em ambiente desportivo.

3. Por outro lado, temos vindo a sublinhar que o desporto de hoje não é um desporto de homens brancos e heterossexuais. Não é assim – nunca mais será assim –, e as organizações desportivas têm de oferecer respostas a este "novo" desporto, sem fecharem os olhos à multiplicidade destas facetas que existem na prática desportiva, como sinónimo de liberdade.

4. Dimitri Pavadé, atleta francês, ficou em quarto lugar na prova de salto em comprimento T64 dos Jogos Paralímpicos de Paris. Numa rede social fez uma publicação onde afirma, ao assumir a sua homossexualidade, quase de forma conclusiva: "Sim, sou pequeno, mestiço, perneta e gay."

Pela sua relevância – em vida "vivida" – transcrevam-se, a partir da imprensa, alguns excertos dessa mensagem: "Na minha vida, nunca tive planos, ambições ou objectivos, apenas me deixei levar e viver o presente. Desde que entrei no mundo do desporto, posso dizer que algumas coisas amadureceram em mim, como o sonho de fazer parte de uma equipa francesa. Hoje posso dizer com muito orgulho que o consegui alcançar. Consegui encontrar o meu caminho e dar sentido ao que faço todos os dias: querer ser uma referência para as pessoas com deficiência."

"A partir de agora, espera-me outra batalha, que aguardava com impaciência. Aqui estou eu, pronto mais uma vez para enfrentar, ultrapassar e seguir em frente sem ter em conta o que os outros possam dizer ou pensar de mim; agora, tenho uma segunda batalha para travar com a comunidade LGBTQIA+ e espero dar força e coragem aos desportistas de alta competição que ainda não se atrevem a viver às claras e a desfrutar livremente da liberdade que é nossa por direito. A deficiência não é algo que deva ser escondido e o mesmo se aplica à orientação sexual. Crianças e adultos continuam a suicidar-se e a ser mortos. Não se esqueça de que as pessoas à sua volta também podem ser afectadas um dia."

5. Aceitar esta mensagem e efectivá-la é sinal positivo de afirmação da dignidade da pessoa humana. De qualquer pessoa.

Professor de Direito do Desporto

I Liga

Jornada 5

Jogo	Horário
Arouca-Sporting	**20h15, SPTV**
Casa Pia-Moreirense	**sáb, 15h30, SPTV**
AVS-Rio Ave	**sáb, 18h, SPTV**
Benfica-Santa Clara	**sáb, 20h30, SPTV**
Famalicão-Gil Vicente	**sáb, 20h30, SPTV**
FC Porto-Farense	**dom, 15h30, SPTV**
Estoril-Nacional	**dom, 18h, SPTV**
Sp. Braga-Vitória SC	**dom, 20h30, SPTV**
E. Amadora-Boavista	**seg, 20h15, SPTV**

	J	V	E	D	M-S	P
1 Sporting	4	4	0	0	16-2	12
2 FC Porto	4	3	0	1	7-2	9
3 Famalicão	4	3	0	1	7-2	9
4 Santa Clara	4	3	0	1	8-4	9
5 Vitória SC	4	3	0	1	4-2	9
6 Sp. Braga	4	2	2	0	5-2	8
7 Benfica	4	2	1	1	5-3	7
8 Moreirense	4	2	1	1	7-6	7
9 Rio Ave	4	2	0	2	3-5	6
10 Gil Vicente	4	1	2	1	4-5	5
11 Boavista	4	1	1	2	1-2	4
12 AVS	4	1	1	2	5-7	4
13 Nacional	4	1	1	2	4-8	4
14 Arouca	4	1	0	3	2-5	3
15 Casa Pia	4	1	0	3	1-6	3
16 Estoril	4	0	2	2	1-5	2
17 Estrela Amadora	4	0	1	3	1-6	1
18 Farense	4	0	0	4	1-10	0

Próxima jornada Nacional-Sp. Braga, Santa Clara-E. Amadora, Rio Ave-Estoril, Vitória SC-FC Porto, Moreirense-Famalicão, Gil Vicente-Casa Pia, Farense-Arouca, Sporting-AVS, Boavista-Benfica

II Liga

Jornada 5

Jogo	Horário
Torreense-Portimonense	**18h, SPTV**
Felgueiras-Desp. Chaves	**sáb, 11h, SPTV**
Ac. Viseu-União Leiria	**sáb, 14h, SPTV**
Mafra-Tondela	**dom, 11h, SPTV**
Marítimo-Alverca	**dom, 11h, SPTV**
Penafiel-FC Porto B	**dom, 12h45, SPTV**
Leixões-Vizela	**dom, 15h30, SPTV**
Benfica B-Oliveirense	**dom, 15h30, BTV**
Feirense-P. Ferreira	**seg, 18h, SPTV**

	J	V	E	D	M-S	P
1 Ac. Viseu	4	3	1	0	10-3	10
2 Penafiel	4	3	1	0	11-7	10
3 Benfica B	4	3	0	1	7-4	9
4 Leixões	4	2	2	0	6-4	8
5 Torreense	4	2	0	2	5-4	6
6 Mafra	4	1	2	1	5-3	5
7 Portimonense	4	1	2	1	7-6	5
8 União Leiria	4	1	2	1	5-4	5
9 Feirense	4	1	2	1	5-5	5
10 Marítimo	4	1	2	1	6-9	5
11 Tondela	4	0	4	0	7-7	4
12 Felgueiras	4	0	4	0	2-2	4
13 Paços Ferreira	4	1	1	2	6-8	4
14 Vizela	4	1	0	3	4-5	3
15 FC Porto B	4	0	3	1	4-6	3
16 Alverca	4	0	3	1	3-7	3
17 Desp. Chaves	4	0	2	2	2-6	2
18 Oliveirense	4	0	1	3	3-8	1

Próxima jornada Desp. Chaves-Torreense, P. Ferreira-Benfica B, Tondela-Ac. Viseu, Portimonense-Penafiel, Alverca-Leixões, Oliveirense-Feirense, U. Leiria-Marítimo, FC Porto B-Felgueiras, Vizela-Mafra

MELHORES MARCADORES

I Liga
7 golos Viktor Gyökeres (Sporting) **3 golos** Pedro Gonçalves (Sporting), Fujimoto (Gil Vicente)

II Liga
4 golos Zé Leite (Penafiel)
3 golos Yuri Araújo (Ac. Viseu), Roberto (Tondela)...

Breves

Ténis

Nuno Borges fora do confronto com a Noruega na Taça Davis

O número um do ténis português, Nuno Borges, vai ficar de fora do confronto com a Noruega, na eliminatória do Grupo Mundial 1 da Taça Davis, com Jaime Faria e Henrique Rocha a disputarem os encontros de singulares. Borges, 30.º do ranking ATP, ficou de fora das nomeações do capitão português Rui Machado para o sorteio da eliminatória que se vai disputar perto de Oslo, aparentemente por problemas físicos. Hoje, no arranque da prova, às 17h em Lisboa, Jaime Faria (157.º) vai defrontar Nicolai Budkov Kjaer, líder do ranking mundial de juniores, enquanto Henrique Rocha (159.º) vai ter uma estreia complicada, diante do top 10 Casper Ruud (9.º do ranking).

Atletismo

Domingos Castro é candidato à liderança da federação

O ex-atleta Domingos Castro formalizou ontem a candidatura à presidência da Federação Portuguesa de Atletismo (FPA). Castro, de 60 anos, é o terceiro candidato a entrar na corrida, depois de Paulo Bernardo, actual vice-presidente, e do "vice" Fernando Tavares já terem assumido a vontade de suceder a Jorge Vieira, que está a terminar o seu terceiro e último mandato. Na lista Movimento de Mudança, destacam-se os nomes de Paulo Guerra e Carlos Paula Cardoso, candidatos a vice-presidente e a líder da mesa de assembleia geral, respectivamente. As eleições realizam-se a 12 de Outubro.

PIARAS Ó MÍDHEACH - SPORTSFILE

Lúcio Rocha vai competir no Mundial com a selecção portuguesa

Futsal: Lúcio Rocha é o melhor jovem do mundo

Ala português, que integra a convocatória da selecção para o Mundial que arranca amanhã, não imaginava um crescimento tão rápido

Lúcio Rocha foi ontem eleito o melhor jogador jovem de futsal do mundo em 2023, tornando-se o segundo português a ganhar o prémio atribuído pelo *site* especializado Futsal Planet, depois de Zicky Té. Uma distinção que apanhou o internacional português, em preparação para o Mundial que arranca amanhã, "desprevenido".

O ala do Benfica foi uma das figuras da inédita conquista por Portugal do Europeu de sub-19 em 2023, no qual foi o melhor marcador e o melhor jogador. Na última temporada, juntou ao currículo a Taça de Portugal e a Taça da Liga pelos "encarnados".

"Sinto-me muito feliz. Fui apanhado desprevenido, mas é um sentimento muito bom, pelo qual trabalhei durante muito tempo. É muito bom ganhar este prémio e ter um reconhecimento destes", salientou aos jornalistas, no hotel onde está alojada a selecção, no Uzbequistão.

O jogador portuense, que fez grande parte da sua formação no Caxinas, já tem 13 internacionalizações por Portugal e é um dos convocados para o Mundial sénior, que está prestes a arrancar. "Já tinha comentado com alguns colegas que são sonhos tornados realidade. Nem nos meus maiores sonhos imaginava que ia ser tudo tão rápido e tantas coisas boas a vir ao mesmo tempo, mas trabalhei muito para isto e esforcei-me diariamente. Com ajuda da minha família, amigos, treinadores e clube, consegui conquistar isto tudo", realçou.

Aos 20 anos, Lúcio Rocha pretende agora cumprir mais um dos seus sonhos, a conquista de um Mundial. Ambição sustentada pelo facto de Portugal ser o actual detentor do troféu, após o triunfo na edição realizada em 2021. "O sonho mais perto é o maior sonho da minha vida, que é ganhar o Mundial pelo país. Estou muito ansioso e quero ajudar a equipa e estes grandes jogadores, que são como uma família, mostrar que podem confiar em mim e ajudá-los jogo após jogo", apontou.

A integração na selecção principal e num grupo "extrovertido" foi muito fácil, revelou, e sente-se "em casa". "Não há nervosismo ou ansiedade. A pressão não é algo que me deixa atrapalhado, até acaba por ser bom. Neste desporto, quanto melhores formos, mais pressão existirá. Sabendo que tenho os companheiros que tenho, nervosismo não pode existir".

Portugal integra o Grupo E do Mundial, juntamente com Panamá, Tajiquistão e Marrocos, três selecções "com características únicas" e que podem criar dificuldades, sendo os africanos, no plano teórico, o adversário a ter mais em atenção nesta fase de grupos.

"Todas as equipas trazem preocupações, mas Marrocos é uma selecção que, para além da muita qualidade individual, é forte no colectivo. Tem jogadores bons ofensivamente e no um contra um. Já jogámos contra uma equipa parecida nesta preparação, Angola, e sabemos que é duro, porque nunca se sabe o que esperar. Teremos de estar muito concentrados, ter a nossa raça e pensar que ninguém vai passar por nós", sublinhou. **Lusa**

BARTOON LUÍS AFONSO

Há mesmo uma campanha orquestrada contra o MP

Não é o fim do mundo

Pedro Adão e Silva

O mais relevante da tardia audição da procuradora-geral da República foi, na verdade, a forma como ativamente Lucília Gago pareceu ignorar a realidade da atuação do Ministério Público e como nada do que sucede lhe suscita um tímido balanço reflexivo. Durante quase duas horas de audição, a propósito de questões críticas para o funcionamento da justiça em Portugal – detenções com prazos para além do que a lei autoriza; violações sistemáticas do segredo de justiça; duração excessiva de inquéritos ou o recurso abusivo a escutas –, Lucília Gago sacudiu invariavelmente a água do capote e nenhum tema mereceu uma singela palavra de repúdio ou de mera perplexidade. É extraordinária e assustadora esta desvalorização do que se passa.

Extraordinária, pois os problemas são vastos, estruturais e identificados há muito. Ao contrário do sugerido por Lucília Gago, as críticas ao papel desempenhado pelo Ministério Público não se iniciaram agora, nem com o *Manifesto dos 50*. Há reflexões sistemáticas há várias décadas e uma sucessão de posições públicas tomadas ao longo do tempo. Só mesmo um insensato fechamento social pode explicar esta negação da realidade, que, naturalmente, se traduziu numa audição parlamentar em que não houve na prática nenhuma resposta às questões suscitadas.

Mas, acima de tudo, é assustadora a forma como a liderança hierárquica do Ministério Público reage a um conjunto de temas, que são sintomáticos de uma fraquíssima cultura de direitos fundamentais. É, afinal, em última análise, o que tem estado em causa no sobressalto cívico que tem atravessado a sociedade portuguesa em relação ao funcionamento da justiça.

As detenções excedem escandalosamente os prazos legais, para Lucília Gago "são situações excecionais". Os inquéritos arrastam-se no tempo, sugerindo que as investigações persistem até que se encontrem indícios, em lugar de se iniciarem por existirem indícios – sobre isto, nem uma palavra foi dita. As violações do segredo de justiça sucedem-se, nuns casos com a publicitação de escutas, noutros com o pré-anúncio de diligências, mas afinal isso acontece porque é do interesse das defesas. Assistimos a uma banalização de um meio particularmente intrusivo e violador das liberdades como as escutas (sensivelmente um português em cada mil tem o telefone sob escuta!), é sugerido alargar a sua utilização, passando-se a recorrer a este meio para investigar as violações ao segredo de justiça. O Ministério Público tem falta de recursos humanos, o problema está na feminização da profissão, o que "constitui um fator de agravamento de constrangimentos em razão de situações de gravidez e de toda uma panóplia de situações que naturalmente ocorrem comummente" (*sic*).

RUI GAUDÊNCIO

É extraordinária e assustadora esta desvalorização do que se passa

Depois de na notável entrevista dada há um par de meses à RTP Lucília Gago ter afirmado que existia "uma campanha orquestrada contra o Ministério Público", considerando a gravidade da afirmação, esperava-se que, no Parlamento, tivessem sido densificados os motivos, a origem e os agentes de tal campanha. Lucília Gago esquivou-se ao tema, mas, ouvida a audição, ficou sugerido que, na verdade, podemos estar face a uma campanha autoinfligida. Sendo assim, por agora, resta ajudar a senhora procuradora a terminar o seu mandato com dignidade e aguardar que o próximo procurador-geral seja capaz de "pôr ordem na casa".

Colunista

5 601073 016063 12552